

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
NÍVEL MESTRADO**

CARLOS ALBERTO LIMA TALAYER

**IMIGRANTES E REFUGIADOS NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DE CASO DE UM PROJETO DE
EXTENSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**

PORTO ALEGRE

2017

CARLOS ALBERTO LIMA TALAYER

**IMIGRANTES E REFUGIADOS NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DE CASO DE UM PROJETO DE
EXTENSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha

Porto Alegre

2017

T137i

Talayer, Carlos Alberto Lima.

Imigrantes e refugiados na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: estudo de caso de um projeto de extensão em uma instituição federal de ensino superior / Carlos Alberto Lima Talayer. — 2017.

148 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado)—Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, 2017.

Inclui bibliografia.

Orientação: Maria Aparecida Marques da Rocha.

1. Extensão universitária. 2. Universidade. 3. Imigrantes e Refugiados - Senegal. 4. Políticas locais. 5. Gestão educacional.
I. Rocha, Maria Aparecida Marques da. II. Título.

CDU 378(81):314.151.3-054.73(663)

CARLOS ALBERTO LIMA TALAYER

**IMIGRANTES E REFUGIADOS NA PERSPECTIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DE CASO DE UM PROJETO DE
EXTENSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Educacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 30 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Profa. Dra. Vânia Alves Martins Chaigar – Universidade Federal do Rio Grande

*Para minha esposa Gina, minhas filhas Liana e Michelle e netas Alícia e Shelley,
com todo o meu amor!*

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esse processo de grande importância para a minha vida pessoal, acadêmica e profissional preciso agradecer a todas as pessoas que contribuíram na concretização desse meu projeto de vida. Para mim este trabalho não se restringe ao período em que passei pesquisando, curto, porém intenso. Este processo representou momentos de reflexão, plenos de significados, principalmente sobre minhas filhas, que imigrantes há mais de 15 anos nenhum sofrimento lhes é estranho. Elas foram o motivo principal da minha inspiração para elaborar esta pesquisa.

Agradeço a Profa. Dra. Maria Aparecida, minha orientadora, não apenas pela amizade, mas pelo suporte acadêmico e por confiar e incentivar na elaboração desta pesquisa e, especialmente por me conceder autonomia no desenvolvimento do trabalho, ao tempo em que me guiou por caminhos que me fizeram chegar a este final.

Agradeço a todos os professores do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Unisinos, na pessoa da Profa. Dra. Flávia Obino Werle e da Profa. Dra. Beatriz Daudt Fischer, pela amizade, pela postura ética e humana e por compartilhar saberes, fundamentais para a concretização dos nossos estudos.

Aos gestores, alunos e aos imigrantes e refugiados senegaleses participantes do Projeto MIGRAIDH do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria que são os principais sujeitos desta pesquisa e me possibilitaram compartilhar amizades, vivências e jornadas de inclusão.

Ao amigo e colega Antônio Levorci, meu agradecimento pela amizade e por dispende seu tempo na troca de ideias, informações e experiências, as quais enriqueceram muitíssimo o meu trabalho. Ao amigo e colega Alecson pela amizade e acolhida.

Às filhas Michelle e Liana e netas Alicia Kelsey e Shelley pela compreensão da minha ausência no nosso convívio, ainda que virtualmente, para estudar e executar este projeto.

À minha esposa Gina, pelo fundamental apoio em todos os momentos deste estudo, sempre dedicada e paciente. Sem a sua participação a chegada teria sido muito mais difícil, senão impossível!

E, sobretudo, agradeço a Deus, pela saúde e pela tranquilidade na vida que Ele me proporciona.

“Queríamos mão de obra e chegaram pessoas”. (MAX FRISCH).

“[...] como Sócrates, o imigrante é atopus, sem lugar, deslocado, inclassificável. Aproximação essa que não está aqui para enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão, nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, “o imigrante” situa-se nesse lugar bastardo de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e não ser social.” (BOURDIEU).

RESUMO

Esta pesquisa aborda temas relativos às concepções da extensão universitária, às possibilidades de formulação e execução de políticas no nível local e à migração, tendo como foco central da investigação o Projeto de Extensão MIGRAIDH, vinculado ao curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), realizado junto a refugiados e imigrantes senegaleses. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de estudo de caso único, utilizando como fonte principal para coleta de dados – entrevistas com gestores, alunos e refugiados e imigrantes, sendo que a análise de conteúdo foi empregada como metodologia para análise dos dados. A pesquisa busca encontrar respostas ao problema de quais são as estratégias de gestão utilizadas em uma IFES para a inclusão de imigrantes e refugiados senegaleses na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária. O objetivo geral consiste em analisar as estratégias estabelecidas no Projeto de Extensão, executado pela UFSM, com imigrantes e refugiados senegaleses, com vistas a contribuir para a inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária. Constituem os objetivos específicos: conhecer as vivências dos imigrantes senegaleses na sociedade brasileira, investigar as estratégias de gestão adotadas no Projeto de Extensão executado pela UFSM, por meio das manifestações dos sujeitos da pesquisa e participantes do Projeto de Extensão (imigrantes e refugiados senegaleses, gestores e alunos) e analisar os desafios do Projeto de Extensão da UFSM e a possibilidade de transferir a experiência a outras Instituições Federais de Ensino Superior. O estudo concluiu pela necessidade das IFES fomentarem e promoverem políticas extensionistas inclusivas, especialmente aos segmentos mais vulneráveis da sociedade como o constituído por imigrantes e refugiados. Como resultado, este estudo oferece a caracterização e publicização de um Projeto de Extensão que desenvolve uma efetiva gestão democrática com estratégias e resultados concretos, que podem servir de modelo inspirador para outras IFES, que aceitem o desafio de investirem em políticas de inclusão e de responsabilidade social. Procurando dispensar um tratamento prioritário aos imigrantes e refugiados negros e indígenas, apresento a proposição ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), da inclusão desse grupo populacional específico, no “Eixo Grupos Populacionais” da Política Nacional de Extensão

Universitária, de forma a configurar, expressamente, a prioridade para orientar ações, projetos e programas de extensão que contemplem esses segmentos mais vulneráveis dentre os já vulneráveis.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Universidade. Imigrantes e Refugiados Senegaleses. Políticas locais. Gestão Educacional.

ABSTRACT

This study examines issues in connection with university extension programs, the possibility of formulating and executing local policies, and immigration, specifically focused on research into the MIGRAIDH Extension Project, a component of the Law Program at the Federal University of Santa Maria (Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), involving Senegalese refugees and immigrants. The principal data collection source for the qualitative case study included interviews with administrators, students, and refugees and immigrants. The content analysis method was applied to examine the corresponding data. The study sought to develop responses to the challenge of identifying the administrative strategies adopted in IFES to ensure the inclusion of Senegalese immigrants and refugees under the National University Extension Policy (Política Nacional de Extensão Universitária). The general objective consisted of analyzing the strategies executed by the UFSM Extension Project for Senegalese immigrants and refugees, with a view to contributing to the inclusion of this population segment under the National University Extension Policy. In this light, the study was based on the following specific objectives: to learn about the experiences of Senegalese immigrants in Brazilian society; to research the administrative strategies adopted by the USFM Extension Project based on the statements of research subjects and participants in the Extension Project (Senegalese immigrants and refugees, administrators, and students); and to examine the challenges of the UFSM Extension Project and the possibility of extending the related experiences to other Federal Institutions of Higher Learning. The study concludes that IFES must foster and promote inclusive extension policies, especially for the most vulnerable segments of society, including immigrants and refugees. With this in mind, the study describes and advances an Extension Project that provides for effective democratic management in conjunction with concrete strategies and results capable of serving as a model for other IFES that accept the challenge of investing in inclusive and socially responsible policies. With a view to the objective of giving priority to black and indigenous refugees and immigrants, the study proposes establishing the Forum of Deans at Academic Extension Programs in Brazilian Public Institutions of Higher Learning (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX), for the purpose of promoting the inclusion of this specific population

group within the “Population Group Axis” of the National University Extension Policy, as a means to consolidate extension actions, projects, and programs as a priority strategy for incorporating the most vulnerable segments of society within the broader category of vulnerable population segments.

Keywords: University Extension. University. Senegalese Immigrants and Refugees. Local Policies. Educational Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Percurso da Pesquisa	27
Quadro 2 - Quadro Operativo da Pesquisa	32
Quadro 3 - Quantitativo de Participantes da Pesquisa.....	33
Quadro 4 - - Codificação dos Participantes da Pesquisa	35
Quadro 5 - Análises das Categorias.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem da Costa Noroeste da África	67
Figura 2 – Imagem da Costa Noroeste da África com o Senegal.....	68
Figura 3 – Rota dos Coiotes.....	69

TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos Assuntos Encontrados nos Textos	72
Tabela 2 - Artigos Selecionados – Imigrantes Africanos (IA)	72
Tabela 3 - Estudos sobre Senegaleses na Base SciELO	74
Tabela 4 – Classificação dos Assuntos na Base CAPES.....	75
Tabela 5 – Estudos sobre Senegaleses na Base CAPES.....	76
Tabela 6 - Análise dos Artigos Selecionados	77

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASAV	Associação Antônio Vieira
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCSH	Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
DEMEC/MS	Delegacia do Ministério da Educação de Mato Grosso do Sul
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FIEX	Fundo de Incentivo à Extensão
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
GAIRE	Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MPGE	Mestrado Profissional em Gestão Educacional
OCDE	Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

OIM	Organização Internacional de Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGR	Procuradoria Geral da República
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UnB	Universidade de Brasília
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 PERCURSOS DA PESQUISA	27
2.1 Cientificidade e Pesquisa Científica	28
2.2 Investigação Qualitativa	29
2.3 Procedimentos Metodológicos	30
2.4 Técnicas de Coleta de Dados	33
2.4.1 Entrevista	33
2.4.2 Análise Documental.....	35
2.4.3 Observação	36
2.5 Metodologia de Análise dos Dados	37
3 REFERENCIAL TEÓRICO	42
3.1 Instâncias de Concepção das Políticas Educacionais	42
3.1.1 Política Educacional de Âmbito Internacional.....	42
3.1.2 Política Educacional do Estado-Nação.....	44
3.1.3 O Cenário Brasileiro	44
3.1.4 A Política Educacional Local	45
3.2 Extensão Universitária e Ecologia de Saberes	47
3.2.1 Histórico e concepções da Extensão Universitária.....	48
3.2.2 Extensão Universitária e suas relações com a Ecologia de Saberes.....	52
3.3 Migrantes, Imigrantes e Refugiados	55
3.3.1 Tratamento e Integração dos Imigrantes e Refugiados.....	57
3.3.2 Imigrantes e Refugiados no Brasil.....	60
3.3.3 Os Senegaleses	64
3.4 “Estado da Arte”: Estudos Sobre Imigrantes	71
3.4.1 Dados Relevantes do Estudo.....	71
3.4.2 Síntese dos Dados	72
3.4.3 Estudos Sobre Senegaleses na Base SciELO	74
3.4.4 Estudos Sobre Senegaleses na Base CAPES	75
3.4.5 Considerações Sobre os Dados Obtidos.....	77
4 ANÁLISE DOS DADOS	82
4.1 Dos Papéis da Extensão e da Universidade	82
4.1.1 Do Papel da Universidade.....	82

4.1.2 Do papel da Extensão	84
4.1.3 Da Pró-Reitoria de Extensão.....	87
4.1.4 Da Política Nacional de Extensão	90
4.2 Do Projeto de Extensão MIGRAIDH	92
4.2.1 Do Início do Projeto de Extensão	92
4.2.2 Da Gestão do Projeto e da Participação dos Alunos.....	93
4.2.3 Do Apoio ao Projeto de Extensão	94
4.2.4 Possibilidades de Ampliação e limitadores do Projeto	96
4.2.5 Da Política Local: Inovação e Resultados	96
4.2.6 Da Presença dos Imigrantes no Projeto	100
4.2.7 Do Aprendizado do Idioma e do Acesso a Direitos	102
4.2.8 Novos Conhecimentos a partir da Prática da Extensão	104
4.2.9 Da Vivência dos Alunos no Projeto	106
4.2.10 Da Possibilidade de Transferência.....	108
4.3 Das Vivências dos Senegaleses	108
4.3.1 Das Diferenças Linguísticas e do Aspecto Cultural.....	110
4.3.2 Da Trajetória do Senegal, da Escolha do Brasil e de Santa Maria.....	111
4.3.3 Das Percepções e como se Identificam na Sociedade Brasileira.....	113
4.3.4 Das Demandas e Expectativas	117
4.3.5 Das Percepções sobre a Atuação da Universidade e do Projeto de Extensão	117
4.4 Em Busca de uma Síntese.....	119
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	124
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM PORTUGUÊS APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA.....	137
APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM FRANCÊS.....	139
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	141
APÊNDICE D – CARTA DE ENCAMINHAMENTO DA PROPOSIÇÃO PARA INCLUSÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES NEGROS E INDÍGENAS NA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	143

APÊNDICE E – PROPOSIÇÃO PARA INCLUSÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES NEGROS E INDÍGENAS NA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	145
ANEXO A – RESOLUÇÃO 088/2016 DO COMITÊ DE ÉTICA – APROVAÇÃO DO PROJETO	146
ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DA COORDENADORA DO PROJETO MIGRAIDH	148

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, previamente ao tema escolhido para a pesquisa, apresento, resumidamente, minha trajetória pessoal e profissional e também experiências que motivaram a escolha da temática, de forma a elucidar ao leitor como cheguei ao objeto da pesquisa desenvolvida no trabalho.

Minha formação é em Direito e Filosofia com especialização em avaliação institucional. Atuei como coordenador da área de supervisão do ensino superior da Delegacia do Ministério da Educação de Mato Grosso do Sul (DEMEC/MS) e, após, como técnico de nível superior na Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS). Atuei também na chefia de ingresso e vitaliciamento da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) da Procuradoria Geral da República (PGR) em Brasília e, atualmente, exerço minhas funções junto à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Na UFMS, participei da criação da Associação Escola de Governo/MS, juntamente com os seus idealizadores, Professores Fábio Konder Comparato e Maria Vitória Benevides, ambos da Universidade de São Paulo (USP), tendo exercido a função de secretário-executivo. As atividades das Escolas de Governo, por previsão constitucional, foram gradativamente sendo implementadas pelos diversos estados da federação e assim permanecem em funcionamento até a presente data, em substituição às pioneiras iniciativas das Associações.

Ainda na UFMS, participei da criação e consolidação da Escola de Conselhos, junto ao seu idealizador e instituidor, Psicólogo Antônio Ângelo Moti, onde exerci a função de coordenador.

Destas atividades profissionais, destaco, para fins de vinculação a esta proposta de pesquisa, a atuação como coordenador da Escola de Conselhos, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da UFMS.

A Escola de Conselhos iniciou suas atividades no ano de 1997 com a institucionalização de uma ideia, por meio de um projeto de extensão que contemplava um centro de estudos, formação e informação em políticas públicas voltado ao atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Consolidado o Projeto de Extensão, em 2005, constituiu-se como Programa Escola de Conselhos. Passou, então, a ter caráter permanente para aportar diferentes ações e projetos de extensão, desenvolvidos pela UFMS, no campo dos

direitos humanos e sociais, especialmente às ações destinadas ao aprimoramento das políticas públicas voltadas às áreas da criança e do adolescente, do trabalho, emprego e renda, do controle social e das minorias étnicas e raciais.

O Programa Escola de Conselhos resulta de um trabalho coletivo interdisciplinar, comprometido com as reais necessidades da sociedade brasileira e em permanente interlocução com as políticas públicas, oportunizando a formação teórico-prática das pessoas que compõem os colegiados dessas áreas, nos processos de elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas, oferecendo condições concretas para que suas atuações possam alterar, especial e prioritariamente, a realidade de milhares de crianças e jovens que têm seus direitos violados.

Na trajetória da Escola destacam-se, entre muitos parceiros, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Fórum Nacional Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Com o apoio dessa Secretaria ministerial, a experiência inovadora e exitosa do projeto e, posteriormente, programa Escola de Conselhos resultou em um modelo inspirador para a criação de outras escolas em diversos estados do país.

Atuar junto aos Conselhos e/ou Comissões, como o Conselho Tutelar, Conselho da Criança e do Adolescente, Comissão de Trabalho Emprego e Renda, entre outros, constitui um *locus* privilegiado para produção do conhecimento em uma verdadeira via de mão dupla com a sociedade. Os Conselhos com composição paritária possuem marcante representação da sociedade civil. Destinados a planejar, gerir e avaliar as políticas públicas e à defesa de direitos, vem adquirindo gradativamente maior densidade teórico-propositiva, apresentando participação democrática qualificada e crescente grau de legitimidade e influência social.

Esta experiência tornou-se referencial significativo pelos resultados positivos alcançados, e possibilitou-me avaliar a importância da posição ocupada pela extensão, destacando o papel que a universidade deve assumir na defesa de direitos, da democracia e da inclusão social.

Não por outra razão, escolhi uma pesquisa que relaciona direitos humanos, extensão universitária e imigração senegalesa, por meio de um Grupo de Ensino,

Pesquisa e Extensão-MIGRAIDH do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – RS, cujo objetivo é consolidar um espaço institucional de assessoria e proteção ao grupo vulnerável de imigrantes e refugiados na busca por direitos.

A imigração é um tema multidisciplinar e emergente de relevância internacional. A Europa, sinônimo de esperança e salvação para a maioria de refugiados, tem obstaculizado a recepção de diversas formas. A título de exemplo, os países europeus de destino, ao não permitir travessias seguras, como também procedimentos que facilitem a solicitação de asilo em países limítrofes com as zonas de conflito, contribuíram para que 4.913 pessoas perecessem ou desaparecessem no Mediterrâneo, somente no ano de 2016, segundo registros feitos até 20 de dezembro pela Organização Internacional para as Migrações (OIM)¹.

Os Estados Unidos da América contam atualmente com 26 milhões de imigrantes, sendo 20,8 milhões somente de latino-americanos conforme dados de 2014 da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)². Desse total estima-se em 11 milhões o número de indocumentados, que a atual administração sinaliza, por um lado, com uma reforma imigratória que possibilitaria a regularização de cerca de 8 milhões e por outro, a deportação de cerca de 3 milhões que tenham cometido crimes de alta gravidade. Adotou também nova ordem executiva estabelecendo que a maioria dos cidadãos do Irã, da Líbia, da Somália, do Sudão, da Síria e do Iêmen não possam entrar nos Estados Unidos com novos vistos até que os procedimentos de segurança utilizados para avaliar a revisão desses pedidos³ sejam revistos. Ainda, a suspensão do recebimento de refugiados por 90 dias e a promessa de continuação da construção de um muro em sua fronteira sul.

Nessa configuração atual, para o Brasil, colocado como novo destino de imigrantes e refugiados coloca-se grande desafio, pois se por um lado a legislação apresenta avanços, por outro ainda permanecem atuantes em nossa sociedade as profundas marcas da escravidão e do racismo.

A pessoa do imigrante e do refugiado muitas vezes é identificada como o diferente, como o outro ameaçador e, portanto, não merecedor de acolhimento.

¹ Disponível em: <http://www.iom.int/es/news/se-contabilizan-358403-llegadas-y-4913-muertes-de-migrantes-en-el-mar-mediterraneo>. Acesso em 07 de fev. 2017.

² Disponível em: <http://www.cepal.org/es/comunicados/cerca-de-285-millones-de-latinoamericanos-y-caribenos-viven-fuera-de-sus-paises-de>. Acesso em 15 de fev. 2017.

³ Disponível em: <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2017/03/10/six-countries-named-in-revised-trump-travel-order-accounted-for-more-than-650000-u-s-entries-since-2006/>. Acesso em 12 de mar. 2017.

Desse modo, leis de proteção aos nacionais e de segurança nacional são uma das formas de torná-lo ou mantê-lo invisível.

Dentre os imigrantes que aportam no Brasil, os senegaleses possuem a representatividade caracterizadora dos novos imigrantes e refugiados, isto é, os provenientes do Sul global: negros ou indígenas. A nova face da imigração não é mais branca e europeia, como a do século XIX, agora ela é negra e indígena em sua maioria.

A exemplo de outros países, os imigrantes desempenharam um importante papel na formação do Brasil. Aqui as políticas migratórias, desde as décadas finais do século XIX, priorizaram antes os interesses do Estado, como a política de “branqueamento populacional” e a de reserva de mercado em defesa dos nacionais. Essas legislações adotadas historicamente no país exemplificam a direta preterição aos direitos humanos dos imigrantes e refugiados considerados em sua totalidade e demonstram, igualmente, as diversas formas de torná-los invisíveis.

Na realidade brasileira, diversas políticas públicas estão relacionadas ao assunto, dentre elas destacam-se a educacional, a de direitos humanos e a de imigração. Particularmente, para os fins desta pesquisa, as concepções teóricas desenvolvidas pelo ciclo de políticas, pela ecologia de saberes e pela extensão universitária também são discutidas e vinculadas à matéria.

Tanto as políticas quanto as concepções teóricas, possibilitam a concepção e execução de projetos e programas de extensão comprometidos com a gestão de responsabilidade social da universidade, de forma a torná-la instrumento de mudança social com vistas à efetivação da inclusão social e da justiça.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com tradição extensionista possui entre suas finalidades promover, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. Estatutariamente registra como um de seus objetivos fundamentais fomentar a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e aos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na Instituição. Essas concepções são reforçadas pela previsão em seu estatuto de que a contribuição da Instituição para o desenvolvimento da comunidade se realize por meio das ações de extensão.

Esta pesquisa investigou um Projeto de Extensão, que faz parte de um programa de assessoria a imigrantes e refugiados, correlacionado e executado conjuntamente a um projeto de pesquisa, ofertado pelo curso de Direito da UFSM. O

Projeto de Extensão denominado MIGRAIDH objetiva a consolidação de um espaço institucional de assessoria e proteção ao grupo vulnerável de imigrantes e refugiados na região de atuação da Instituição. Atualmente, o Projeto de Extensão possui como sujeitos os imigrantes senegaleses da região de Santa Maria.

O referencial teórico inicia por analisar o ciclo de políticas de forma a caracterizar as instâncias de elaboração das políticas educacionais. Parte da esfera global, até a local, no contexto da nova ordem econômica mundial, estabelecida pela adoção de políticas neoliberais iniciadas nos anos 1990. O estudo tem como foco identificar as possibilidades de elaboração e execução de políticas educacionais no nível local, como as concebidas e executadas em projetos de extensão universitária, pois segundo Mainardes (2011, p. 157), citando Ball, “[...] o processo de formulação de políticas é considerado como um ciclo contínuo, no qual as políticas são formuladas e recriadas [...]” e produzidas por indivíduos atuando concretamente no campo da prática educativa e da sociedade e não somente de regras institucionalizadas.

Relativamente à extensão universitária, entende-se a necessidade de reconhecê-la como um processo interdisciplinar, educativo e político promotor da interação qualificada entre universidade e os demais setores da sociedade. (FORPROEX). Estabelecida efetivamente como prática acadêmica indissociável com o ensino e a pesquisa, transforma não apenas a si mesma, mas os demais atores sociais com os quais interage. Dessa forma, em síntese: “As atividades de extensão sempre deverão promover aprendizagem ou produzir conhecimento.” (BOTOMÉ, 2001, p. 167).

O estudo também buscou identificar as relações que possam existir entre a ecologia de saberes e a extensão universitária nos termos em que foi concebida pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos, isto é, pelo desvelar de novas realidades e integração de saberes originários. Se a universidade necessita estabelecer vínculos legitimadores para com a sociedade, pode-se estabelecer um caminho alternativo para a “[...] reorientação solidária da relação universidade-sociedade [...]” (SANTOS, 2011, p. 77), em nova concepção epistemológica.

Em relação ao embasamento teórico sobre os migrantes, imigrantes e refugiados discorro sobre suas distinções e caracterizações, bem como, referencio a legislação brasileira regulamentadora de seus direitos e deveres. Adentro no tratamento, integração e modalidades que lhes são destinados. Encerrando o

capítulo que discorre sobre os eixos teóricos que embasam este estudo, desenvolvo a temática específica sobre os senegaleses, grupo de imigrantes e refugiados sujeitos desta pesquisa. Analiso o país de origem, o contexto de atração migratória exercido pelo Brasil e a região de destino, as rotas e os meios utilizados pelos imigrantes, condições de acolhida e permanência na região bem como sua atual situação.

A justificativa da pesquisa decorre do fato de que no atual momento histórico – não só em razão da perda da hegemonia na formação das elites como também da perda da exclusividade na produção do conhecimento privilegiado – a universidade necessita legitimar-se por meio de vínculos transparentes perante a própria sociedade (SANTOS, 2011). Dessa forma, transparece a imprescindibilidade de nova reorientação político-social e diferenciada postura epistemológica para a relação que se estabelece entre universidade e sociedade. Nesse sentido, compreendo que cabe à extensão universitária um relevante papel na gestão de responsabilidade social das Instituições Federais de Ensino Superior, no sentido de atender as demandas dos grupos populacionais marginalizados e vulnerabilizados da sociedade, por meio de projetos de extensão.

Adicionalmente, a pesquisa se justifica pelo conhecimento que pretende gerar em relação as estratégias de gestão dos projetos de extensão universitária, de forma a visibilizar e estender suas possibilidades em vista de outras demandas e/ou outros destinatários. Os resultados alcançados poderão servir de base para novas análises ou promover novos estudos. Ao final, a pesquisa poderá subsidiar, orientar e incentivar outros gestores na concepção e execução de projetos de extensão em outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Estas compreensões possibilitaram-me constituir alguns fundamentos que contribuíram para a formulação do problema da pesquisa de quais são as estratégias de gestão utilizadas em uma IFES para a inclusão de imigrantes e refugiados senegaleses na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária?

Com relação aos objetivos deste trabalho, divido em geral e específicos, buscando esclarecer a minha intencionalidade como pesquisador para com a pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as estratégias estabelecidas no Projeto de Extensão, executado por uma IFES, com imigrantes e

refugiados senegaleses, com vistas a contribuir para a inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária.

Os objetivos específicos consistem em:

- a) Conhecer as vivências dos imigrantes senegaleses na sociedade brasileira.
- b) Investigar as estratégias de gestão adotadas no Projeto de Extensão executado pela UFSM, por meio das manifestações dos sujeitos da pesquisa e participantes do Projeto de Extensão (imigrantes e refugiados senegaleses, gestores e alunos).
- c) Analisar os desafios do Projeto de Extensão da UFSM e a possibilidade de transferir a experiência a outras Instituições Federais de Ensino Superior.

Procurando auxiliar o desenvolvimento desta investigação e melhor responder aos objetivos, estabeleci as questões norteadoras, conforme segue:

- a) Qual é a trajetória realizada pelos imigrantes e refugiados senegaleses desde a partida de seu país até os dias atuais?
- b) Quais as percepções dos imigrantes e refugiados senegaleses sobre a sociedade brasileira?
- c) Como os imigrantes e refugiados senegaleses se identificam na sociedade brasileira?
- d) Quais são as principais expectativas e demandas dos imigrantes e refugiados senegaleses? Como percebem a atuação da Universidade em relação a essas expectativas e demandas?
- e) Como surgiu o Projeto de Extensão e como é realizada a sua gestão?
- f) Quais são as principais dificuldades e resultados na execução do Projeto de Extensão?
- g) Quais as percepções dos alunos sobre o Projeto de Extensão? Em que medida a participação no Projeto contribui para ampliar as possibilidades de acesso a novos conhecimentos?
- h) Quais estratégias adotadas no Projeto de Extensão possibilitam a ampliação da cidadania para os imigrantes e refugiados senegaleses?
- i) Como os participantes da pesquisa (gestores e alunos) avaliam a participação dos imigrantes e refugiados senegaleses no Projeto de Extensão?

- j) Como os imigrantes e refugiados senegaleses avaliam o impacto do Projeto de Extensão nas suas vivências?
- k) Como os gestores (Pró-Reitora de Extensão da UFSM e Coordenadora do Projeto de Extensão) avaliam as relações entre o Projeto de Extensão e a Política Nacional de Extensão Universitária estabelecida pelo FORPROEX?
- l) Como se processam as relações entre a Pró-Reitoria de Extensão e o Projeto de Extensão?
- m) Quais são os limites e possibilidades de manutenção do Projeto de Extensão?
- n) Quais as experiências que podem ser identificadas como inovadoras na execução do Projeto de Extensão?
- o) Quais as possibilidades do Projeto de Extensão ser estendido a outras IFES?

Face às finalidades e aos objetivos desta investigação, estruturei a pesquisa em seis capítulos: Introdução, Percursos da Pesquisa, Referencial Teórico, Análise dos Dados, Proposta de Intervenção e Considerações Finais. Dessa forma, indico ao leitor a forma de organização do texto da dissertação.

O capítulo Introdução trata da vinculação da pesquisa à minha trajetória acadêmica e profissional, introduz as questões temáticas, descreve as delimitações do estudo, as justificativas, o problema, objetivos e as questões norteadoras.

No capítulo Percursos da Pesquisa, relato a metodologia utilizada, descrevendo um percurso lógico e coerente dentro de um quadro conceitual apropriado para uma investigação qualitativa de um estudo de caso. Assim, indico os procedimentos metodológicos, as técnicas aplicadas para a coleta e análise dos dados.

No capítulo Referencial Teórico, são abordadas as instâncias de elaboração das políticas educacionais com destaque para as concebidas no nível local, fundamentadas e consubstanciadas na abordagem do ciclo de políticas. Trata-se igualmente das concepções e relações que se estabelecem a partir da compreensão histórica e fundamentações acerca da extensão universitária e de suas relações com a ecologia de saberes, em nova perspectiva epistemológica e, por fim, abordo as temáticas migratórias em suas concepções, marcos legais no Brasil, cenários, tratamento, integração e modalidades de acolhimento dos imigrantes e refugiados,

destacando, dentre eles, o grupo dos senegaleses. Discorro também nesse capítulo, o estudo sobre imigrantes senegaleses nas bases SciELO e CAPES.

No capítulo quatro, apresento as análises dos dados coletados por meio das entrevistas, análise documental e observação participante. Os dados coletados formam um conjunto significativo de informações sobre o tema e possibilitaram uma análise mais ampla sobre a experiência do Projeto de Extensão MIGRAIHD, vinculado à Faculdade de Direito da UFSM.

No capítulo cinco apresento uma proposta de intervenção para inclusão, de forma expressa, de refugiados e imigrantes negros e indígenas em situação de vulnerabilidade, na Política Nacional de Extensão Universitária.

No último capítulo destinado às Considerações Finais, retomo o trabalho demonstrando o alcance dos objetivos e apresento os principais resultados e aprendizagens que o Mestrado Profissional em Gestão Educacional (MPGE) me proporcionou.

2 PERCURSOS DA PESQUISA

Para elaboração desta Pesquisa, considerei as concepções explicitadas principalmente por Minayo (1994, 1996 e 2015), Brandão (2003), Chizzotti (2001, 2006 e 2014), Bardin (1977 e 1995) e Moraes (1999) para demonstrar e fundamentar a forma como concebi um caminho que possibilitou o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa na área da educação superior.

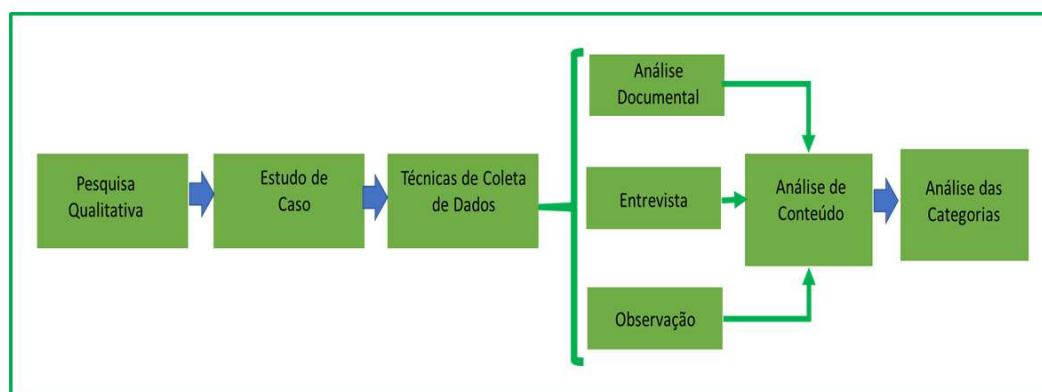
Empreguei neste estudo, uma metodologia que simultaneamente procura demonstrar como se relacionam os fundamentos teóricos com as questões de ordem prática enfrentadas na execução da pesquisa, tentando explicitá-los de forma didática.

Parto de uma compreensão de concepção científica e da relevância do que constitui o pesquisar. Analiso o estabelecimento de uma metodologia qualitativa identificada com o estudo de caso, salientando as características mais importantes desse tipo de investigação e as possibilidades de adequação proporcionadas pelas técnicas empregadas, na forma como a pesquisa foi efetivamente executada.

Por final, procuro demonstrar como procedi a coleta e elaborei a análise dos dados, utilizando as possibilidades oferecidas pela análise de conteúdo, considerando a subjetividade e os significados externados pelos sujeitos da pesquisa.

O Quadro 1 abaixo, complementado pelo Quadro 5 – Análises das Categorias na seção 2.5, retrata, resumidamente, o percurso da pesquisa:

Quadro 1 - Percurso da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor

2.1 Cientificidade e Pesquisa Científica

Na sociedade ocidental e particularmente no meio acadêmico há uma longa história de hegemonia e exclusividade da ciência como critério último da verdade. Apenas recentemente, a visão positivista e suas correntes mais atuais tiveram abaladas suas certezas, face ao surgimento de novos paradigmas a partir das teorias da relatividade, da incerteza e da física quântica, de modo que o campo científico, não obstante sua normatividade e validade, encontra-se hoje aberto a várias possibilidades de compreensão da natureza, da ciência e da forma de elaborar o científico. Para Brandão, “[...] incerteza e indeterminação [...]”, constituem “[...] um princípio teórico e metodológico fundador do próprio conhecimento científico” (BRANDÃO, 2003, p. 74).

Para Minayo (2015, p. 11), a cientificidade não se traduz em uma modelagem pré-determinada, mas em “[...] ideia reguladora de alta abstração”. Na investigação, a busca da realidade e da objetivação não pode desconsiderar a inexistência de “[...] ciência neutra [...]” (MINAYO 2015, p. 13), em razão do papel que o pesquisador desempenha de estar relacionado com o compromisso de trazer mudanças sócio-políticas, uma vez que os mesmos possuem a “[...] responsabilidade de pensar sobre o papel que sua pesquisa desempenha [...] dentro dos contextos éticos e políticos”. (BALL, 2011, p.120).

Minayo (2015, p. 14) ressalta o caráter “[...] essencialmente qualitativo [...]” da ciência social, onde, por mais bem elaborada que seja a teoria, não conseguirá alcançar a riqueza da vida. A ciência só pode captar partes dessa realidade, de forma que seus instrumentos e teorias se aproximam da diversidade do humano por meio dos processos e das expressões da subjetividade, de modo sempre limitado. Vale ressaltar, que a qualidade desse conhecimento não existe de forma *a priori*, nem de *per si*, mas é sempre produzida e reconhecida em meio às discussões do que seja científico, dependendo de uma compreensão que decorre da “[...] intersubjetividade, isto é, de um acordo possível dos cientistas, de forma que um texto não possui segurança definitiva de cientificidade. (DEMO, 2008, p. 72).

Nesse sentido, “[...] não cabe a ciência dizer o que era e como é o que existe segundo versões únicas [...] e definitivas mesmo quando aperfeiçoáveis [...]” (BRANDÃO, 2003 p. 22), pois “[...] se algo é tido como definitivamente conhecido, então não é uma boa forma de conhecer”. (BRANDÃO, 2003, p. 107).

Assim, “[...] não há teorias únicas e sequer ‘melhores’, muito embora haja provisoriamente uma teoria através da qual pessoas [...] possam ver e pensar melhor.” (BRANDÃO, 2003, p. 107). Para o autor, “[...] infelizes os que não podem contemplar a realidade de seu mundo a não ser olhando [...] por um único olhar e através de uma única janela.” (BRANDÃO, 2003, p. 85). No mesmo sentido, e para concluir, Freire afirma penalizar-se e as vezes amedrontar-se “[...] do cientista demasiado seguro da segurança, senhor da verdade e que não suspeita sequer da historicidade do próprio saber”. (FREIRE, 2015, p. 62).

2.2 Investigação Qualitativa

A pesquisa qualitativa procura compreender o universo dos significados produzidos pela experiência humana. Retira-os diretamente da observação empírica, *locus* privilegiado da condição humana. Nesse mundo de relações e intencionalidades se produzem as ações humanas com seus significados, objeto constitutivo desta pesquisa qualitativa.

Compreender os códigos sociais, aprofundar-se, interpretar esse mundo de representações e significados, a partir da valorização da subjetividade denota a natureza da abordagem qualitativa de que fiz uso nesta pesquisa.

Relevante notar que alguns investigadores qualitativos dedicados ao estudo de grupos populacionais marginalizados, possuem como objetivo de suas pesquisas não só a intenção de estudar e compreender os significados, mas também contribuir para as condições de vida dos seus sujeitos (ROMA e APPLE, 1990; Lather, 1988, apud BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 74).

Sob outro aspecto, o investigador qualitativo tem o entendimento de que não recolhe dados para confirmar ou informar hipóteses construídas previamente, mas à medida que os dados são obtidos é que se formulam as abstrações, de forma que as teorias são concebidas a partir do inter-relacionamento de dados individuais e a metodologia adotada pelo pesquisador.

Assim, nesta pesquisa, procurei evitar aquilo que Santos identifica como o processo nos quais “[...] o jogo conhecido das referências recíprocas entre autores frequentemente substitui uma análise dos fatos [...]” (SANTOS, 1978, p. 29), de forma que no início, investiguei muitos dados e à medida que foram tornando-se mais específicos, possibilitaram-me elaborar a teoria, de modo que não tentei “[...]”

adaptar à realidade às [...] teorias [...]", mas, contrariamente, procurei "[...] teorizar a sua prática." (ROMÃO, 1992, p.10).

2.3 Procedimentos Metodológicos

Adotei como referência a compreensão de que a metodologia utilizada em uma pesquisa é um caminho a ser seguido para uma abordagem da realidade. Para Minayo, o conceito de metodologia relaciona-se com "[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre se referindo a elas". (MINAYO, 1994. p. 16).

Na concepção expressa por Chizzotti (2014), o estudo de caso se constitui na busca intensiva e extensiva de dados, de uma situação particular, de um evento específico ou processos contemporâneos, tomados como "caso" com o objetivo de "[...] compreendê-lo o mais amplamente possível, descrevê-lo pormenorizadamente, avaliar resultado de ações, transmitir esta compreensão a outros e instruir decisões." (CHIZZOTTI, 2014, p. 136).

De acordo com Gil (1987), deve-se considerar que o estudo de caso não tem como finalidade precípua proporcionar o conhecimento exato de particularidades de uma população, mas sim "[...] o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados". (GIL, 1987, p. 38).

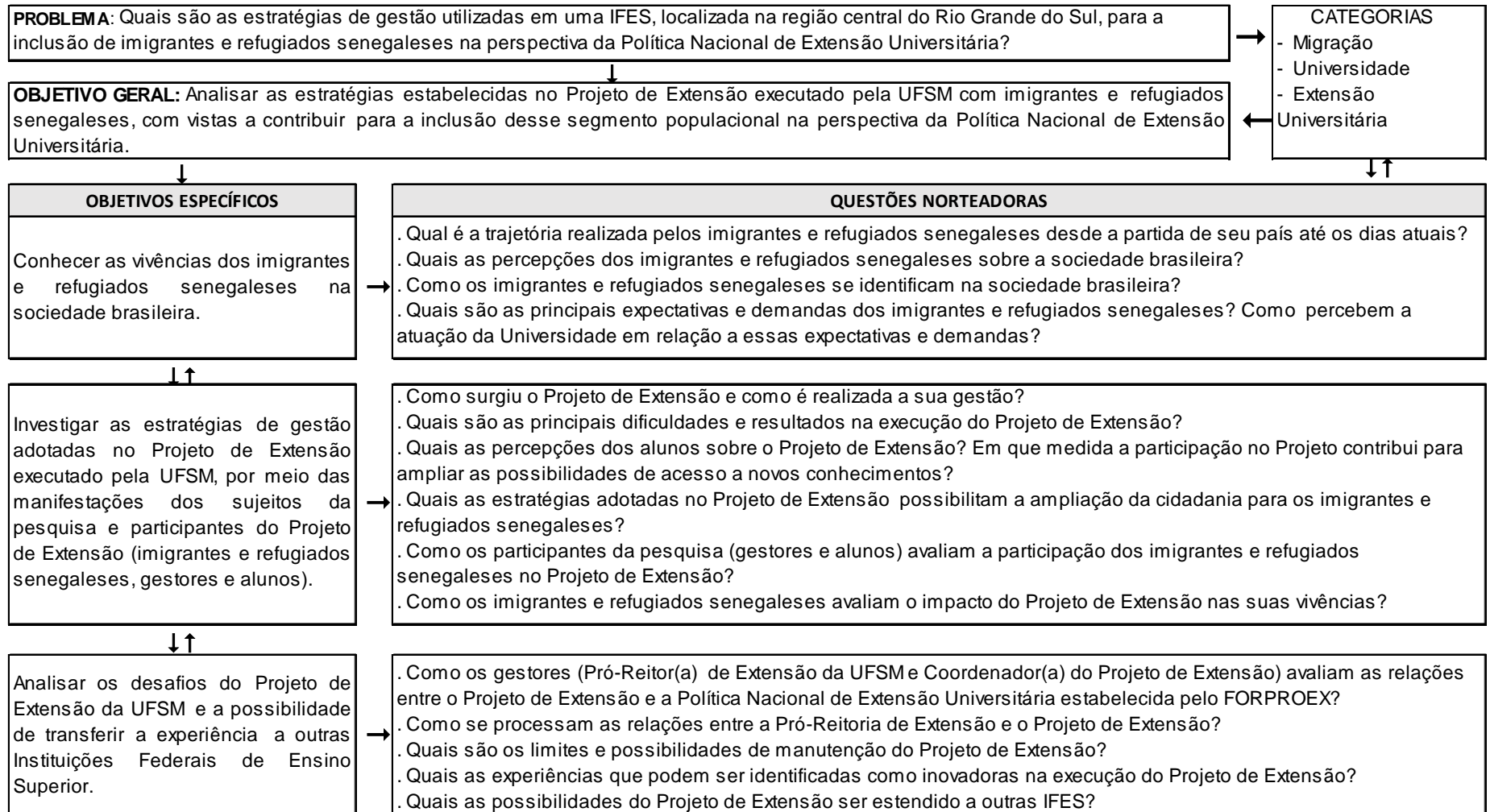
Na execução desta pesquisa adotei a metodologia de estudo de caso único abordando o Projeto de Extensão MIGRAIDH, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria, localizada na cidade de mesmo nome, no estado do Rio Grande do Sul, que contempla a participação de um grupo constituído de imigrantes e refugiados senegaleses. São sujeitos, a Pró-Reitora de Extensão, a Coordenadora, os alunos e também os senegaleses participantes do Projeto de Extensão.

Considerando que um dos objetivos da pesquisa é analisar as possibilidades e desafios para transferir as experiências do Projeto de Extensão para outras instituições de ensino superior, verifica-se que o mesmo não se torna impeditivo, em razão de que, embora o estudo de caso seja um estudo que não vise generalizações, "[...] um caso pode revelar realidades universais, porque, guardadas

as peculiaridades, nenhum caso é um fato isolado, independente das relações sociais onde ocorre.” (CHIZZOTTI, 2014, p. 138).

Procurando auxiliar o desenvolvimento desta investigação e melhor responder aos objetivos, estabeleci as questões norteadoras e sistematizei estas concepções no Quadro 2 - Quadro Operativo da Pesquisa, conforme segue:

Quadro 2 - Quadro Operativo da Pesquisa



Fonte: realizado pelo autor, tendo como referência o quadro elaborado pela Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Marques da Rocha

2.4 Técnicas de Coleta de Dados

Nesta seção apresento os procedimentos de sistematização dos dados obtidos por meio das entrevistas, da análise documental e da observação. Esclareço que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e aprovada nos termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sob a Resolução 088/16 de 14/06/2016, conforme Anexo A. No Anexo B, apresento a Carta de Anuência da Coordenadora do MIGRAIDH para realização da pesquisa.

Atendendo aos compromissos firmados com os sujeitos desta investigação mantive a privacidade de todos os entrevistados, cuja concordância na manutenção do sigilo está expressa por meio de assinatura no correspondente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (de apresentação obrigatória pelas normas estabelecidas pelo Comitê de Ética) em português e em francês, conforme modelos constantes dos Apêndices A e B. Em decorrência dessa situação os sujeitos da pesquisa estão quantificados no Quadro 3 e codificados no Quadro 4:

Quadro 3 - Quantitativo de Participantes da Pesquisa

Participantes	Quantitativo
Imigrantes e refugiados senegaleses	2
Alunos	2
Coordenadora do Projeto de Extensão	1
Pró-Reitora de Extensão	1
TOTAL	6

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4.1 Entrevista

A entrevista como uma técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa de campo constituiu-se em uma conversa entre entrevistado e entrevistador. Apesar disso, vale notar a importância de se transformar essa conversa a dois (ou entre vários interlocutores) em um procedimento que possua validade científica. Para

Minayo (2015), as entrevistas podem ser consideradas, de forma sintética, como “[...] conversas com finalidade.”

Na pesquisa adotei a técnica da entrevista, não só por constituir uma estratégia consolidada para esse fim e por apresentar características relevantes e fundamentais para uma abordagem qualitativa, mas, reforçando, por estar vinculada aos objetivos da pesquisa. O tipo de entrevista utilizada para a coleta de dados foi a semiestruturada por possibilitar novas perguntas a partir da incompletude das respostas ou para o aprofundamento de novos questionamentos.

As entrevistas foram realizadas no mês de setembro de 2016, gravadas e transcritas em sua totalidade, cujo roteiro semiestruturado pode ser visto na íntegra no Apêndice C. Ocorreram em sala destinada ao funcionamento do Projeto e no gabinete da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade.

As entrevistas tiveram duração variável entre 40 e 80 minutos e conforme esgotavam-se as perguntas estabelecidas no questionário, eram completadas de forma livre com outras manifestações de interesse das partes ou que os sujeitos entendiam pertinentes para o esclarecimento, compreensão ou enriquecimento dos fatos – todas reveladoras de sentimentos, percepções e significados – possibilitando realizá-las de forma a atender aos objetivos propostos. Ressalto que todos os participantes das entrevistas foram extremamente receptivos e manifestaram satisfação por terem contribuído para a realização da pesquisa.

As entrevistas individuais foram realizadas com as Gestoras – Pró-Reitora de Extensão e Coordenadora do Projeto, dois alunos e com dois imigrantes e refugiados senegaleses participantes do Projeto de Extensão.

Com o propósito de alcançar o objetivo proposto para este estudo e dar voz aos sujeitos participantes da investigação foram entrevistados: a Pró-Reitora de Extensão da Universidade, os alunos que atuam no Projeto de Extensão, a Coordenadora do Projeto e os imigrantes e refugiados senegaleses, conforme codificados no Quadro 4, a seguir. A escolha destes dois senegaleses, dentre os seis participantes do Projeto de Extensão, deveu-se a condição de maior conhecimento do idioma português:

Quadro 4 - Codificação dos Participantes da Pesquisa

Participantes	Codificação
Imigrantes e refugiados senegaleses	Imigrante 1 Imigrante 2
Alunos	Aluno 1 Aluno 2
Coordenadora do Projeto de Extensão	Gestora 1
Pró-Reitora de Extensão	Gestora 2

Fonte: Elaborado pelo autor

2.4.2 Análise Documental

A análise documental é uma técnica de coleta de dados muito importante e que possui ampla aplicabilidade como instrumento metodológico. Historicamente, o documento tem sido reconhecido como informação registrada por escrito. No entanto, tem-se ampliado esse conceito atualmente.

Para Appolinário (2009, p. 67), a definição de documento pressupõe: “[...] qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa ser fonte de consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros [...]”.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindane (2009, p. 5), “[...] o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres [...]”. Os autores afirmam ainda que a etapa de análise propriamente dita dos documentos tem por objetivo produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. De igual modo, reportam a importância da análise documental em pesquisas tanto como instrumento metodológico principal como instrumento complementar: “[...] dependendo do objeto de estudo [...] pode se caracterizar como principal caminho de concretização da

investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar.” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009, p. 13).

A análise documental foi a técnica empregada para realizar os estudos necessários a investigar a Instituição por meio do Estatuto, do Regimento, do Plano de Desenvolvimento Institucional, do *site* da Extensão e da Revista eletrônica – Extenda - por ela produzida. Igualmente foram feitas pesquisas junto a *fanpage*, e consultados artigos e entrevistas publicados acerca do Projeto de Extensão.

2.4.3 Observação

A observação é uma técnica de coleta de dados que pode fornecer as primeiras pistas de uma investigação, como também pode ser fonte de dados complementares ou principais da pesquisa. Farias et al. (2010, p. 69), destacam que a observação é “[...] essencialmente um olhar ativo [...]”, diferenciando-a do uso comum e da contemplação “[...] beata e passiva que fazemos cotidianamente [...]”.

Para Vianna (2003, p. 14), a observação é um “[...] processo empírico por intermédio do qual usamos a totalidade dos nossos sentidos para reconhecer e registrar eventos factuais”. Freire (2008) confirma esse entendimento ao afirmar que é indispensável educar o olhar da observação, afirmação que resulta no entendimento de que é necessário um olhar despido de estereótipos ou egocentrismos. Farias et al. (2010, p. 70), complementam que “[...] se o pesquisador não souber, com clareza, o que vai observar, ele pode correr o risco de registrar aspectos irrelevantes para seu problema de pesquisa ou mesmo deixar de notar um aspecto inusitado que seria importante”. Nesse sentido, a busca de dados por meio da observação deve ser precedida de uma reflexão acerca dos objetivos da coleta de dados.

A observação participante nos locais de trabalho dos entrevistados é uma técnica que se efetua quando “[...] um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com finalidade de realizar uma investigação científica [...]” (MINAYO, 2015, p. 70), observando diretamente seus interlocutores, para a coleta de dados e compreensão social da pesquisa.

Com base nessas concepções empreguei a técnica da observação participante no acompanhamento direto de dois imigrantes senegaleses que atuam

de forma individual e em diferentes locais de trabalho na região central da cidade, na condição de vendedores ambulantes.

Relativamente aos dados obtidos tanto pela técnica da observação participante como pela análise documental, que fazem parte desta pesquisa, encontram-se descritos, ao longo da análise dos dados, de forma referenciada, indicando de qual das técnicas decorre a informação.

2.5 Metodologia de Análise dos Dados

A metodologia utilizada para análise dos dados em uma pesquisa é tão importante quanto a metodologia de coleta dos dados. Ela possibilita o rigor necessário para se abstrair conhecimentos ou generalizações relevantes para a temática escolhida.

Para a análise dos dados desta pesquisa fiz uso da análise de conteúdo por constituir um conjunto de técnicas de análise das comunicações que possibilitou enriquecer a leitura dos dados coletados e compreender os significados das mensagens, face as questões norteadoras de meu estudo e estabelecer as consequentes interpretações e inferências.

Introdutoriamente, vale expressar que diversos autores, abordam a análise de conteúdo utilizando conceitos e terminologias diferenciadas que, de certo modo, complementam o sentido, a concepção e a extensão da mesma. Assim, para Chizzotti (2011, p.115), a análise de conteúdo constitui um “[...] conjunto de técnicas, para comprovação de hipóteses e/ou questões.” Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é “[...] compreendida muito mais como um conjunto de técnicas [...]”, que se constitui na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando aplicações bastante variadas. Triviños (1987, p. 160), salienta que a análise de conteúdo “[...] se constitui num conjunto de técnicas.” Para tanto, o pesquisador necessita “possuir amplo campo de clareza teórica. Isto é, não será possível a inferência, se não dominarmos os conceitos básicos das teorias”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 160). Nesse sentido, Chizzotti (2014, p.115), contribui para o entendimento da técnica ao afirmar que “[...] um texto contém sentidos e significados, [...] que podem ser apreendidos por um leitor que interpreta a mensagem [...] por meio de técnicas sistemáticas apropriadas. ”

Quanto aos objetivos e funções da análise de conteúdo, Chizzotti indica que o objetivo é “[...] compreender criticamente o sentido das comunicações.” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Em 1977, Bardin publicou a obra *L’analyse de contenu*, convertendo-se em principal referência até os dias atuais, na qual o método foi configurado. Triviños (1987, p. 159), refere-se a essa obra como “[...] verdadeiramente notável sobre a análise de conteúdo, [...] não só em relação à técnica de seu emprego, [...], mas também em seus princípios, em seus conceitos fundamentais. ”

Tendo como objetivo aprofundar o tratamento dos dados para assim explorá-los com maior densidade, estabeleci, como base para esta pesquisa, a conceituação e as etapas da técnica explicitadas por Bardin (1977), associadas as concepções de Roque Moraes (1999), que adotam a análise de conteúdo como técnica de análise dos dados.

Inicialmente, vale ressaltar que para Moraes, a análise de conteúdo representa “[...] bem mais que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias.” (MORAES,1999, p. 2). Para Bardin (1977, p. 35), a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo Bardin (1995, p. 95), as diferentes fases da análise de conteúdo, organizam-se em torno de três polos cronológicos: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

A pré-análise corresponde à fase de organização propriamente dita (BARDIN, 1995). Ainda, segundo Bardin (1995, p. 95):

[...] geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A “[...] exploração do material [...]” (BARDIN, 1995, p. 95) refere-se à análise propriamente dita, sendo indispensável que os dados obtidos tenham passado pela pré-análise.

Nas palavras da autora, “[...] se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas.” (BARDIN, 1995, p. 101).

A fase do “[...] tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação [...]” é a fase na qual os dados brutos tornam-se “[...] falantes [...]”. (BARDIN, 1995, p. 101). Conforme Bardin, “[...] os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos.” (BARDIN, 1995, p. 101).

Não obstante a importância de se observar esses regramentos e considerar as diferentes fases e etapas no emprego da análise de conteúdo, não devem ser consideradas e trabalhadas como modelo completo e inflexível, pois, Bardin (1995) mesma, rejeita esta ideia de rigidez e de completude, deixando claro que a sua proposta acaba oscilando entre polos que envolvem o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade. Nesse sentido, “Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”. (BARDIN, 1995, p. 9).

Feitas estas considerações e procurando buscar respostas aos objetivos e aos questionamentos norteadores da pesquisa, estruturei e procedi a análise de conteúdo a partir das informações coletadas por meio da transcrição das entrevistas semiestruturadas, do resultado da análise documental e dos registros da observação participante.

Para a construção do método para a análise de conteúdo considerei as etapas indicadas por Moraes (1999, p. 4), “1 - preparação das informações; 2 - unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3 - categorização ou classificação das unidades em categorias; 4 - descrição; 5 - interpretação.”

Nessas etapas, extraí passagens significativas das comunicações que, de alguma forma, revelaram argumentos, ideias, valores, ou percepções dos sujeitos em relação aos temas: universidade, extensão universitária e migração, políticas locais e ecologia de saberes. A partir desses recortes temáticos significativos, delimito as unidades de registro, e, também considerei as unidades de contexto, que conforme Moraes (1999, p. 6), constituem “[...] uma unidade de modo geral mais ampla do que a de análise, que serve de referência a esta, fixando limites contextuais para interpretá-la”. Para o autor deve-se levar em consideração

“[...] além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem”. (MORAES, 1999, p. 3).

Na seguinte etapa, agrupei os dados considerando a semelhança ou analogia existente entre eles, reunidos sob critérios semânticos e formando as categorias temáticas iniciais, em maior número, mais precisas e homogêneas. A partir desse agrupamento, estabeleci categorias intermediárias e finais “com homogeneidade mais fraca, em menor número e mais amplas” (MORAES, 1999, p. 8), de forma a possibilitar melhor apropriação dos resultados.

Assim, as categorias iniciais: indissociabilidade, ecologia de saberes, política nacional, estratégias, publicização e concepções foram agrupadas na categoria intermediária Papéis da Extensão e da Universidade, que em um nível de maior abstração vincula-se à categoria final Extensão Universitária. Esta vinculação é no sentido de que os temas e argumentos aí agrupados expressam ideias, estratégias e concepções nas instâncias mais teóricas e abstratas que se estabelecem entre os Papéis da Extensão e da Universidade, com as próprias concepções de Extensão Universitária.

Relativamente às categorias iniciais: apoio ao projeto, política local, inovação, resultados, presença dos imigrantes no projeto, aprendizado do idioma e acesso a direitos, novos conhecimentos, vivência dos alunos e possibilidade de transferibilidade estão agrupadas na categoria intermediária Projeto de Extensão MIGRAIDH, que se vincula à categoria final Universidade.

As categorias iniciais: diferenças linguísticas e aspecto cultural, trajetória do Senegal, escolha do Brasil e de Santa Maria, percepções e identificação na sociedade brasileira, demandas e expectativas e percepções sobre a atuação da universidade e do projeto de extensão estão agrupadas na categoria intermediária vivência dos senegaleses. Esta categoria, vinculada à categoria final migrações por um maior nível de abstração, agrupa argumentos e temas que dizem respeito a vida e aos problemas, expectativas e desafios colocados pela migração concretamente aos senegaleses.

Ressalto que esta categorização não possui o condão da higidez e tampouco pretende estabelecer hierarquias e subjetivações que não encontram amparo na realidade viva e dinâmica da investigação. Assim, a categorização utilizada neste método, implica “[...] que a análise do material se processa “[...] de forma cíclica e circular, e não de forma sequencial e linear.” (MORAES, 1999, p. 6).

Na sequência, realizei a descrição com a apresentação dos dados, por meio das três categorias intermediárias e a interpretação, na perspectiva de poder gerar conclusões úteis e voltadas para a ação. Esta estruturação está apresentada graficamente, no Quadro 5 – Análise das Categorias e no capítulo quatro, destinado a Análise dos Dados.

Quadro 5 - Análises das Categorias

Unitarização	Categorias		
	Inicial	Intermediária	Final
Frases de cada Sujeito	Diferenças linguísticas Aspecto Cultural Translado ao Brasil Percepções e Identificação Demandas e expectativas Trabalho Violência	Vivências dos Senegaleses	Migrações
	Concepções Estratégias Pró-Reitoria de Extensão Publicização Política Nacional de Extensão Ecologia de saberes Indissociabilidade	Papéis da Extensão e da Universidade	Extensão Universitária
	Gestão e Participação Apoios Possibilidades e Limites Políticas Locais Inovações e Resultados Aprendizado do idioma Acesso a direito Vivência dos Alunos Presença de imigrantes no Projeto Novos Conhecimentos Transferibilidade	Projeto de Extensão MIGRAIDH	Universidade

Fonte: Realizado pelo autor, tendo como referência, o quadro elaborado pela Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Marques da Rocha

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa está estruturada em quatro eixos teóricos que a fundamentam, a saber: abordagem do ciclo de políticas, extensão universitária, ecologia de saberes e migrantes, imigrantes e refugiados, aprofundados e desenvolvidos neste capítulo, conforme segue.

3.1 Instâncias de Concepção das Políticas Educacionais

Neste trabalho, procuro identificar as instâncias de elaboração das políticas educacionais desde o nível internacional ao local no período em que a agenda neoliberal efetivou-se globalmente, com o objetivo de situá-la à nova realidade explicitando suas principais características. Nesse sentido, localizo a instância dos Estados Nacionais, particularizando e destacando o cenário brasileiro. A partir desse contexto, apresento as condições de efetivação de uma política educacional no nível local, como a estabelecida pelo FORPROEX para a extensão universitária e suas implicações para a reformulação da agenda educacional.

3.1.1 Política Educacional de Âmbito Internacional

O termo política pública possui sentido amplo e até mesmo polissêmico. Segundo Leichter (apud STROMQUIST, 1996), nenhum outro conceito na área de ciências sociais foi submetido a tantos equívocos e abusos. Para Stromquist (1996, p. 27) o conceito de política pública se refere a:

[...] declarações oficiais de intenção de agir sobre determinados problemas. Entretanto, na prática, as políticas públicas podem assumir múltiplas formas: legislação, recomendações oficiais em relatórios de organismos e departamentos governamentais e resultados apurados por comissões apontadas pelos governos.

As políticas educacionais executadas nas últimas décadas, no âmbito internacional, decorrem das políticas neoliberais, configurativas da supremacia do mercado e estabelecidas a partir da globalização, após o abandono dos modelos de planejamento centralizado de tipo socialista, adotados principalmente pelo antigo bloco soviético, porém não exclusivamente neste.

Após a superação do modelo bipolar de poder (capitalismo x socialismo), no contexto da guerra fria, uma nova ordem mundial, globalizada pelo capitalismo de natureza transnacional, estabelece profundas reformas no âmbito estatal, político, social, econômico e financeiro dentre outros.

Relativamente à política educacional, percebe-se um processo de rápida e intensa internacionalização, com abrangência e níveis variados, conforme a natureza, localidade e grau de desenvolvimento de cada país que gera novas formas de regulação das políticas nacionais. (AKKARI, 2011).

As reformas levadas a efeito referem-se principalmente a alterações na regulação institucional (desregulação), na substituição do poder público por entidades privadas (privatizações), onde o Estado até então detinha monopolisticamente o poder. Akkari (2011) refere-se às reformas educacionais como “movimentos planetários”, que são configurados de maneiras muito diferentes no âmbito dos sistemas educacionais nacionais.

Nesta instância, amplia-se a participação de novos atores de caráter global, dentre eles: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Unicef. A influência desses atores no estabelecimento, orientação e avaliação das políticas educacionais efetiva-se por adesão voluntária dos Estados nacionais ou por adoção de estudos comparativos, resultados de conferências ou recomendações explícitas decorrentes dos financiamentos obtidos junto a essas agências.

É de se destacar ainda que novos paradigmas são erigidos na tentativa de dar maior eficácia às políticas educacionais, tais como: a obrigação de resultados, a prestação de contas (*accountability*) e a boa governança.

Destaca-se como resultado da internacionalização das políticas educacionais a adoção de padrões e resultados e de processos de avaliação em larga escala, com a finalidade de acelerar mudanças na escola e ainda de fundamental importância, a incisiva orientação para a descentralização administrativa.

Apesar disso, Akkari (2011) destaca que considerar o processo de reforma das políticas educacionais como sendo estratégias de descentralização e desregulação é um erro, uma vez que estes são, evidentemente, processos de regulamentar ou já regulamentado.

3.1.2 Política Educacional do Estado-Nação

O Estado nacional, caracterizado como um Estado de classes, e por essa mesma razão, de forma contraditória, apresenta-se como o instaurador e defensor do “bem comum”. Nesse sentido, mesmo camuflando situações de injustiça e exclusão, o Estado considera as políticas de educação dentro de uma concepção de Estado de Direito, o que significa dizer que a educação é, teoricamente, um direito de todos.

Atualmente, não obstante o contexto de crescente interdependência entre os Estados e hegemonia do capitalismo transnacional, o papel desempenhado pelos Estados nacionais ainda não pode ser desprezado. Sua influência na recepção, reajuste e reorientação das políticas educacionais e seu poder regulador subsidiário são ações de considerável poder que só ao Estado nacional é dado desempenhar.

Acresce que seu caráter de classe também o torna ator coadjuvante, coautor e por vezes autor no processo de consolidação e expansão das políticas de globalização. Internamente e de forma similar reproduz, adapta e amalgama a ordem internacional.

Nesse contexto, percebe-se que as formas de regulação estatal sofrem influência de demandas de natureza variada. Além do mais, o modo de regulação estatal varia de acordo com o contexto local, sendo praticamente único em cada país. Mesmo assim, existem medidas similares em que podemos identificar elementos comuns relativos às políticas educativas, ao nível internacional. (BARROSO, 2003).

3.1.3 O Cenário Brasileiro

No marco das políticas neoliberais dos anos 1990, foram empreendidas profundas reformas no Estado brasileiro com privatizações de empresas públicas, desregulamentação e descentralização administrativa sob a justificativa de possibilitar maior racionalização, modernização, eficiência e eficácia as políticas públicas.

A repercussão dessas mudanças, no campo da política educacional, foi a focalização em públicos específicos, priorizando os mais necessitados em detrimento do amplo direito a educação, de cunho universal, consagrado desde a

Carta-Magna de 1988, elaborada e influenciada pelo Estado de bem-estar social, vigente nos países capitalistas democráticos do pós-guerra.

Com adoção de nova legislação regulamentadora, foram institucionalizadas diversas mudanças, dentre elas: ênfase na educação geral, prioridade ao ensino fundamental, expansão do ensino superior privado, financiamento estudantil em larga escala, criação do Sistema Nacional de Avaliação, descentralização administrativa e financeira com destaque para a gestão e a autonomia institucional.

Dentre os muitos programas governamentais, a descentralização da gestão educacional por meio de parcerias com os demais entes federados, em especial os municípios e a implementação dos sistemas avaliativos para os diversos níveis de ensino, destacam-se como de relevância fundamental.

Assim, as políticas educacionais adotadas desde as reformas efetuadas na década de noventa até as mais atuais como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não se contrapõe aos princípios e concepções estabelecidos pelas reformas do Estado concebidas pelo sistema neoliberal. Antes os reafirmam.

3.1.4 A Política Educacional Local

O estudo da política no nível local fundamenta-se na abordagem do “[...] ciclo de políticas [...]” que, segundo Mainardes (2006), destaca a natureza complexa e controversa da política educacional enfatizando os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local. Essa abordagem indica a necessidade de se articularem “[...] os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.” (MAINARDES, 2006, p. 49).

Nessa abordagem, são destacados três contextos principais na formulação e implementação das políticas, são eles: contexto da influência – relativo ao apoio ou aversão que alguns princípios ou argumentos recebem; o contexto da produção – representação da política em forma de textos oficiais, pronunciamentos oficiais, etc. e o contexto da prática – que se relaciona não só ao local onde a política é implementada, mas também ao local no qual é interpretada. (MAINARDES, 2006).

Para entendimento da constituição das políticas educacionais produzidas no contexto da prática e seus efeitos, adota-se esta abordagem, de forma que a produção da política educacional se efetua neste âmbito, dentro de um quadro

dinâmico, com a participação da comunidade escolar por meio dos conselhos de políticas públicas (especialmente o Escolar), bem como associações profissionais, sindicato de professores e de servidores de educação, representação estudantil, organizações da sociedade civil, docentes, políticos, burocratas, entre outros apoiadores.

Assim, as políticas educacionais não resultam apenas dos processos macro de regulação legislativa, mas igualmente da atuação e participação dos profissionais e outros atores já citados, em contexto de múltiplas influências, que atuam na sua rearticulação nos mais diferentes espaços e momentos.

Nesta instância dinâmica, plural, privilegiada de sentidos é que paralelamente ao processo de redemocratização do país, foi concebida e posteriormente estabelecida a atual Política Nacional de Extensão Universitária.

A sua concepção e implantação contou com a decisiva participação da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), da Federação de Sindicatos de Trabalhos Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e, individualmente, pela participação de docentes, técnicos e alunos.

A regulamentação e execução da Política Nacional de Extensão Universitária, assumida pelo FORPROEX, compreendeu uma mudança não só metodológica, mas epistemológica, uma vez que a Extensão passou a se constituir em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político promotor da troca de saberes e da interação qualificada entre a universidade e a sociedade. (FORPROEX, 2012).

Todavia, sua consolidação é também desafiadora na medida em que suscita expectativas de identificação com novos paradigmas contra-hegemônicos que primam pelo espírito colaborativo. (FORPROEX, 2012).

Assim, analisando as diversas instâncias de elaboração das políticas educacionais é possível inferir que a internacionalização dessas políticas, iniciadas na década de 1990, não só se mantiveram vigentes no país, como muitas delas foram aprofundadas em surpreendente continuidade e identificação ideológica, considerando que esse aprofundamento se efetivou por meio de governos que

professavam posições diametralmente opostas acerca da concepção, execução e avaliação das políticas de matiz neoliberal.

Igualmente, o abandono dos marcos de universalização dos direitos humanos fundamentais como o direito à educação, consagrados na Constituição de 1988, e restringidos em face da priorização de públicos específicos - por mais necessária e urgente que pareça sua precedência - está a demonstrar alguns retrocessos nos direitos de cidadania, em especial, da educação.

Desse modo, acredita-se que é na instância da prática que se verificam possibilidades de efetivação de políticas educacionais contra-hegemônicas, transformadoras da realidade social, recuperadoras do sentido de “bem comum” e do caráter universal e inalienável de direito humano à educação para todos.

Assim, na instância da prática vislumbram-se igualmente, reais possibilidades de crítica, confronto e rearranjo de políticas educacionais que resgatem a função social da educação e sua posição estratégica para a construção da cidadania.

Especificamente, dentre as ações políticas que ainda restam para o fortalecimento da extensão universitária no contexto local, destacam-se: sua normatização e implementação no âmbito das universidades públicas, o incremento das ações extensionistas articuladas com movimentos sociais e os segmentos marginalizados, de forma a enfrentar a exclusão e vulnerabilidade sociais e combater formas de desigualdade e discriminação. (FORPROEX, 2012).

Finalmente, para os fins da pesquisa a ser empreendida junto ao Projeto de Extensão executado pela UFSM, pretendo identificar como as estratégias implementadas em nível local, coadunam com os princípios e perspectivas previstas na Política Nacional de Extensão Universitária, relativamente à inclusão dos imigrantes e refugiados senegaleses.

3.2 Extensão Universitária e Ecologia de Saberes

Esta Seção está organizada em duas subseções: histórico e concepções da Extensão Universitária e Extensão Universitária e suas relações com a Ecologia de Saberes. A primeira trata das diversas concepções estabelecidas para a Extensão e o seu histórico. A segunda versa sobre as relações que se estabelecem entre a

Extensão Universitária e a Ecologia de Saberes, em nova perspectiva epistemológica concebida pelo sociólogo Boaventura de S. Santos.

3.2.1 Histórico e concepções da Extensão Universitária

A extensão universitária surge na Inglaterra em meados do século XIX como ideia de educação continuada, por meio de cursos de breve duração e outras atividades para atender à população adulta em geral, sem acesso à universidade.

Posteriormente, nos Estados Unidos da América, a Extensão Universitária se caracterizou fortemente pela forma de prestação de serviços à comunidade, inicialmente para o meio rural e posteriormente para o setor urbano.

No Brasil, a extensão universitária apareceu sob a influência desses dois modelos, primeiramente em 1911 na antiga Universidade de São Paulo com oferecimento de cursos e conferências abertos à população em geral. Na década de 1920, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e na Escola Agrícola de Lavras, ambas em Minas Gerais, registraram-se as primeiras atividades de Extensão voltadas para a prestação de serviços na área rural, ofertando assistência técnica aos agricultores.

Em abril de 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras, criado por decreto, estabeleceu que a Extensão se realizaria pelo oferecimento de cursos e conferências, visando à solução de problemas sociais, beneficiando tão somente a parcela da população que já tinha acesso ao ensino superior.

Com o advento da LDB em 1961 (Lei nº 4.024), a extensão universitária reforça o oferecimento de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão mantendo a política anterior de atendimento aos egressos do ensino superior.

Por meio da Lei nº 5.540/68, a extensão é instituída dentro do princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, “[...] tratando a extensão pela qual a Universidade estende à comunidade sua atividade de ensino e o resultado de suas pesquisas. De modo geral, realizada em forma desarticulada.” (NOGUEIRA, 2001, p. 62). Dessa forma o conceito de extensão permanece na forma de transmissão de conhecimento e prestação de serviços.

A extensão, conforme Cunha (2012, p. 26), era vista pelas políticas da época como uma prestação de serviços a determinados segmentos da população de modo direto e linear “[...] entre os que sabem e os que não sabem [...]”.

A partir do movimento estudantil nos anos de 1960, verifica-se uma mudança na concepção acerca da extensão, que para Nogueira (2001, p. 63) “[...] está contida na visão de uma universidade aberta para a sociedade e comprometida com as classes populares”.

Vale ressaltar que essa visão da extensão tem suas origens no chamado movimento de Córdoba, assim denominado por ter se iniciado nessa cidade argentina, no ano de 1918. A ação dos estudantes colocou a extensão universitária em destaque por meio da constituição das “Universidades Populares”. Estas entidades, que se espalharam por vários países da América Latina marcaram profundamente por fortalecer a função social da universidade, transformando-a numa verdadeira missão. (ROCHA, 2001, p. 18).

Na visão de Cunha (2012, p. 20), o movimento realizado na Universidade de Córdoba “[...] propôs a extensão como uma das funções básicas da educação superior [...]”, de modo a atender os anseios de uma sociedade com fortes desigualdades sociais.

Para Bernheim (2001, p. 32) o movimento de Córdoba, protagonizado pela classe média como forma de acesso à universidade, “[...] foi considerado por muitos historiadores e sociólogos como o verdadeiro ingresso da América Latina no século XX”. Para o autor, o Movimento confrontou a realidade das universidades latino-americanas que permaneciam até então como:

Fiel reflejo de las estructuras sociales que la Independencia no logró modificar, seguían siendo los ‘virreinados del espíritu’ y conservaban, em essência, su carácter de academias señoriales. Eran, en realidade, ‘coloniales fuera de la colônia’. (destaques do autor).

Certo é que essas ideias se propagaram ao Brasil e, em 1987 resgatando o movimento que ocorria em diversas universidades públicas e as concepções advindas do movimento estudantil, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que “[...] sistematiza as várias propostas existentes a época [...]” (TAVARES, 2001, p. 77), e passa a coordenar e orientar as políticas na esfera pública, de forma que Tavares (2001, p. 82) concluiu tratar-se de “[...] uma nova concepção de universidade [...]” e a extensão a ser efetivamente considerada como:

PRÁTICA ACADÊMICA QUE INTERLIGA A UNIVERSIDADE EM SUAS ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA, COM AS DEMANDAS DA MAIORIA DA POPULAÇÃO, possibilitando, assim, o surgimento de uma Universidade em que a relação com a população passa a ser a oxigenação necessária à vida acadêmica. (TAVARES, 2001, p. 82, grifo da autora).

Nesse sentido, o conceito formulado pelo FORPROEX decorre na realidade “[...] de nova visão do trabalho acadêmico que passa aqui a ser visto como um processo orgânico e contínuo produzido coletivamente [...]” (NOGUEIRA, 2001, p. 69), de forma que a extensão “[...] não mais se caracteriza como atividade isolada do ensino e da pesquisa, ao contrário, ela é uma dimensão da vida acadêmica, que articula as outras duas, de forma indissociável, facilitando a interdisciplinaridade”. (NOGUEIRA, 2001, p. 69).

Assim, para Botomé (2001 p. 168), “[...] quaisquer divisões arbitrárias [...]” das atividades da gestão do ensino, pesquisa ou da extensão “possuem caráter prejudicial à universidade e particularmente a extensão”.

Nesse sentido, de acordo com o autor, às atividades de extensão devem promover a aprendizagem ou produzir conhecimento e sempre envolver alunos, não só os regulares, mas qualquer pessoa que possa ser aprendiz e vir a atuar na sociedade de forma mais compatível com essas possibilidades.

Segundo Botomé (2001, p. 167) as atividades de extensão devem “[...] promover as possibilidades de acesso ao conhecimento que o ensino regular e a pesquisa ainda não realizam [...]”, de modo que para o autor:

O dinamismo e a força da extensão universitária são sustentados exatamente por esses aspectos: ela se orienta pelo que ainda pode e precisa de ser feito para ampliar o acesso ao conhecimento. Inclusive pela necessidade de produzir conhecimento sobre os processos de acesso ao conhecimento existente por parte da sociedade.

A edição da Constituição Federal de 1988, estabeleceu juridicamente os princípios fundamentais da República, firmando no seu Artigo 207, tanto a autonomia universitária como a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Acerca do sentido da indissociabilidade utilizo as concepções derivadas de pesquisa elaborada pela autora Maria Isabel Cunha, para quem a nova realidade passou a necessitar de uma “[...] compreensão mais aprofundada do sentido dessa

relação, uma vez que essas ações permaneciam ocorrendo de forma autônoma [...]” e sem quaisquer correlações. (CUNHA, 2012, p. 26).

Assim, após pesquisas bibliográficas e consulta a intelectuais dedicados ao estudo da educação superior, Cunha (2015, p. 32) comprovou a “[...] existência de múltiplas compreensões sobre o conceito e sentido da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na universidade [...]”. A partir dessa constatação, concluiu tratar-se de um tema pouco explorado na especificidade do que aqui interessa: a relação do ensino com a pesquisa e com a extensão, e de que o tema não tem sido “[...] objeto de debate e de sistemática explicitação [...]”. (CUNHA, 2012, p. 32).

Buscando compreender a origem do conceito de indissociabilidade, a autora identificou “[...] nos escritos de Humboldt como o discurso primário fundante e o reconhecemos como ponto de partida conceitual [...]” (CUNHA, 2012, p. 30). Fundamentando-se em Berstein, a autora compreende que pelo deslocamento espaço-tempo é que “[...] outras comunidades acadêmicas e políticas vão se apropriando desse discurso e o recontextualizam [...]”, de modo que passam a ter novos significados (discursos secundários). (CUNHA, 2012, p. 30).

A partir da pesquisa supramencionada, a autora reunindo os dados de acordo com as diferentes dimensões acerca da compreensão da indissociabilidade, agrupou-os em quatro eixos, a saber: “[...] a) visão epistemológica e as capacidades acadêmicas, b) visão institucional e distribuição do conhecimento, c) visão metodológica nas formas de produção do conhecimento, d) visão política e de impacto social.” (CUNHA, 2012, p. 32).

Para os fins deste estudo importa desenvolver a dimensão expressa pela visão política e de impacto social percebida entre os autores. Para uns trata-se de “[...] probabilidade de uma nova configuração da universidade em tempos diversos [...]”, “[...] uma utopia distante [...]” e, para outros, “[...] uma emergência necessária que impacta a sobrevivência da condição pública legitimada para a universidade [...]”. (CUNHA, 2012, p. 36).

Essa compreensão presume uma visão diversa do papel da universidade, que “[...] se aproxima do delineamento esperançoso e crítico que tem sido produzido por Boaventura de Souza Santos”. (CUNHA, 2012, p. 35).

A concepção epistemológica e política que promove para a extensão universitária uma centralidade na produção do conhecimento será desenvolvida na sequência.

3.2.2 Extensão Universitária e suas relações com a Ecologia de Saberes

Nesta subseção, especificamente, utilizo como referência teórica o autor Boaventura de Souza Santos, em continuidade às concepções vinculativas à subseção anterior.

De acordo com Santos (2005, p. 175), “[...] a Extensão Universitária deve ser concebida de modo alternativo ao capitalismo global [...]”, atribuindo-se às universidades “[...] uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”. Ainda, segundo o mesmo autor:

As atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

Para atender a essa nova demanda social, Santos (2005, p. 176/177) apresenta o conceito de ecologia de saberes que consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico - produzido pela universidade – e os saberes leigos e populares – que estão presentes na sociedade. Nas palavras do autor:

A ecologia de saberes, é por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade.

O paradigma da modernidade caracteriza-se pelo predomínio do pensamento científico ocidental e pela intolerância a culturas consideradas “[...] subdesenvolvidas [...]”. Este tipo de pensamento é constituído e representado pelo Direito e pela ciência moderna, de modo que os conhecimentos populares permanecem invisíveis e se prestam à inquirição científica, na melhor das hipóteses. Constitui-se em uma forma de “[...] injustiça cognitiva global [...]”, que só pode ser superada por um “novo pensamento pós-abissal”. (SANTOS, 2007, p. 3).

O reconhecimento deste tipo de pensamento constitui-se em uma condição necessária para que se possa ultrapassá-lo. Nesse sentido, faz-se necessário situar-se em uma nova perspectiva epistemológica, de forma que se possa enfrentar:

[...] a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos [...] em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 2007, p. 13-14).

A Extensão Universitária, a partir dessa nova concepção epistemológica que reconhece a incomensurabilidade do conhecimento nas mais diferentes culturas, passa a reconhecer os conhecimentos da comunidade, oferecendo à Universidade esses saberes, com a finalidade de entrecruzamento de conhecimentos e preconceitos, de heterogeneidade, de interdependência, e de aprendizagem e equacionamento.

Para tanto é necessário ir além para abandonar as antigas formas e conceitos da mera prestação de serviços à comunidade, compreendida esta como uma instância destituída de conhecimentos, crenças, concepções e saberes válidos e valiosos. Também se faz necessário evitar que a Extensão seja direcionada e priorizada às atividades rentáveis (SANTOS, 2011), caracterizadora de indevida apropriação, não raras vezes por pequenos grupos, do público pelo privado.

Outra concepção fundamental vinculativa entre ecologia de saberes e a Extensão Universitária diz respeito ao incremento das ações extensionistas nas diferentes políticas públicas, a exemplo da Política Nacional de Extensão Universitária, junto aos grupos sociais populares, comunidades locais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, governos em suas diversas instâncias, não excluído o setor privado, com o principal objetivo de prestar solidariamente o apoio na resolução dos problemas de disseminação e exclusão sociais, de forma a dar voz aos grupos discriminados e excluídos, alguns seculares como os negros e os indígenas, outros recentes como os imigrantes indocumentados e refugiados. (SANTOS, 2011).

Essa prática reflexiva de atuar da Extensão vincula-se também ao conceito essencial para a ecologia de saberes que é o da co-presença radical, isto é, o reconhecimento de que os agentes e suas práticas se reconhecem não só na simultaneidade, mas sobretudo na contemporaneidade. Significa dizer que os agentes e suas práticas - no caso, as da Extensão - se reconhecem na contemporaneidade igualitária. (SANTOS, 2011).

Não menos importante para a mudança de paradigma na relação entre ecologia de saberes e Extensão Universitária, é que a Universidade foi o *locus* onde mais se aprofundou e praticou o paradigma científico da modernidade e, portanto, do epistemicídio. Com efeito, a Universidade consolidou-se sobre o paradigma de uma epistemologia geral, da ciência como critério único e exclusivo de conhecimento e de validade da verdade. (SANTOS, 2011).

Assim, se a Extensão Universitária resgata – interconhecendo - toda a inesgotável diversidade da experiência do mundo e reconhece a existência de incomensuráveis formas de conhecimento para além do científico, ao tempo que renuncia a uma epistemologia geral, também constrói outra, negativa, ou seja, uma epistemologia geral da impossibilidade de uma epistemologia geral. (SANTOS, 2011).

A ecologia de saberes não concebe o conhecimento abstratamente, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam intervenções no mundo real. É a partir dessa compreensão, mediada pelas ações extensionistas que, ao propor por meio da pesquisa a inclusão dos imigrantes indocumentados e refugiados na Política Nacional de Extensão Universitária, surge uma nova riqueza cognitiva de que a Universidade pode beneficiar-se profundamente.

Enriquecida pelo acolhimento e pelo desvelar de novas realidades e pela integração de saberes originários de ambos os lados é que se erige, de fato, uma verdadeira revolução epistemológica de fora para dentro da Universidade. Esta não mais passa a contribuir para a marginalização e destruição de conhecimentos outros que não os científicos, nem mesmo para reproduzir a injustiça social pela injustiça cognitiva de forma a beneficiar não só aos refugiados e imigrantes indocumentados, mas igualmente e sobretudo a si própria. (SANTOS, 2011).

Reforçando o intrínseco relacionamento entre a ecologia de saberes e a proposta de pesquisa apresentada, outro exemplo a destacar refere-se aos conceitos de regresso ao colonial e regresso do colonizador, onde o imigrante e o refugiado são diretamente identificados como uma ameaçadora presença nas sociedades metropolitanas.

Para além dessas situações, é possível tomar ainda como referencial nas relações com o projeto de pesquisa o conceito explicitado acerca da responsabilidade social da Universidade, uma vez que a mesma necessita legitimar-se, por meio de vínculos mais transparentes perante a própria sociedade. Esta

legitimação decorre não só da perda de hegemonia na formação das elites, mas também da perda da exclusividade na produção do conhecimento privilegiado.

Para recuperar esta legitimidade e evitar a irrelevância político-social a Universidade deve assumir formas mais densas de responsabilidade social, aceitando os desafios de assumir as demandas originadas, sobretudo, dos grupos excluídos. Essa reorientação solidária e responsável da relação dialética Universidade-sociedade é o que orienta para uma verdadeira gestão de responsabilidade social.

3.3 Migrantes, Imigrantes e Refugiados

Migrante é a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência ou seu local de nascimento para outro lugar, região ou país. Para Chueiri e Câmara (2015, p. 123-124), migrantes são pessoas, que por algum motivo, se deslocam. Segundo as autoras:

Deslocam-se através de fronteiras, porque têm um fundado receio de perseguição (refugiados); porque suas opiniões políticas não são aceitas (asilados) [...] deslocam-se através do mesmo país por razões similares às do refugiado (conflito, violência, violação de direitos humanos), porém permanecem no país (deslocados internos).

As pessoas também se deslocam em razão de condições econômicas desfavoráveis (migrantes econômicos) ou por “[...] força de catástrofes ambientais (migrantes ambientais)”. Ainda, deslocam-se por quaisquer outras tantas razões que, “[...] isoladas ou combinadas entre si, exigem o abandono do lugar que (lhes) é próprio para outro(s)”. (CHUEIRI; CÂMARA, 2015, p. 123-124).

A pessoa que se transfere de seu país para se fixar em outro denomina-se emigrante. Segundo Friedrich (2015, p. 193), “[...] a partir do momento em que essa pessoa entra no país estrangeiro é que ela é denominada imigrante [...]”, sendo considerada estrangeira face aos nacionais.

A migração internacional, segundo Lucas (2015, p. 32, tradução nossa) pode ser considerada “[...] um fenômeno social, de movimentos demográficos, que consiste em deslocamentos de indivíduos e grupos que abandonam seu país de origem - ou de assentamento - para chegar ao outro”. É um atributo dos seres humanos, uma vez que estes são capazes de levar suas raízes para lugares

diferentes dos que nasceram ou viveram, em razão de " [...] nossa mobilidade e a nossa capacidade de adaptação [...] que estão na origem mesma da nossa evolução [...]" (LUCAS 2015, p. 20), de forma que para o autor, os seres humanos são também "[...] *animais migratórios* [...]". (grifo do autor).

A movimentação de pessoas entre regiões e de um país para o outro configura um traço marcante da história da humanidade. Esse movimento transnacional intensificou-se a partir do século XIX, alcançando a cifra, no ano de 2014, "[...] segundo o informe da Organização Internacional de Migrações (OIM), de 214 milhões de indivíduos [...]" (LUCAS, 2015, p. 20), desconsiderando os migrantes internos.

De acordo com o autor, "[...] os informes estatísticos 2011 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) a cifra de seres humanos que protagonizam deslocamentos no interior de seus próprios países (PDI) atinge a cifra de 740 milhões de pessoas [...]" (LUCAS, 2015, p. 20). Desta forma, ainda segundo o autor há "[...] mais de 1 bilhão de habitantes do planeta que se encontram atualmente em movimento [...]". (LUCAS, 2015, p. 20).

A atual crise econômica tem realimentado o crescimento da migração especialmente no sentido Sul-Norte, porém não é certo considerar que a pressão migratória se oriente quase que exclusivamente aos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O informe 2011 do Banco Mundial, com dados sobre migração e remessas, mostra um volume maior de migração Sul-Sul do que aos países pertencentes a OCDE.

As migrações constituem-se no presente momento como um "[...] fator estrutural, sem o que não se pode entender nosso mundo [...]". (LUCAS, 2015, p. 19, tradução nossa).

Atualmente há que se considerar que a expansão capitalista abarca os componentes da imigração internacional como fornecedora de mão-de-obra intensiva, flexibilizada, de baixo custo e precarizada das relações de trabalho, fornecendo desse modo um caráter forçoso a migração internacional.

Significativo reconhecer a "[...] dimensão política radical da imigração [...]" (LUCAS, 2015, p. 24), uma vez que, ainda segundo o autor:

[...] é impossível deixar de constatar que a imensa maioria dos deslocamentos migratórios tem um caráter forçoso e suas causas radicam na desigualdade e na falta de oportunidades de satisfação de necessidades

básicas em muitos casos e em outros, na impossibilidade de desenvolver um plano de vida aceitável. (tradução nossa).

Neste sentido, significa dizer que os movimentos migratórios põem em relevo “[...] os fundamentos de desigualdade e dominação sobre o qual se constrói o *status quo* da ordem internacional. (LUCAS, 2015, p. 25, tradução nossa, grifo do autor).

Relevante destacar que desde a perspectiva do imigrante, o direito à locomoção deve ser garantido, por consequência do estabelecido no Artigo 13 – Incisos I e II da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁴, uma vez que:

I - Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

II - Todo o homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Nesse sentido, o “[...] Direito a Migrar é um Direito Humano que tem fundamento na dignidade humana enquanto conquista de suas justas necessidades[...]”. (WOLKNER, 2015, p. 70). O autor ao considerar os Direitos Humanos compreendidos em sua dimensão intercultural e libertadora propõe que essas dimensões se estabeleçam como:

[...] espaços de resistência, como encontros de interações culturais e como processo de lutas para instituir o reconhecimento à igualdade. [...] Tal preposição está assentada no reconhecimento da diferença, da pluralidade e identidade cultural, o que implica na redução das desigualdades, na mais ampla inclusão social e na manutenção da vida.

Não obstante a longa luta em prol do reconhecimento dos direitos de migrar e dos imigrantes o que se verifica são restrições de toda ordem para milhões de seres humanos, uma vez que a liberdade de circulação existe apenas como uma aspiração e não como um direito a ser imigrante.

3.3.1 Tratamento e Integração dos Imigrantes e Refugiados

A história da humanidade demonstra que sempre houve migrações, o que resulta como consequência, no entendimento de que deve haver um caminho para a

⁴ Declaração Universal dos Direitos Humanos - Disponível em: <<http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-11-20.html>>. Acesso em 27 de mar. 2016.

regularização e integração social dos imigrantes para que se viabilize e conduza ao reconhecimento de sua cidadania.

No plano internacional duas perspectivas se desenvolvem, segundo Vichich (2015): a primeira é a perspectiva hegemônica que se caracteriza pela não valorização do aporte de riqueza que os imigrantes realizam no país de destino, que por sua vez, promove uma migração de forma ordenada. São adotadas políticas dissimulativa de discriminações e com inobservância dos direitos fundamentais.

Nesta perspectiva, o imigrante trabalhador aparece como pura categoria econômica e são produzidas as denominadas “[...] migrações circulares [...]” com ingresso e saída circular dos imigrantes com a política do “venham, mas voltem”. (VICHICH, 2015, tradução nossa). Por isso inexistem, nesses países, política e interesse para a integração real dos migrantes nos sistemas públicos. Ao contrário, há um combate à migração irregular e a criminalização dos imigrantes.

Em oposição, tem-se uma perspectiva alternativa que se caracteriza por abandonar o enfoque de segurança e controle e o migrante passa a ser contemplado pelas políticas públicas.

Para este enfoque, “[...] migrar, não migrar e retornar em condições dignas ao seu lugar de origem é um direito, que tão somente deve responder a livre decisão das pessoas [...]”. (VICHICH, 2015, p. 112, tradução nossa). Ainda consoante este enfoque, há uma tendência a facilitar a regularização, uma vez que a maior exclusão que sofrem os imigrantes “[...] é o de serem mantidos *legalmente* fora da lei [...]”. (VICHICH, 2015, p. 113, tradução nossa, grifo do autor).

Nesta segunda perspectiva, finalmente, há uma valorização do aporte econômico, social e cultural do imigrante, com respeito aos seus direitos, independente da sua condição migratória: regular ou irregular.

Quanto às modalidades com que as comunidades se relacionam com a presença de estrangeiros e suas culturas em seu território têm-se, segundo Melo (2015), para fins didáticos e correndo risco de simplificações, as seguintes concepções:

- a) Exclusão – compreende que as minorias devem retornar ao país de proveniência;
- b) Assimilação – oferece a possibilidade de acesso à cidadania ao imigrante, uma vez que este assuma os valores e as regras do novo país;

- c) Provisoriedade – considera os imigrantes como residentes temporários. Após determinado período de trabalho, estes devem retornar ao país de origem;
- d) Multiculturalismo – tende a garantir aos grupos étnicos o reconhecimento da identidade coletiva e procura salvaguardar as especificidades culturais. (MELO, 2015, p. 158).

Ainda, conforme Melo (2015, p. 157-158), as modalidades elencadas “[...] podem ser encontradas no interior de uma mesma sociedade, uma vez que grupos culturais e políticos diferentes possuem visões diferenciadas [...]”.

Confrontando-se as posições dos que veem nas sociedades multiculturais as possibilidades de um “[...] planeta democrático, unificado por uma cultura universal [...]” (MELO, 2015, p. 160) e os que, contrariamente, advertem sobre a formação de um sistema de pensamento único com perda da identidade. Para Melo, (2015, p. 161), é neste contexto de crise do sistema de valores ocidentais que se oportuniza:

[...] o único caminho autenticamente democrático e humano [...] de construção da *igualdade na diversidade*, sem que ser *igual* significa ser *idêntico*, e da *diversidade na igualdade*, sem que ser *diferente* significa ser *inferior*. (grifos da autora).

Procurando localizar em um plano mais epistemológico e valorativo, acerca dos diversos modos de dominação sobre os migrantes, faz-se necessário perceber como o ocidente procura “[...] entender e interpretar o mundo, de relacionar-se com o outro [...] a forma como enfrenta seus entornos, [...] em sua versão mais perversa e negativa, que é aquela colonial e imperial”. (RUBIO, 2015, p. 135, tradução nossa).

Conforme o autor, o resultado é um imaginário construído e naturalizado que se considera superior e que opera como instrumento de expansão, domínio e controle, inclusive sobre instâncias de aparente universalidade e respeito pela dignidade. (RUBIO, 2015).

Nesse sentido, o paradigma que generaliza, institui, reduz e simplifica a dimensão dos direitos humanos deve ser questionado, pois,

[...] em que pese a importância de existência de normas nacionais e internacionais que reconheçam e estabeleçam mecanismos de garantia dos direitos dos seres humanos, em sua condição de imigrantes [...], de indígenas, de refugiados, etc. não é suficiente. (RUBIO, 2015, p. 150, tradução nossa).

Assim, se faz necessário que não só as instâncias formais normativas e judiciais se efetivem, mas as “[...] relações de respeito, de apoio, de reconhecimento mútuo, de solidariedades que todo ser humano seja reconhecido como sujeito plural e diferenciado”. (RUBIO, 2015, p. 154, tradução nossa). Elas se instalam e operam em espaço – tempo que são anteriores às próprias violações do direito e por isso mesmo contribuem para que os direitos se tornem realidade. (RUBIO, 2015).

Por estes motivos, os direitos humanos, juntamente com outros conceitos “[...] emancipadores relacionados com a ideia de libertação e dignidade humana devem ter consequências transformadoras da divisão violenta e desigual do ser, do saber, do poder e do fazer humanos [...]”. (RUBIO, 2015, p. 152, tradução nossa).

As práticas que se desenvolvem diariamente, a todo tempo e lugar, não se reduzem a uma única dimensão filosófica ou institucional. Os direitos dos imigrantes e refugiados “[...] guardam mais relação com o que fazemos em nossas relações com os nossos semelhantes [...], que com o que nos dizem determinados especialistas [...]” (RUBIO, 2015, p. 152, tradução nossa), sobre os direitos humanos desses imigrantes e refugiados.

Neste contexto, sobressai o papel exercido pela universidade, especialmente o executado pela extensão universitária, em uma estreita e profunda vinculação na perspectiva propiciada pela Ecologia de Saberes.

3.3.2 Imigrantes e Refugiados no Brasil

Atualmente o Brasil tem se transformado em destino para estrangeiros de diversas regiões do mundo. Dentre essas regiões, destacam-se as migrações de origem latino-americana e africana, em especial, a senegalesa.

A legislação regulamentadora da situação do estrangeiro, que estabelece deveres e direitos, varia de acordo com cada país e revela a expressão da soberania estatal, que hodiernamente enfrenta a compreensão da necessidade de transladar essa temática para a esfera dos direitos humanos.

No Brasil, a Lei 6815/80, denominada de Estatuto do Estrangeiro, combinada com alguns artigos constitucionais, regulamenta essa condição e vincula, conforme sua observância, a tipificação dos imigrantes como: documentados, não documentados e outros.

A Lei 6815/80 idealizada durante o regime militar apresenta uma visão regulamentadora e vinculativa das questões imigratórias aos conceitos de segurança nacional. Todavia, dentre outras disciplinas, constituiu o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com a finalidade de formular a política de imigração e de coordenar e orientar as atividades práticas relativas ao tema.

A legislação brasileira estabelece ao estrangeiro que esteja residindo regularmente no país o pleno exercício dos direitos civis, no mesmo sentido que o legislado em 1948 pela Declaração Universal dos Direitos do Homem que prevê a igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros, sem distinções. Há, entretanto, limitações constitucionais quanto aos direitos políticos e outras atividades para os estrangeiros.

Destaco que coadunando com uma compreensão solidária e democrática foi elaborada e submetida ao Congresso Nacional, onde encontra-se em tramitação o Projeto de Lei sobre Migrações - PL nº 2516/2015.

A proposta que visa revogar a atual legislação foi resultado de discussões democráticas e representativa dos diversos segmentos da sociedade civil, participantes do CNIg e contempla, entre outros avanços, a igualdade de direitos entre imigrantes e brasileiros, concilia interesses de diversas esferas, como a do trabalho, da segurança pública e de acesso à cidadania, inclusive a imigrantes em situação irregular. Prevê também, a criação de um novo Conselho de Migrações apto e legítimo para enfrentar as questões migratórias, que tornar-se-ão cada vez mais relevantes para o país.

No espaço deste estudo, vale explicitar que a saída do estrangeiro, quando ocorre de forma compulsória do país, se dá pelas hipóteses de: extradição - quando há solicitação de Estado para que o estrangeiro venha cumprir pena ou responder a processo penal -; pela expulsão - quando o estrangeiro cometer crime no território brasileiro, nos casos previsto em lei - e pela deportação - nos casos de entrada ou estada irregular no país sem que o estrangeiro se retire voluntariamente. Por outro lado, o estrangeiro que não consegue adentrar em um Estado pelas vias normais constitui caso especial como o do apátrida, asilado, exilado e refugiado.

Para fins deste trabalho importa destacar a figura do refugiado. Com efeito, a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951)⁵, adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, estabelece que os mesmos possuem deveres, entre eles, o que inclui a obrigação de acatar a lei do país onde se encontram. Quanto aos maiores deveres atribuídos aos Estados, destaca-se, entre muitos outros, o dever de aplicar a Convenção sem discriminar raça, religião ou país de origem. Não menos relevante é o de conceder tratamento favorável como os concedidos aos seus nacionais, quanto à liberdade de praticar a sua religião e a instrução religiosa dos seus filhos.

Os Estados têm igualmente o dever de não discriminar os refugiados, quando estes estiverem em situação irregular no país de acolhida, sendo que a expulsão só pode ocorrer em função de segurança nacional ou de ordem pública e observando-se que não poderá ser para países que ponham em risco a vida ou a liberdade, em razão de sua raça, religião, nacionalidade, filiação a determinados grupos sociais ou opinião política.

O Brasil, em 1997, estabeleceu uma avançada legislação (Lei 9.474/97), fruto da participação tripartite e ativa de entidades da sociedade civil, de órgãos governamentais, do Congresso Nacional e do ACNUR (Milesi e Andrade, 2010).

Esta Lei passou a admitir segundo Leão (2010, p. 73), “[...] como causal do instituto do refúgio a aplicação do conceito de grave e generalizada violação de direitos humanos”. Conforme o autor, o caráter inovador da Lei, incorporou conceitos da realidade africana estabelecidos em 1969 pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) e da Declaração de Cartagena de 1984⁶.

Dessa forma, a Lei 9.474/97 considera como refugiado toda pessoa que em razão de fundado temor de perseguição devido à raça, religião, nacionalidade, grupo

⁵ Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137. Disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 10 de abr. de 2016.

⁶ Adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de Novembro de 1984. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaraao_de_Cartagena.pdf. Acesso em 20 de mai. de 2016.

social ou opiniões políticas ou devido a grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país e não possa ou não queira a ele regressar.

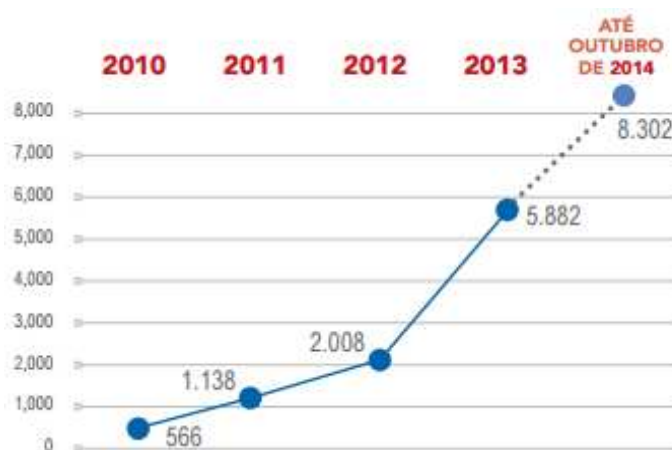
A legislação instituiu também o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), com a prerrogativa de estabelecer regras para situações especiais. Cito como exemplo a recente concessão de vistos à indivíduos deslocados por conta do conflito na República Árabe Síria.

Vale destacar também a participação do Brasil no programa de reassentamento de refugiados (transferência para um terceiro país), considerado como fundamental para a proteção dos mesmos, de igual modo que a integração local e a repatriação voluntária.

De acordo com do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁷, em outubro de 2014 havia 8.302 novas solicitações de refúgio no país, apresentando significativo e constante crescimento em relação aos 566 existentes em 2010, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Segundo consta do relatório da ACNUR⁸, a maioria das solicitações de refúgio no Brasil foi apresentada em São Paulo (26% do total de solicitações no período), Acre (22%), Rio Grande do Sul (17%) e Paraná (12%). Regionalmente, estão concentradas nas regiões Sul (35%), Sudeste (31%) e Norte (25%).

Gráfico 1 – Solicitações de Refúgio (por ano)



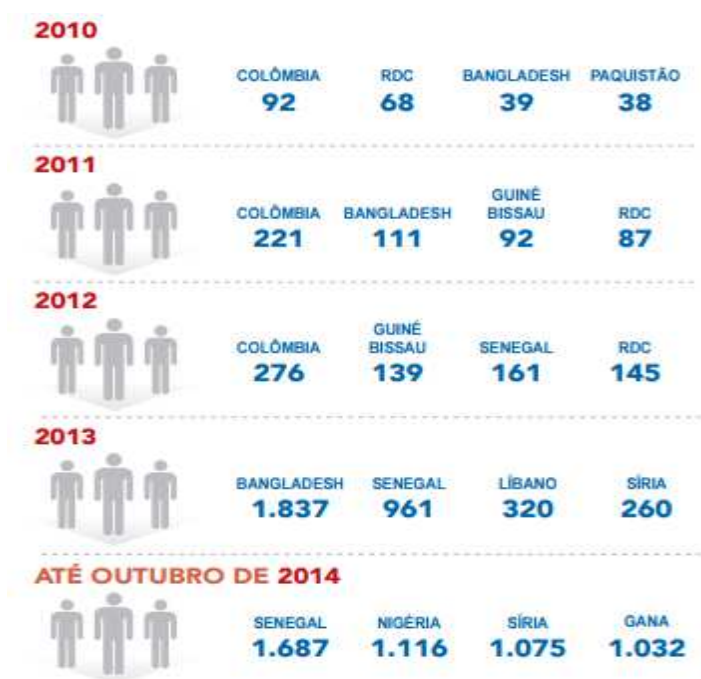
Fonte: ACNUR

⁷ Solicitações de Refúgio. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1 . Acesso em 23 de mar. 2016

⁸ Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1 . Acesso em 23 de mar. 2016

Ainda, de acordo com a ACNUR⁹ (Gráfico 2) a maioria dos solicitantes de refúgio era, no ano de 2014, originária do Oriente Médio e da África, majoritariamente senegaleses.

Gráfico 2 – Principais Nacionalidades de Solicitações de Refúgio



Fonte: ACNUR

3.3.3 Os Senegaleses

O Senegal está localizado no Oeste do continente africano na região denominada África Ocidental, que representa uma parcela da chamada África Subsariana. O país é limitado ao Norte pela Mauritânia, a Leste pelo Mali, ao Sul pela Guiné e Guiné-Bissau, a Oeste pela Gâmbia. É banhado pelo Oceano Atlântico com litoral de 500 km de extensão. Seu relevo é plano, com solos arenosos, prevalecendo três tipos de vegetação: floresta no Sul, savana no centro e estepe no Norte. Três rios cruzam o país: Senegal, Gambia e Casamance. Seu clima é tropical

⁹ Principais Nacionalidades de Solicitações de Refúgio. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf?view=1. Acesso em 23 de mar. 2016

seco com duas estações: seca de novembro a junho e uma estação chuvosa de julho a outubro.

A colonização do território que hoje corresponde ao Senegal ocorreu a partir do século XVII pela França e disputado por holandeses, portugueses e britânicos. Em 1960, o país, enfim, conseguiu a sua independência ao fim da realização de lutas separatistas que ocorriam desde o século XIX. (PENA, 2016).

Segundo dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, a população de Senegal é de mais de 15 milhões de pessoas, que se distribuem em uma área de 196.720 km², o que perfaz uma densidade demográfica de 73,9 habitantes por quilômetro quadrado.

A cidade mais populosa é a capital, Dacar, com cerca de 2,2 milhões de pessoas. As etnias predominantes são os jalofos, os serer, os fulas, os tukolor, os diolas e os mandingas, enquanto a religião mais professada é o islamismo, que agrega cerca de 87% da população. (PENA, 2016).

Embora a sua produção industrial corresponda a apenas 22,7% do PIB, o Senegal é considerado um país relativamente industrializado, à frente da agricultura, com 15%, e atrás do setor terciário, com 61,9%.

Os principais produtos agrícolas são o tabaco, o amendoim, a cana-de-açúcar, o sorgo e o tomate, enquanto a indústria destaca-se nas práticas de processamento de minerais e na produção de fertilizantes. Há ainda que se destacar o papel da pesca na economia, que encontra um amplo mercado exportador nos países da União Europeia. (PENA, 2016)

Conforme dados do IBGE, a população residente em área urbana no Senegal em 2014 era de 43,39%, enquanto que a residente em área rural era de 56,61% ¹¹. A densidade demográfica em 2015 era de 78,6 hab/km². A taxa média anual do crescimento da população 2010-2015 é de 3,1% ¹².

A República do Senegal é laica, democrática e social, garantida a igualdade perante a lei para todos os cidadãos, sem distinção de origem, raça, sexo, religião e sendo respeitadas todas as crenças. (SENEGAL, 2001).

¹⁰ Dados do Senegal em 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em 26 de mar. 2016

¹¹ Dados do Senegal em 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em 26 de mar. 2016

¹² Dados do Senegal em 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>. Acesso em 26 de mar. 2016

A religião predominante é o Islã (84%), seguida por animistas (7%) e Cristianismo (6%). A língua oficial da República do Senegal é o francês. As línguas nacionais são Diola, Malinke, Pular, Serer, Soninke, Wolof. (SENEGAL, 2001).

Seu regime de governo é presidencial pluralista, e o presidente é eleito por sete anos. O atual presidente Macky Sall, eleito 25 de março de 2012. A Assembleia Nacional é constituída de 140 Deputados e 60 Senadores. Os principais partidos políticos são: Partido Democrático Senegalês (PDS), Partido Socialista (PS), Aliança das Forças de Progresso (AFP), União da Renovação Democrática (URD), E Jef - Partido Africano para a Democracia e Socialismo (AJ-PADS), Liga Democrática (LD).

Estando a maioria da população senegalesa concentrada na zona rural (aproximadamente 57%), verifica-se uma tendência para a migração dos jovens para as cidades em busca de emprego. Na complexidade do fenômeno migratório, a forma de migração urbana-urbana é a que melhor corresponde para a emigração. Para Tchuigoua (2014, p. 281), “É assim que a transformação da emigração senegalesa concerne ao destino (visa cada vez mais à Europa e aos Estados Unidos) e à origem mais urbana que rural.”

A população senegalesa tem acesso limitado à infraestrutura básica (água, saúde, educação, transportes) e existem grandes disparidades regionais. Nas próximas páginas estão estampadas as imagens de satélite da costa noroeste da África (Figura 1) e da costa noroeste da África com o Senegal (Figura 2).

Figura 1 - Imagem da Costa Noroeste da África



Fonte: Google earth¹³

¹³ Imagem da Costa Noroeste da África. Disponível em Google Earth. Acesso em 05 de abr. 2016

Figura 2 – Imagem da Costa Noroeste da África com o Senegal



Fonte: Google Earth¹⁴

¹⁴ Imagem da Costa Noroeste da África com Senegal. Disponível em Google Earth. Acesso em 05 de abr. 2016

No Brasil, os senegaleses constituem-se em importante fluxo migratório a partir da rota de acesso criada pelos haitianos. Foram os senegaleses os líderes nos pedidos de refúgio no Brasil em 2014¹⁵. De acordo com dados do CONARE, 2.575 senegaleses entraram com os requerimentos no ano de 2014.

Os senegaleses chegam ao norte do Brasil pela Bolívia e via Equador. Os haitianos, pelo Peru. Ambos são guiados, segundo Bazzo (2015), por uma rede de coiotos que cobra até US\$ 4.000 (de acordo com estimativas) para trazer um imigrante do país até o Equador - que não exige visto de entrada - e, posteriormente até a fronteira com o Brasil (Figura 3). Os números são imprecisos, mas o volume é crescente: os senegaleses chegam a uma média de sete por dia desde o início do ano. (MENEZES, 2014).

Figura 3 – Rota dos Coiotos



Fonte: Rota dos Coiotos ¹⁶

A população senegalesa tem migrado para as regiões Centro-Oeste e Sul do país, de forma silenciosa. Primeiro os haitianos, que não se adaptaram. Depois os bengalis e os senegaleses, por encontrarem oportunidades de trabalho em empresas exportadoras de frango, uma vez que estas, para exportarem para os

¹⁵ Pedidos de refúgio 2014 – CONARE. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153&catid=213&Itemid=435&lang=pt-BR> Acesso em 26 de mar. 2016.

¹⁶ Rota dos Coiotos. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/06/05/refugiados-senegal-brasil_n_7488252.html> Acesso em 26 de mar. 2016

países que professam a religião islâmica, observam os procedimentos para o abate Halal.¹⁷

A maioria dos senegaleses só fala o dialeto wolof e procura ajuda para obter emprego e documentos. Sem visto, os imigrantes pedem à Polícia Federal concessão de refúgio. Enquanto o pedido tramita, podem obter carteira de trabalho brasileira e um emprego formal.

Tedesco e Grzybovski (2013, p. 319), discorrendo sobre os senegaleses na Região de Passo Fundo no Rio Grande do Sul¹⁸, afirmam que estes imigrantes demonstram ter motivação no trabalho, embora se sintam não valorizados profissionalmente, pois consideram “[...] o salário baixo, porém melhor que no Senegal: ‘Senegal não dá’; ‘Aqui mais trabalho’; Senegal difícil”.

Os autores concluíram que os senegaleses são instáveis com relação à permanência no trabalho, pois se deslocam dependendo das vantagens econômicas oferecidas pelas empresas, gerando “[...] insegurança aos empresários [...]” e de outro lado “certo preconceito” por parte destes.

Importante destacar também a conclusão a que chegaram Tedesco e Grzybovski (2013) sobre os aspectos culturais desse grupo. Os senegaleses se mostram conservadores quanto aos “[...] hábitos religiosos, alimentares e de convivência em grupos [...]”, havendo entre eles a cortesia e espontaneidade. No entanto, Tedesco e Grzybovski (2013, p. 320) enfatizam que os entrevistados, de maneira geral, afirmam:

[...] não se sentem integrados à comunidade regional fora do âmbito pragmático do trabalho. Sentem, sim, o estranhamento mesclado com curiosidade pelos que os cercam e os veem.

Tedesco e Grzybovski (2013, p. 320) perceberam que quase não há entretenimento grupal e que a “[...] ausência de contato com a comunidade produz distanciamento, indiferença e ausência de fatores integrativos e de sociabilidade [...]”.

Entrevistando o líder do Grupo, os autores obtiveram a informação que “o campo religioso permitiria promover coesão/integração, consolação moral, em razão

¹⁷ Abate Halal – animais abatidos segundo rituais islâmicos. Disponível em <http://www.abiec.com.br/3_hek.asp>. Acesso em 05 de mar. 2016.

¹⁸ Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100015. Acesso em 23 de mar. 2016.

das condições objetivas de vida e de um imigrante distante de seus familiares e de seu país”.

A presente pesquisa pretendeu conhecer as vivências dos imigrantes e refugiados senegaleses participantes do Projeto de Extensão MIGRAIDH da UFSM, com vistas a contribuir para inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão.

3.4 “Estado da Arte”: Estudos Sobre Imigrantes

O “estado da arte” é um importante elemento de revisão da literatura que oferece como resultado a síntese dos principais interesses de pesquisa e enfoques dados nos estudos em um determinado tema. Conforme Romanowski e Ens (2006, p. 39), “[...] a análise do campo investigado é fundamental neste tempo de intensas mudanças associadas aos avanços crescentes da ciência e da tecnologia”.

Nesse ínterim, o “estado da arte” traz relevante contribuição para o campo pesquisado ao indicar os avanços científicos da ciência e da tecnologia que apontem para novas possibilidades de ampliação dos estudos no tema ou novos contextos para serem considerados.

Para fins deste trabalho, o “estado da arte” refere-se à busca sistematizada dos dados localizados na coleção de revistas e artigos científicos da base SciELO - Scientific Electronic Library Online. A base de dados SciELO reúne uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros de temáticas variadas.

3.4.1 Dados Relevantes do Estudo

O início da pesquisa foi marcado pela busca pelos termos “imigrantes”, “migrantes” e “migração”, na base SciELO, utilizando-me do recurso de busca avançada nos resumos dos artigos. Essa busca por três sintagmas assemelhados justifica-se em função de que apenas três artigos foram encontrados simultaneamente nas três pesquisas. Foram localizados, no total, 1601 artigos nessa pesquisa.

Realizei a filtragem para indicar resultados do período entre 2011 e 2016 e a filtragem para a língua portuguesa no intuito de delimitar a busca ao universo brasileiro. O resultado da aplicação dos filtros de pesquisa foi a seleção de 391

artigos para leitura. A pesquisa foi concluída em março de 2016.

Defini os seguintes critérios de classificação para os assuntos localizados nos resumos: imigrantes (I); imigrantes africanos (IA); migrantes internos (MI); outros (O); e duplicados (D), esse último referindo-se a artigos encontrados no resultado de busca de mais de um sintagma.

Após a definição dos critérios de classificação dos assuntos, iniciei a leitura dos resumos e o respectivo registro dos critérios encontrados na planilha de pesquisa. A apresentação dos resultados desta etapa pode ser ilustrada pela Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos Assuntos Encontrados nos Textos

Classificadores	Quantidade
I	154
IA	11
MI	27
O	159
D	40
TOTAL	391

Fonte: elaborado pelo autor

3.4.2 Síntese dos Dados

Em função da aproximação com os sujeitos do campo empírico escolhido, os artigos classificados como imigrantes africanos (IA) foram agrupados e estão apresentados em destaque na Tabela 2.

Tabela 2 - Artigos Seleccionados – Imigrantes Africanos (IA)

Título	Autores	Revista	Ano
Identidade e Estilo em Lisboa: Kuduro, juventude e imigração africana.	Frank Nilton, Marcon	Cadernos de Estudos Africanos	2012
"África" no Rio de Janeiro. Uma cartografia na imigração contemporânea.	Mary Luz, Estupiñán Serrano	Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe	2012

Título	Autores	Revista	Ano
Os estudantes angolanos do ensino superior em Lisboa: uma perspectiva antropológica sobre as suas motivações e bem-estar subjetivo.	Manuel, António	Análise Social	2013
Construção e Desconstrução da Relação entre Migrações Forçadas e Desafios de Segurança em África.	Raquel, Freitas	Cadernos de Estudos Africanos	2011
Identities Em Campo. Discursos Sobre A Atuação De Jogadores Interculturais De Origem Africana E Antilhana Na Seleção Francesa De Futebol.	Anderson Ribeiro, Oliva	Revista de História (São Paulo)	2015
O fardo holandês: escravidão, África e imigrantes nos livros de história da escola primária na Holanda.	Melissa F., Weiner	Sociologias	2015
A resiliência da saúde migrante: itinerários terapêuticos plurais e transnacionais.	Cláudia de, Freitas, Álvaro, Mendes	REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana	2013
O corpo negro como tela de inscrição dinâmica nas relações pós-coloniais em Portugal: a Afro como (pré) texto.	Celeste, Fortes	Cadernos Pagu	2013
O kuduro como expressão da juventude em Portugal: estilos de vida e processos de identificação.	Frank, Marcon	Sociedade e Estado	2013
Cidadania médica, culturas e poder nos cuidados perinatais e pediátricos de imigrantes.	Elizabeth P., Challinor	Saúde e Sociedade	2012
Comportamentos de saúde e doença numa comunidade Cabo-Verdiana em Lisboa	Bárbara, Bäckström	Saúde e Sociedade	2011

Fonte: elaborado pelo autor

Em uma análise preliminar, observei que o sintagma “migração” é utilizado tanto para definir as migrações internas nos países, quanto para internacionais. Essa observação justifica-se por demonstrar a dificuldade em se identificar claramente o assunto tratado a partir dos resumos. Alguns estudos utilizaram o sintagma “imigração internacional” ou “migrações transnacionais” possivelmente com o objetivo de tornar mais clara a linguagem.

Com relação aos enfoques escolhidos, dois estudos tratam da dança Kuduro, que fez sucesso no Brasil recentemente. Um artigo apresenta resultados de

pesquisa com africanos em Lisboa e um, no Rio de Janeiro. Um artigo fala sobre africanos na seleção francesa de futebol, outro fala sobre os livros escolares e a visão dos holandeses referente aos africanos. Um texto fala sobre cidadania médica, outro sobre comportamentos de saúde em uma comunidade em Cabo-Verde, outro sobre resiliência da saúde migrante e outro sobre as relações pós-coloniais em Portugal. Por último, um texto fala sobre migrações forçadas e desafios de segurança na África.

A pesquisa sobre estudos relacionados à imigração de africanos demonstrou que existem poucos artigos sobre a temática. Busco, neste trabalho, desenvolver o estudo nesse campo empírico ampliando o rol de pesquisas direcionadas para esse tema.

3.4.3 Estudos Sobre Senegaleses na Base SciELO

De acordo com os objetivos deste trabalho, desenvolvo neste espaço a busca por estudos sobre senegaleses na base de dados SciELO. Essa busca especial justifica-se em função de o “estado da arte” não retornar nenhum estudo específico com a população pesquisada. A pesquisa foi concluída em março de 2016.

A pesquisa por artigos na base de dados SciELO foi iniciada pela busca do sintagma “senegaleses” em todos os índices. Foram encontrados seis estudos nessa pesquisa. O resultado da busca é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Estudos sobre Senegaleses na Base SciELO

Título	Autor	Revista	Ano
Migration, Remittances and Development: A case study of Senegalese labour migrants on the island Boa Vista, Cape Verde	Philipp, Jung	Cadernos de Estudos Africanos	2015
Representaciones de migrantes senegaleses en la sociedad porteña de Buenos Aires: apuntes sobre exotismo y exotización	Orlando Morales, Kleidermacher	Gabriel, Gisele, Etnográfica	2015
Entre cofradías y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires	Gisele, Kleidermacher	Cuadernos de antropología social	2013

Título	Autor	Revista	Ano
Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul	João Carlos, Tedesco, Denize, Grzybovski	Revista Brasileira de Estudos de População	2013
Exploración antropológica sobre la salud/enfermedad/atención en migrantes senegaleses de Barcelona	Alejandro, Goldberg	Cuicuilco	2010
Políticas de integración y derechos culturales: Los planes de inmigración de la Junta de Andalucía	Susana, Moreno, Maestro	Alteridades	2010

Fonte: elaborado pelo autor.

3.4.4 Estudos Sobre Senegaleses na Base CAPES

Ampliando as buscas, recorri ao portal de periódicos CAPES/MEC para localizar artigos sobre senegaleses. Utilizei configuração de Proxy fornecida pela UNISINOS possibilitando o acesso a todo o conteúdo do banco de dados.

Como resultado da busca pelo termo “senegaleses”, foram localizados 27 artigos. A partir da leitura dos resumos dos artigos, defini os seguintes critérios de classificação para os assuntos localizados: senegaleses (S); outros assuntos (O); e duplicados (D), esse último referindo-me a artigos duplicados ou encontrados como resultado em mais de um banco de dados.

Tabela 4 – Classificação dos Assuntos na Base CAPES

Classificadores	Quantidade
S	12
O	8
D	7
TOTAL	27

Fonte: elaborado pelo autor

Os artigos classificados como “S”, que se referem a imigrantes senegaleses, foram selecionados e, em função dos objetivos deste trabalho, são apresentados na tabela abaixo. Os artigos foram ordenados por ano em forma decrescente.

Tabela 5 – Estudos sobre Senegaleses na Base CAPES

Título	Autor	Revista	Ano
Repensando la etnicidad y el transnacionalismo desde el análisis de redes personales	Molero, Javier Augusto Ávila	Revista hispana para el análisis de redes sociales	2015
Return Migration to Senegal and the Democratic Republic of Congo: Intention and Realization	Reeve, Paul	Population	2015
Migration between Africa and Europe (MAFE): Advantages and Limitations of a Multi-Site Survey Design	Beauchemin, Cris	Population	2015
Las estructuras asociativas de los senegaleses en España	Miranda, Joaquín Giró; Romeu, Anna Mata	Revista Internacional de Sociología	2013
E-learning platform for Senegalese immigrant community focused on media literacy / Plataforma de formación online para la comunidad de inmigrantes senegaleses centrada en alfabetización mediática	Álvarez, Guillermina Franco; Martul, David García	Index. Comunicación	2013
International Migration and Housing Conditions of Households in Dakar	Lessault, David; Beauchemin, Cris; Sakho, Papa; Dutreuilh, Catriona	Population	2011
Las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en el transnacionalismo político de los senegaleses de Italia, España y Estados Unidos ICT and political transnationalism of the Senegalese diasporas in Spain, Italy, and the US	Tandian, Aly	Relaciones Internacionales	2010
Redes personales de africanos y latinoamericanos en Cataluña, España: análisis reticular de integración y cambio	Molero, Javier Avila	Revista hispana para el análisis de redes sociales	2008
Inmigrantes senegaleses en Madrid: características sociodemográficas y actividades económicas	Wabgou, Maguemati	Ciencia Política	2006
Mujeres inmigrantes y/o esposas de inmigrantes senegaleses y gambiaños en Cataluña (España) : entre la vida familiar y la vida professional	Sow, Papa	Documents d'analisi geografica	2004
Inmigración senegalesa en Granada: capital social, asimilación y resistencia culturales, economía informal	Guijarro, Ester Massó	Gazeta de antropologia	2004
Tipos de redes personales de los inmigrantes y adaptación psicológica.	Jariego, Isidro Maya	Revista hispana para el análisis de redes sociales	2002

Fonte: Elaborada pelo autor.

3.4.5 Considerações Sobre os Dados Obtidos

A partir da leitura dos textos selecionados nas duas bases de dados, pude perceber que todos os artigos se relacionavam com migração ou imigração, muito embora não tenha pesquisado, nesta última busca, especificamente utilizando-me estas expressões. A leitura dos artigos foi dificultada pela razão de os artigos estarem disponíveis em três idiomas, sendo 12 em espanhol, cinco em inglês e somente um em português.

O resultado da análise dos artigos selecionados nas bases de dados SciELO e CAPES é apresentado na forma de tabela. Na Tabela 6 busquei identificar e catalogar os objetivos da pesquisa e as técnicas de coleta de dados utilizadas nos artigos.

Tabela 6 - Análise dos Artigos Selecionados

Título	Autores	Objetivo da pesquisa	Técnicas de coleta de dados
Políticas de integración y derechos culturales: Los planes de inmigración de la Junta de Andalucía	Maestro, Susana Moreno	Analisar as limitações do governo andaluz (Espanha) no processo de integração de imigrantes, dado o contexto de discriminação institucionalizada exercida nos níveis nacional e continental (continente europeu).	Não foram identificadas as técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa. O estudo não contou com a participação de sujeitos.
Exploración antropológica sobre la salud/enfermedad/atención en migrantes senegaleses de Barcelona	Goldberg, Alejandro	Através do quadro conceitual da antropologia e pela metodologia etnográfica, discutir algumas das dimensões de saúde / doença / cuidado de um grupo cultural específico: migrantes senegaleses em Barcelona, Espanha.	Coleta de informações etnográficas por meio de entrevistas individuais.

Título	Autores	Objetivo da pesquisa	Técnicas de coleta de dados
Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul	Tedesco, João Carlos; Grzybovski, Denize	Apresentar uma visão geral da dinâmica e das dimensões de um novo fluxo de imigrantes no Brasil, especificamente de senegaleses na região de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul	Na pesquisa empírica (realizada entre outubro de 2009 e março de 2011), empregaram-se entrevistas individuais e coletivas, questionários e conversas informais nas ruas da cidade.
Entre cofradías y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires	Kleidermacher, Gisele	Analisar elementos que contribuem para caracterizar a população do Senegal e a chegada na Argentina, desde meados dos anos 90 até o presente (2013).	Empregou-se a metodologia qualitativa, baseada na observação participante, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas com 15 jovens de Senegal que atualmente residem na Cidade de Buenos Aires.
Representaciones de migrantes senegaleses en la sociedad porteña de Buenos Aires: apuntes sobre exotismo y exotización	Morales, Orlando Gabriel; Kleidermacher, Gisele	Retomar registros do trabalho de duas teses de doutoramento que envolvem abordagem etnográfica com migrantes provenientes da África subsariana. Especificamente, a partir de dados etnográficos, refletir sobre o exotismo e a exotização como formas de percepção, relacionamento e representação desses migrantes.	Os registros do trabalho etnográfico realizado em ambas as pesquisas foram obtidos por meio de entrevistas com a população nativa (não-negra) e migrante (negra) e da observação de interações cotidianas entre pessoas de ambos os grupos.
Migration, Remittances and Development: A case study of Senegalese labour migrants on the island Boa Vista, Cape Verde	Jung, Philipp	Explorar a migração de senegaleses para a ilha cabo-verdiana de Boa Vista com foco em decisões de migração e remessas e tentar vinculá-las com o debate sobre a migração e desenvolvimento mais amplo.	Em Cabo Verde: um inquérito por questionário com 68 migrantes senegaleses e entrevistas com dezessete migrantes do sexo masculino. No Senegal: 12 entrevistas com parentes de imigrantes, nove em Dakar e três em Diourbel, e um com um senegalês que atualmente vivem em Diourbel, que foi deportado de Cabo Verde em 2009. Conversas não gravadas e observações complementaram a coleta de dados.

Título	Autores	Objetivo da pesquisa	Técnicas de coleta de dados
Tipos de redes personales de los inmigrantes y adaptación psicológica.	Jariego, Isidro Maya	Desenvolver uma tipologia de redes de apoio em um grupo de imigrantes marroquinos (n=81), filipinos (n=69) e senegaleses (n=23) residentes em Marbella.	Para avaliar as redes de apoio dos imigrantes foi utilizada a "Entrevista de Apoyo Social de Mannheim (Veiel, 1990, 1993)", em que se atribui valor ao apoio instrumental e afetivo disponível, distinguindo situações cotidianas de situações de crise.
Inmigración senegalesa en Granada: capital social, asimilación y resistencia culturales, economía informal	Guijarro, Ester Massó	Avaliar como parte dos senegaleses em Granada adaptam-se à existência aqui, desde suas estratégias econômicas de sobrevivência, até como transformam, mantem ou mesmo rejeitam práticas culturais, religiosas e tradicionais próprias de suas próprias vidas no Senegal.	Observação participante com um informante-chave com registro de diário de campo; três entrevistas abertas, minimamente estruturado, que tomaram a forma de conversas espontâneas.
Redes personales de africanos y latino-americanos en Cataluña, España: análisis reticular de integración y cambio	Molero, Javier Avila	Identificar as ligações entre as variáveis de estrutura e composição das redes pessoais de imigrantes com os processos de integração dos imigrantes em uma sociedade de acolhimento.	Aplicação de um software especializado em análise de redes pessoais que permite recolher informações sobre as redes pessoais.
International Migration and Housing Conditions of Households in Dakar	Lessault, David	Testar a hipótese de que as remessas dos migrantes senegaleses poderiam desempenhar um papel positivo na melhoria das condições de habitação dos agregados e familiares em Dakar.	Dois questionários foram utilizados na pesquisa: um questionário familiar (em apenas Senegal) e um questionário individual (em todos os quatro países).
Migration between Africa and Europe (MAFE): Advantages and Limitations of a Multi-Site Survey Design	Beauchemin, Cris	Coletar dados quantitativos originais com o objetivo de lançar novas ideias sobre a migração africana. Produzir dados para análise das tendências migratórias,	Entrevistas com migrantes de retorno e não-migrantes nos seus países de origem e migrantes em seus países de destino.

Título	Autores	Objetivo da pesquisa	Técnicas de coleta de dados
Return Migration to Senegal and the Democratic Republic of Congo: Intention and Realization	Reeve, Paul	<p>suas causas e consequências em nível micro.</p> <p>Analisar, em primeiro lugar, as intenções iniciais de retorno dos migrantes senegaleses e congolezes para a Europa e, em segundo, a realização dessas intenções.</p>	Análise documental de um projeto de pesquisa com imigrantes na Europa e a volta dos migrantes aos seus países de origem (MAFE). A pesquisa utilizou questionários para coleta de dados.
Repensando la etnicidad y el transnacionalismo desde el análisis de redes personales	Molero, Javier Avila	Apresentar uma proposta de "medição" da etnicidade e transnacionalismo migrante a partir da análise das propriedades de composição das suas redes pessoais.	Aplicação de um software especializado em análise de redes pessoais que permite recolher informações sobre as redes pessoais.
Mujeres inmigrantes y/o esposas de inmigrantes senegaleses y gambianos en Cataluña (España) : entre la vida familiar y la vida profesional	Sow, Papa	Conhecer melhor estas novas famílias - formadas a partir da imigração de mulheres senegalesas e gambianas na Catalunha (Espanha) - , suas características reprodutivas e produtivas	Análise documental dos registros do Instituto de Estatística da Catalunha (IDESCAT) e coleta de dados não especificada a partir de visita a algumas famílias.
Las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en el transnacionalismo político de los senegaleses de Italia, España y Estados Unidos ICT and political transnationalism of the Senegalese diasporas in Spain, Italy, and the US	Tandian, Aly	Destacar as formas pelas quais as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) relacionam-se com o transnacionalismo da diáspora de senegaleses na Espanha, Itália e EUA.	Metodologia que combina observações empíricas e entrevistas individuais e de grupo.
Inmigrantes senegaleses en Madrid: características sociodemográficas y actividades económicas	Wabgou, Maguemati	Examinar a inserção de imigrantes senegaleses no mercado de trabalho na comunidade de Madrid e descrever suas principais características sócio-demográfica de acordo com o género.	Análise documental do Censo de 1991, do Registro Municipal da População e das estatísticas da população da Comunidade de Madrid de 1996.

Título	Autores	Objetivo da pesquisa	Técnicas de coleta de dados
E-learning platform for Senegalese immigrant community focused on media literacy / Plataforma de formación online para la comunidad de inmigrantes senegaleses centrada en alfabetización mediática	Álvarez, Guillermina	Criar e editar uma plataforma de e-learning caracterizada por uma interface de usuário adaptada para o património cultural das comunidades de imigrantes senegaleses que vivem em Madrid.	Metodologia qualitativa de observação participante e entrevistas com professores e alunos do centro ESTA.
Las estructuras asociativas de los senegaleses en España	Miranda, Joaquín Giró	Discorrer sobre a relação associativa entre imigrantes senegaleses como um instrumento de sociabilidade e identificação, que os leva a organizarem-se em torno de objetivos, assistência, basicamente, em caso de doença ou morte e / ou regularização administrativa e procura de emprego e habitação.	Entrevista semiestruturada aplicadas a líderes e gerentes das associações africanas, indivíduos não ligados às mesmas e a associações e instituições de apoio.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos estudos selecionados mostrou que nem todos os artigos apresentam a metodologia estruturada em forma de capítulo, o que dificultou a localização das técnicas de coleta de dados utilizadas nas pesquisas. Em uma pesquisa não foi possível determinar as técnicas de coleta de dados utilizadas.

Apesar dessas dificuldades, com relação à metodologia, os dados encontrados são muito significativos e apontam caminhos seguidos em pesquisas, notadamente de cunho qualitativo, para se investigar a população-alvo sob diversas perspectivas.

Destaco que o número de estudos encontrados que tratam exclusivamente de imigrantes senegaleses – seis na base de dados SciELO e 12 na plataforma CAPES - indica que existem relativamente poucas pesquisas sobre a temática e apontam para a necessidade de novos estudos para a melhor compreensão da situação dos imigrantes senegaleses no mundo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, é apresentada a análise dos dados coletados a partir da análise documental, realizada entre os meses de setembro e dezembro de 2016, das entrevistas e da observação realizadas durante o trabalho de campo, no período compreendido entre os dias 21 a 26 do mês de setembro de 2016. Os dados estão ordenados em três Seções, constituídas pelas categorias intermediárias: Dos Papéis da Extensão e da Universidade; Do Projeto de Extensão MIGRAIDH e Das Vivências dos Senegaleses vinculadas às categorias finais estabelecidas nesta pesquisa: Extensão Universitária, Universidade e Migração. A partir das categorias intermediárias denotativas de núcleos temáticos de sentido, apresento, descrevo e analiso os dados, na perspectiva de encontrar respostas aos objetivos da pesquisa e conclusões úteis voltadas para a ação.

4.1 Dos Papéis da Extensão e da Universidade

Agrupados sob esta categoria intermediária, são abordados, nesta seção, o papel da Universidade e o papel da Extensão, a Pró-Reitoria de Extensão e a relação com a Política Nacional de Extensão. Esta categoria se vincula à categoria final Extensão Universitária, no sentido de que os temas e argumentos aí agrupados expressam as concepções relativas às instâncias mais teóricas e abstratas que se estabelecem entre os Papéis da Extensão e da Universidade e a categoria final Extensão Universitária.

4.1.1 Do Papel da Universidade

A Universidade tem um relevante papel social, sendo destacada por diversos autores como um dos elementos mais importantes para a emancipação social dos sujeitos e para o desenvolvimento de uma sociedade mais humanizada. Nesse sentido, segundo a Gestora 2, “*o nosso papel é contribuir para a formação humana*”. A entrevistada defende que a formação humana é mais ampla do que a formação para o mercado de trabalho. Conforme a entrevistada: “[...] *antes de formarmos Engenheiros, Médicos, Enfermeiros e Filósofos, nós estamos [...] nós trabalhamos com seres humanos, na formação humana*”. A entrevistada afirma que o objetivo

dessa formação ampla é contribuir “*para que esse sujeito tenha a capacidade de ir para o mundo, [...] mundo do trabalho, mas ter capacidade de refletir sobre isso*”. (Gestora 2).

A partir dessas primeiras manifestações da entrevistada, delinea-se, desde logo, uma forma de conceber a educação como sendo “[...] não apenas o ato de capacitar instrumentalmente produtores humanos, [...] mas como o gesto de formar pessoas na inteireza de seu ser”. (BRANDÃO, 2003, p. 21).

Em outra passagem, a Gestora 2 explicita a compreensão acerca da formação que cabe à Universidade proporcionar:

“Nós temos que formar [...] cidadãos que tenham capacidade, que tenham sensibilidade de compreender o tempo histórico, quais são as questões que estão postas e, a partir disso, com o conhecimento que, em tese, estaria reunido na Universidade, nós possamos contribuir com esses cenários, com essas questões”.

Nesse sentido, a sensibilização para compreender o tempo histórico visando à formação e desenvolvimento da cidadania constitui uma importante tarefa a ser assumida pela Universidade, depreendendo-se dessa concepção que o caráter utilitário, assumido por diversas outras concepções de educação, conforma apenas seu substrato mais básico, nas palavras de Brandão constitui “[...] um chão sobre o qual se pisa ao andar e acima do qual resta construir toda casa do ser”. (BRANDÃO, 2003, p. 21).

Por sua vez, a Gestora 1 corrobora com o entendimento sobre a responsabilidade que a Universidade deve assumir na formação dos alunos, ao proporcionar também os “*meios para que a pessoa [...] tenha condições de, politicamente, fazer valer aquilo que está conhecendo*”, de modo a poder “[...] criticar os processos, melhorar os processos, transformar os processos”.

A Gestora 2 ressalta o papel da Universidade no sentido de evitar o pensamento único, uma vez que, o contraponto é indispensável, pois: “*vai gerar o desconforto e vai induzir novas possibilidades*”. Esse entendimento vai ao encontro das concepções expressas na ecologia de saberes, que, segundo Santos (2007, p. 87): “[...] procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo”.

Para a Gestora 1 a “*Extensão surgiu a partir da nossa pesquisa na Associação de Haitianos, para entender a realidade deles, migratória, demandas*

[...] nós começamos a ser questionados sobre o Ensino Superior, como eles poderiam estudar [...].

Nesse sentido, consideradas as diversas manifestações dos entrevistados, é possível constatar o relevante papel da Universidade como indutora de novos conhecimentos, consubstanciados na diversidade de pensamento para a formação de seres humanos críticos e participativos e ainda como uma instituição que pode operacionalizar direitos a partir das demandas dos imigrantes por educação e ensino superior, inclusive.

Por outro lado, a Gestora 2 destaca a importância das Universidades públicas para a Extensão:

“Das públicas que a gente fala, as privadas não fazem Extensão, nem Pesquisa. Então formam para o mercado de trabalho. Nós temos que formar [...] esta é a minha percepção, que nós temos que formar homens e mulheres que sejam capazes de ser profissionais [...] de ser bons profissionais, mas que sejam capazes de compreender o tempo histórico em que estão vivendo e interagir sobre esse tempo histórico. Porque senão, nós vamos reforçar essas práticas de segregação, de exclusão, de não aceitar os diferentes”.

Desse modo, as Universidades públicas devem proporcionar uma formação que possibilite aos profissionais a capacidade de compreender e interagir com a realidade social. Nessa percepção, trata-se de reforçar o compromisso com a responsabilidade social que a Universidade pública deve exercer, indicando a “[...] visão política e de impacto social [...]” (CUNHA, 2012, p. 32) esperada da Extensão Universitária.

4.1.2 Do papel da Extensão

Antes de ingressar estritamente no papel da Extensão, apresento algumas concepções de Extensão retiradas do referencial teórico escolhido e das entrevistas coletadas. Essa apresentação preliminar justifica-se em função da ligação entre concepções e papéis da Extensão.

A Extensão Universitária, instituída dentro do princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, enfrenta nas diversas instâncias os desafios de superar as concepções de simples prestação de serviços. Ao mesmo tempo, propõe-se a ultrapassar a relação direta e linear - tradicionalmente estabelecida - entre “[...] os

que sabem e os que não sabem”. (CUNHA, 2012, p. 26). Nesse sentido, as concepções de Extensão que buscam inverter essa lógica atualmente, ganham espaço. De acordo com a Gestora 1:

“[...] agora, o bacana é se a gente pudesse, de alguma forma, extensões universitárias [...] ligadas a assessoria a imigrantes, que, portanto como é que a gente pensa as extensões universitárias. Então se a gente pudesse ter espaços assim, conferências [...] que fosse uma conferência por ano onde a gente pudesse reunir como extensões para poder discutir. A gente vai ter em novembro o GAIRE [...] para cá. A gente vai se reunir por dois dias pra gente pensar as nossas extensões, então vai ser uma reunião de trabalho de dois dias com todo mundo envolvido pra falar de nossas extensões, que é uma coisa bacana [...] é que a gente tem construído junto”.

De modo que, o diálogo externo com outras extensões universitárias é importante para favorecer concepções de Extensão mais preocupadas com o protagonismo dos sujeitos.

Relativamente à concepção da Extensão Universitária, a Gestora 1 manifesta-se a respeito do caráter pessoal, vincutivo e participativo dos sujeitos da seguinte forma:

“Tem muito que avançar. Então a gente tem coisas muito embrionárias ainda [...]. A concepção já mais ou menos se estabeleceu do que entendemos por Extensão. Estamos trabalhando com pessoas, pessoas que possam ser promotoras desse processo de Extensão, mas entendemos que o protagonista é esse sujeito”.

Em continuidade, a entrevistada discorre sobre a compreensão acerca da concepção da Extensão Universitária, reforçando a natureza essencial da participação dos sujeitos como protagonistas nos processos extensionistas. Segundo a Gestora 1, o sujeito “não vai ser alguém que será um objeto de exploração da pesquisa. Ele é um sujeito na sua concepção toda”. Dessa forma, a entrevistada expressa como se processa esse protagonismo: “Ele vai nos dizer o que fazer da Extensão”. (Gestora 1). Reforça essa concepção o fato de que a criação do Projeto de Extensão “[...] surgiu a partir da nossa pesquisa [...] para entender a realidade deles, migratória, demandas [...]”. (Gestora 1).

Com relação ao papel da Extensão, merece destaque, para a formação humana e produção de conhecimentos dos alunos, a vivência da realidade. Segundo a Gestora 2,

“A Extensão tem que ser [...] este espaço, a possibilidade que o aluno tem de vivenciar a realidade, de compreender a realidade, de vir para dentro de sala de aula, refletir sobre isso, e a partir dessa produção teórica, colocar questões de pesquisa vinculada à formação, seja na Graduação ou na Pós-Graduação”.

Dessa forma, a Extensão, ao colocar o aluno em contato com a realidade, possibilita a reflexão crítica, agora, tornada objeto para seu próprio aprendizado.

Nesse sentido, Extensão Universitária passa a constituir uma prática social que se estabelece a partir de diálogos propiciadores de conhecimentos, nos quais “[...] a educação deve começar por tornar os educandos progressivamente coautores dos fundamentos dos processos pedagógicos e de construção de finalidades do próprio aprendizado”. (BRANDÃO, 2003, p. 22).

Essa valorização do papel da Extensão justifica-se em função de que os alunos muitas vezes não conseguem compreender a importância da Extensão em suas formações. Segundo a Gestora 2: *“Eles acham que Extensão não tem a ver com a formação deles, e quando você começa a dialogar com os alunos, eles conseguem entender que a Extensão é fundante da sua formação [...]”.* No trecho subsequente, a entrevistada justifica essa importância da Extensão na formação dos alunos:

“[...] a partir de conhecer a realidade, que as questões que estão postas com os grupos, com a realidade social com a qual a Universidade está inserida, essas questões têm que ir para sala de aula e delas ser gerida uma questão de pesquisa e não o contrário”.

Para o Aluno 2, *“[...] Extensão é o que permite te colocar em contato com a realidade da luta por direitos [...] tudo isso vai impactar na formação da gente [...]”* e para o Aluno 1 a Extensão *“[...] é o que liga o que a gente pesquisa, o que a gente aprende em sala de aula a nossas vidas de uma maneira mais prática”.*

Assim, os entrevistados apontam para a indissociabilidade de uma Extensão realizada de fora para dentro da Universidade, o que Santos (2005, p. 176), concebe como uma *“[...] Extensão ao contrário [...]”.* Esta inversão resulta em construir *“[...] conhecimento sobre os processos de acesso ao conhecimento existente por parte da sociedade [...]”* (BOTOMÉ, 2001, p. 167), fundamental para a concretização do papel a ser exercido pela Extensão.

Apesar da progressiva sedimentação dessas concepções, a Gestora 2 demonstra preocupação com o atual cenário de possibilidades para os alunos

ingressarem na Extensão, *“as Universidades públicas brasileiras estão muito atrasadas, em pensar possibilidades de [...] como nós vamos incluir nossos alunos na Extensão? Todos e não só meia dúzia. Todos!”*. A preocupação da entrevistada resulta em parte dos diversos sentidos atribuídos ao papel a ser desempenhado pela Extensão Universitária ainda em curso no meio acadêmico, uma vez que existem “[...] múltiplas compreensões sobre o conceito e sentido da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na universidade”. (CUNHA, 2012, p. 32).

Para a Gestora 2, faz-se necessária a discussão teórica sobre a Extensão em razão de que nem sempre esta dimensão se encontra presente no fazer acadêmico da Universidade: *“Por mais que a gente entenda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no fazer acadêmico, mas no cotidiano das ações dos indivíduos nem sempre essas dimensões estão presentes”*. Todavia, a visão do Aluno 2 expressa uma concepção de quem participa ativamente de um Projeto de Extensão, pois segundo ele, a Extensão, *“[...] é uma soma de conhecimentos [...] não é de mão única”*.

Pude constatar, a partir da manifestação dos entrevistados que, embora a temática da indissociabilidade esteja relativamente compreendida no meio acadêmico, muitas ações de Extensão ainda permanecem “[...] ocorrendo de forma autônoma [...]” (CUNHA, 2012, p. 26), sem quaisquer correlações, carecendo de maior aprofundamento teórico para a compreensão da necessária organicidade.

4.1.3 Da Pró-Reitoria de Extensão

O papel da Pró-Reitoria envolve a promoção de ações de Extensão por meio de financiamento e divulgação dos projetos. Segundo a Gestora 2, o principal trabalho da Pró-Reitoria é dar visibilidade às ações de Extensão: *“Qual é o nosso grande [...] qual é o nosso trabalho? É dar visibilidade à ação”*. Nesse sentido, a Gestora 2 faz a seguinte declaração: *“nós temos então na página da Pró-Reitoria [...] um projeto chamado Visibilidade e esse projeto tem vários [...], produtos, tem várias ações”*.

De acordo com a Gestora 2, a Pró-Reitoria possui projetos aos quais é fornecido apoio financeiro especial:

“Em ações que a gente considera estratégicas, especialmente, nessas áreas mais novas que precisam dentro da Universidade de um pouco mais de visibilidade, por quê? Porque [...] enfim, então nesse campo a gente tem olhado, dentro do possível, e fomentado ações que entendemos importantes, por exemplo, hoje nós temos um outro projeto, que é um projeto chamado Alternativa, projeto de apoio, seria de apoio e acesso ao Ensino Superior pra jovens de vulnerabilidade social. Nós estamos hoje nos reunindo com 150 professores, atores que contribuem nesses programas no estado inteiro. Vem de Porto Alegre, de Pelotas, de toda a região [...] no sentido de fomentar e ampliar essas experiências que têm permitido que, especialmente, os jovens de ensino médio de classes populares possam acessar a Universidade pública através da formação, que também é [...] e dentro disso, todos [...] o nosso critério é vulnerabilidade para entrar nesse programa [...]”.

Assim, de acordo com a fala da entrevistada, a UFSM tem apoiado e desenvolvido projetos de inclusão social para jovens em situação de vulnerabilidade, demonstrando que a Universidade possui compromisso com a inclusão e a responsabilidade social.

Dentre os instrumentos para dar visibilidade às ações de Extensão, a Gestora 2 destaca: *“A primeira ação [...] (implantada) foi uma revista acadêmica justamente por quê? Porque a gente entendia a necessidade de se criar um espaço para reflexão teórica sobre a Extensão, sobre as ações de Extensão”.* Em outro trecho, a Gestora 2 destaca que a temática da migração foi uma pauta da revista acadêmica, recebendo alcance global via internet: *“Então a revista, essa aqui, nós estamos no segundo número, já traz esse tema, que correu o mundo, [...] está na internet [...]”.* Com relação à divulgação por meio de revistas, segundo a Gestora 2, *“[...] nós implantamos essa revista chamada Experiência e junto nós também implantamos uma segunda revista [...] jornalística, que se chama Extenda”.* Em síntese, conforme a entrevistada, a Pró-Reitoria possui duas revistas: uma de caráter acadêmico – Experiência; outra de caráter jornalístico – Extenda.

Dentre outros instrumentos utilizados para dar visibilidade às ações de Extensão, segundo a Gestora 2, destacam-se os programas de rádio e TV:

“[...] nós estamos fazendo o Extenda na TV, nós temos também, vocês vão ver na página os programas, que nós estamos veiculando na TV Campus. Como a nossa televisão tem um espaço relativamente curto, uma área de abrangência curta, nós fizemos um outro projeto que se chama Extenda na rádio. Então nós fizemos spotzinhos de rádio de todas essas matérias e nós disponibilizamos para as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul”.

A importância da oferta de pautas de comunicação pela Universidade às rádios justifica-se porque, nas palavras da Gestora 2, “as rádios comunitárias, que existiam milhões de rádios comunitárias no Brasil, não têm pauta, não têm pauta de comunicação. É só Chitãozinho e Xororó!”. Embora em tom jocoso, a Gestora 2 trata de um assunto relevante:

“Então vamos ofertar pauta para eles, e o que nós vamos ofertar? Pauta das nossas ações de Extensão. Então se lá no interior do Mato Grosso alguém ouvir na rádio um programa, um projeto desenvolvido, que fala sobre uma ação com imigrantes ou com refugiados que acontece no interior do Rio Grande do Sul, [...] tem uma coisa aqui que talvez alguém vá se interessar pelo tema”.

Dessa forma, a oferta de pautas de comunicação para rádios locais pode trazer benefício para a população de diferentes regiões do país.

A Gestora 1 entende que a Extensão “[...] acontece porque têm pessoas que fazem isso [...]. A gente tem trabalhado **para** isso. Sensibilizar [...]. E muito do que a gente tem feito é essa parceria com as associações. [...] Então a gente **está** sempre dialogando com as associações”.

Em síntese, é possível inferir das manifestações, que a publicização e a sensibilização das ações extensionistas aliadas ao diálogo com a comunidade, constituem uma prática acadêmica que, de acordo com o entendimento de Tavares (2001), procura vincular a Universidade com as necessidades da população.

Ainda, um grande desafio para dar visibilidade às ações de Extensão, segundo a Gestora 2, é a fragilidade do sistema de registro interno das ações em andamento:

*“[...] a nossa ideia é a de que a gente pudesse entrar, por exemplo, na Extensão e daí tu joga **s** uma palavra-chave e pud**estes** localizar, migração e refugiado, quais são os projetos que os professores [...] quem trabalha com esse tema [...] Porque, como a gente faz isso na pesquisa, que você vai localizar os grupos de pesquisa por temas, que a gente pudesse construir esses diretórios de trabalhos de Extensão e que os nossos sistemas aí de cada [...] inclusive é uma pauta do Fórum dos Pró-Reitores, e nós estamos trabalhando com esse desafio de termos um sistema de registro de projetos e programas que nos permita [...] eu jogo lá na UFRGS a palavra “refugiados”, quantos projetos têm? Quem trabalha? E assim lá no Mato Grosso, entendeu? Porque se nós não tivermos minimamente uma gestão destas informações [...] nós temos programas, ações maravilhosas sendo realizadas no país e não conseguimos compartilhar essas experiências”.*

Dessa forma, um sistema mais robusto de registro poderia favorecer a troca de informações, tanto no âmbito interno à UFSM quanto no âmbito externo com relação a outras universidades.

Apesar da importância da Extensão a Gestora 2 demonstra preocupação a respeito da resistência por parte dos docentes em geral à inserção na Extensão. Segundo a entrevistada, provavelmente isso se deve por uma desvinculação *“especialmente no que diz respeito à promoção, à promoção funcional, ao seu Lattes[...]”*. Para auxiliar nessa questão, a Pró-Reitoria, segundo a Gestora 2, vem discutindo, dentro da UFSM,

“[...] a necessidade de repactuar o nosso, os nossos indicadores de ascensão funcional, especialmente para os docentes, em que a Extensão passa a ter uma valorização maior e, mais recentemente, a Sucupira, que é uma plataforma da gestão da Pós-Graduação, ela coloca as ações de Extensão como uma das dimensões fundantes dos professores que atuam na Pós-Graduação”.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria demonstra interesse em valorizar a Extensão, incentivando a inserção docente, inclusive buscando repactuar os indicadores de ascensão funcional dos docentes.

O instrumento da avaliação dos projetos foi instituído, conforme a Gestora 2, com o objetivo de tornar mais clara a relação entre o recurso despendido e a anuência dos grupos sociais envolvidos. Nas palavras da entrevistada, a partir do início da avaliação, *“um projeto de Extensão para concorrer a recursos internos precisa ter anuência dos grupos sociais dos quais vai interagir”*. A entrevistada justifica essa importância da seguinte forma: *“E por outras questões que a gente também fez um diagnóstico de que muitas vezes o recurso é destinado, não é executado, depois volta para o caixa único e acaba deixando de a gente fomentar projetos estratégicos”*.

4.1.4 Da Política Nacional de Extensão

A Política Nacional de Extensão foi aprovada em maio de 2012 no XXXI Encontro de Manaus, embora as discussões prévias tenham iniciado a partir do Plano Nacional de Extensão de 1999:

A deliberação desta Política desenvolveu-se de forma ampla e participativa nos últimos três anos, tanto no âmbito do FORPROEX quanto no das próprias Universidades Públicas. Uma versão preliminar do documento, que partiu de discussões prévias sobre os limites e potencialidades do Plano Nacional de Extensão de 1999, foi apresentada no XXVI Encontro Nacional, realizado em novembro de 2009, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). No XXVII Encontro Nacional, realizado em Fortaleza (CE), em julho de 2010, o documento foi amplamente discutido. Incorporadas as contribuições dos representantes das Universidades Públicas signatárias, esta Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012. (FORPROEX, 2012, p. 4).

Os eixos integradores e as Áreas Temáticas da Política Nacional de Extensão são descritos da seguinte forma:

Os eixos integradores são Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. O eixo Áreas Temáticas tem por objetivo nortear a sistematização das ações de Extensão Universitária em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social. São elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Esse leque, obviamente, não esgota todos os focos de política social, e discussões sobre sua ampliação já estão na agenda do FORPROEX (FORPROEX, 2012, p. 25).

A Pró-Reitoria da UFSM tem buscado organizar suas ações a partir dos eixos e Áreas Temáticas da Política Nacional de Extensão. Essa organização tem pretendido evidenciar a política existente, além de tornar mais clara a organização temática das ações. Segundo a Gestora 2:

“Entendemos que ela é orientadora a partir da política institucional e a gente possa, a partir disso, então também dando visibilidade, para a própria comunidade acadêmica compreender que existe, que não é uma invenção de um Pró-Reitor, de uma gestão, mas que existe uma política pensada, desenhada, amadurecida no contexto [...]”.

Desse modo, a relação existente entre a política e a orientação das ações da Extensão adotadas na UFSM é estabelecida no contexto da prática, conduzindo a uma interpretação concorde com a concepção expressa por Mainardes de que, a análise das políticas deve recair “[...] sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática”. (MAINARDES, 2006, p. 50).

Não obstante a orientação referenciada a Política Nacional de Extensão, a Gestora 2 demonstra preocupação com a inexistência de uma matriz segura no cenário Andifes:

“Então, uma das vulnerabilidades que eu avalio da Extensão é esta: é a inexistência de uma matriz segura, no cenário da Andifes, que possa garantir [...] porque se nós vamos saber que nós vamos ter tanto por cento de volume, tu vai dizer: “bem, qual são as estratégias dos programas, nós vamos investir tanto nesse, nesse e nesse ano. E não a cada ano você trabalha [...]”.

Nesse sentido, a Gestora 2 manifesta a necessidade de se estabelecer instrumentos que tragam segurança ao sistema de modo a propiciar a possibilidade de se estabelecerem programas estratégicos para a área, eliminando a instabilidade presente no cotidiano da Extensão.

A Gestora 2, referindo-se a todo o sistema de ensino superior público, sintetiza e conclui acerca dessa vulnerabilidade apresentada pela Extensão da seguinte forma: *“Então isso é uma das fragilidades que nós temos no conjunto das universidades públicas”.*

4.2 Do Projeto de Extensão MIGRAIDH

Nesta seção, correspondente à categoria intermediária Projeto de Extensão MIGRAIDH são abordados categorias iniciais relativas: ao início, à gestão, à participação dos alunos, ao apoio, às possibilidades de ampliação e aos limitadores do Projeto, à política local: inovação e resultados, à presença dos imigrantes no Projeto, do aprendizado do idioma e do acesso a direitos, novos conhecimentos a partir da prática da Extensão, às vivências dos alunos no projeto e a possibilidade de transferir as experiências do Projeto. Esta categoria intermediária está relacionada com a categoria final Universidade, no sentido de que os temas aí agrupados referem-se a instâncias institucionais e conforme os senegaleses, único elo de referência com a Universidade.

4.2.1 Do Início do Projeto de Extensão

A gênese do Projeto de Extensão que trata de imigrantes e refugiados em Santa Maria foi a criação do grupo de pesquisa sobre a temática da migração. Nesse grupo, surgiram as primeiras investigações e demandas que motivaram a criação do Projeto de Extensão. As atividades passaram a ser desenvolvidas

conjuntamente, constituindo o MIGRAIDH, Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM.

Em 24 de setembro de 2015, foi firmado acordo de cooperação entre ACNUR e UFSM por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Melo¹⁹ (CSVM), programa iniciado no Brasil em 2003 e ratificado mediante os Seminários Nacionais da CSVM a partir de 2010, que possibilitou estreitar relações entre a Agência da ONU para refugiados e as universidades, difundindo o conhecimento sobre boas práticas referente ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária relacionadas aos refugiados. Segundo a Gestora 1:

“O projeto de Extensão [...] ele surgiu a partir da nossa pesquisa. Então, assim o primeiro impacto que nós tivemos foi quando fomos demandados em uma entrevista que fomos pra Lajeado para entrevistar, na Associação de Haitianos, para entender a realidade deles: migratória, demandas [...] e nós começamos a ser questionados sobre o Ensino Superior, como eles poderiam também ter toda aquela qualificação que eles vêm do Haiti e aplicar aqui, que eles entendiam isso muito importante para eles, como eles poderiam estudar, aqueles que não estudaram [...]. E nós viemos imbuídos de pensar como era possível operacionalizar um direito que ele já existe, [...]. Então a partir do nosso cenário aqui na Universidade. E daí a nossa Extensão começou, [...] em 2014, [...] quer dizer, 2014, com a resolução que instituiu o programa de ingresso à Universidade a imigrantes em situação de vulnerabilidade e refugiados, então Ensino Técnico, Tecnológico e Superior e que tá tramitando até hoje por problemas da Universidade mesmo [...].”

Desse modo, as atividades do Projeto iniciaram com o desenvolvimento, em 2014, com a apresentação de uma proposta de resolução para instituir o programa de ingresso à UFSM de refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade, sendo incentivadas a partir da assinatura do convênio entre a UFSM e ACNUR.

4.2.2 Da Gestão do Projeto e da Participação dos Alunos

De acordo com a Gestora 1, a gestão do Projeto MIGRAIDH possui grande participação dos alunos desenvolvendo uma “[...] *gestão coletiva* [...]”, em uma relação “[...] *bastante horizontalizada* [...]”. Para a entrevistada:

“[...] os alunos são tão protagonistas do processo e da gestão como eu. [...] assim eu me coloco como Coordenadora por questões formais [...] mas nós

¹⁹ Disponível em <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/eventos/TERMO_DE_REFERENCIA_CSVM_2012.pdf>. Acesso em 19 de já. 2017.

decidimos tudo em coletivo, então, [...] a gente se constitui como coletivo. Essa é a gestão, a prática de gestão: a nossa constituição como coletivo”.

As reuniões do grupo ocorrem semanalmente para discutir questões relacionadas à gestão, ao planejamento ou à assessoria mais direta a imigrantes. Conforme a Gestora 1, além das reuniões para discutir questões de assessoria a imigrantes,

[...] a gente tem as nossas reuniões periódicas do que vamos fazer daqui para frente. A gente tem que fazer agora uma reunião para consolidar uma rede interna, que a gente ainda não conseguiu avançar, [...] a gente tem dialogado sempre no coletivo, então é uma gestão coletiva mesmo, que não é só um professor. É uma professora, pelas questões formais, que vai assumir as responsabilidades do Projeto internamente, mas nós temos alunos, [...] a gente faz questão inclusive de na nossa página, no site da internet aqui do MIGRAIDH, colocar que eu sou Coordenadora, mas também que tem o Coordenador que é o Aluno 1, [...] que tem o Coordenador Aluno 2²⁰, que é aluno, então isso também dá o tom do que é esse Projeto.”

Dessa forma, na visão da Gestora 1, a consolidação de uma rede interna é uma das questões que merecem maior atenção da Universidade com relação ao Projeto.

4.2.3 Do Apoio ao Projeto de Extensão

O apoio ao Projeto, conforme os dados obtidos a partir da análise das entrevistas, apresenta dois vieses: o apoio financeiro, tanto institucional quanto externo, e o apoio interno, tanto da respectiva comissão de Extensão quanto da Universidade. Apesar disso, o aspecto financeiro foi predominante nas respostas dos entrevistados.

A Gestora 1 explica como se dá o apoio financeiro ao Projeto:

“Primeiro que internamente a gente tem recurso que se dá por editais, mas eles são ligados mais ao CESH [...]. Então a gente tem o FIEX, que todo o ano sai, o financiamento de Extensão, e a gente encaminha por Projeto, têm duas bolsas para alunos e a gente tem recursos internos para isso. Na pesquisa, eu saí agora, terminei agora o prazo do CNPq, estou entrando em outro edital, que já fomos contemplados, o financiamento pela FAPERGS, então a gente tem recurso de agências, então a gente teve até o ano passado financiado pelo CNPq. Expirou, terminou [...]”.

²⁰ Nome do Aluno suprimido para evitar expor sua imagem.

Dessa maneira, a entrevistada apresentou uma série de financiamentos, tanto interno quanto externo, utilizados pelo Projeto.

A Gestora 2 esclarece como é o financiamento institucional da UFSM para a Extensão: *“A Universidade tem um fundo para Extensão, nós temos o FLEX. Então, anualmente, nós [...] todos os professores e técnico-administrativos podem apresentar Projetos e programas”*. Complementando o esclarecimento sobre o financiamento institucional, a Gestora 2 afirma,

“O nosso edital, estabelece as normas, os contornos legais deste processo, e a partir daí, então autonomia, os apoios [...] a autonomia são das comissões locais de Extensão. Mas fora isto, como a gente tem recursos próprios da Pró-Reitoria, nós também [...] um conjunto de ações a gente apoia por fora do FLEX”.

A entrevistada destaca que as comissões de Extensão possuem autonomia para direcionar os recursos, dentro dos limites e controles legais estabelecidos no edital. Dessa forma, o apoio da comissão de Extensão também é um aspecto importante para a manutenção do Projeto.

Ratificando essa autonomia das comissões, a Gestora 2 afirma que a ação da Pró-Reitoria *“[...] é mais de acompanhamento e de fomento, até porque essa é uma ação que nasce ali dentro do curso de Direito [...]”*.

Nesse sentido, a Gestora 1 afirma que o Projeto tem recebido apoio interno da Universidade:

“Sabe que a Universidade tem se mostr^{ado} aberta. Porque assim, agora nós [...] estamos diante de uma mudança. Mas a gente sempre teve um movimento estudantil de esquerda, isso é importante porque é um movimento que tem sido muito precursor na questão das cotas e que fez assim [...] revolucionou a questão das cotas aqui dentro! Então, [...] a Universidade Federal de Santa Maria [...] ficou como uma referência de Universidade que está ligada à política de cotas. De ações afirmativas e de programas de permanência de pessoas, a partir das suas diversidades, que têm, digamos, o ingresso diferenciado em função da condição diferenciada”.

De acordo com a entrevistada, além do apoio, a UFSM tem sido vista como uma referência na política de cotas em função da abertura para novos Projetos de ações afirmativas e programas de permanência.

4.2.4 Possibilidades de Ampliação e limitadores do Projeto

A respeito da possibilidade de ampliar as ações do Projeto de Extensão, a Gestora 1 afirma:

*“Agora a gente **está** tentando ampliar [...] a gente tá tentando ampliar o nosso Projeto para psicologia. Eu já fiz um [...] já contatei, já vai se inserir Projeto com o Professor X, que é um professor lá da Psicologia, e a gente acha que é bem importante esse campo mesmo de você pensar a Psicologia Social também na questão da imigração. Então, isso é legal. A gente quer evoluir mais internamente, que é o que **está** mais difícil nesse momento. Um momento estatuinte, um momento que **está** meio difícil aqui dentro”.*

Com relação aos limitadores do Projeto, a Gestora 1 destaca que os recursos financeiros não têm sido limitadores para a Extensão. Por outro lado, “[...] o que pode representar um elemento limitador é, eventualmente, o recurso humano”. A entrevistada relaciona essa limitação à dificuldade de encontrar pessoas que estejam engajadas na Extensão. Apesar disso, a entrevistada destaca que a inexistência de bolsas e estímulos à prática de Extensão pode representar uma limitação para a permanência de bolsistas:

“Então, [...] a gente tem envolvido muito e trabalhado nisso, pensando assim que tem que ter pessoas imbuídas desse sentimento da Extensão. Então a gente tem trabalhado isso muito no Ensino, na Pesquisa, estimulando muito, para que isso venha a se reverberar na Extensão. [...] assim esse cuidado com as pessoas, de pensar que a Extensão ela acontece porque têm pessoas que fazem isso. [...] e também pensar meios, porque também as pessoas precisam ter um retorno, muitas vezes, porque são estudantes. Então, [...] buscar sempre bolsas e o estímulo à prática da Extensão. Isso para nós tem sido, [...] o que pode se considerar como limitador: a inexistência de bolsas ou de pessoas eventualmente estimuladas à Extensão. [...] a gente tem trabalhado muito nisso”.

Nesse sentido, a principal limitação do Projeto envolve a dificuldade em captar e reter os recursos humanos, principalmente bolsistas, de modo a estimular a permanência no Projeto.

4.2.5 Da Política Local: Inovação e Resultados

A concepção e a aplicação de políticas efetuadas na instância local - tendo como fundamento a abordagem do ciclo de políticas, formulada pelo sociólogo inglês

Stephen Ball e por colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1994a), em especial a “[...] política em uso [...]” - podem ser verificadas no Projeto de Extensão tanto pela realização de processos inovadores, quanto pela interpretação, formulação e implementação de políticas que resultaram em diversas proposições de natureza técnico-legal.

Para o Aluno 1, considera-se como inovação o ativismo político que originou o Projeto:

“[...] A gente surge desde a base, desde o ativismo mesmo, desde, perceber a partir da pesquisa, por exemplo, a necessidade de uma mudança de cenário e a realidade local, pensar: Ah, vamos mudar a realidade! A gente não tem uma instituição que nos permita fazer isso, mas a gente pode atuar desde aqui. A gente pode criar o nosso Projeto [...]”

Já, para o Aluno 2, a organização das aulas de Português sem a figura de um professor licenciado em Letras é uma inovação:

“Eu acho que [...] o inovador, eu acho que a gente não se limita a ter um professor licenciado em Letras aqui. Eu acho que, nesse sentido, isso é inovador no Projeto, porque se nós dependêssemos [...] eu acho que tem muita boa vontade das pessoas que estão ensinando Português dentro desse grupo. É uma questão muito de boa vontade e de estar sabendo da importância disso também, o que muitas vezes pode passar batido por alguém que não estuda migrações, pra alguém que estuda o Português, por exemplo. Então acho que aí é que está a inovação, sabe, de que os estudantes que estão dentro do debate das migrações nos Direitos Humanos se veem, não só capazes, mas também veem a importância de estar de alguma maneira ajudando esses migrantes a enfrentarem os obstáculos que têm”.

Para a Gestora 1, a principal inovação do Projeto de Extensão está relacionada à participação dos sujeitos da pesquisa - no caso, os imigrantes senegaleses – não como objetos de exploração da pesquisa, mas “*sujeitos na sua concepção toda*”. Nesse sentido, num processo coletivo de construção de sujeitos, conforme a entrevistada: “*Então, nós como sujeitos, [...] numa relação da pesquisa e numa relação de fazer extensão, mas eles também como sujeitos, como sujeitos protagonistas também vão nos dizer o que fazer e que vão nos demandar também pra isso*”.

Das palavras da entrevistada, é possível perceber a efetivação de uma prática extensionista que se coaduna com a implementação de uma política que favorece a participação efetiva dos sujeitos na construção e determinação dos processos a que estão envolvidos, considerando suas necessidades, anseios e

protagonismo. A Gestora 1 reforça essa posição da seguinte forma: *“Realmente é muito fundamental, assim é o que dá sentido. A gente poder pensar que esse Projeto ele serve pra melhorar a vida deles e que eles também nos dizem o que a gente tem pra fazer. Acho que isso é bem importante”*.

De igual modo, a inovação do Projeto pode ser relacionada à presença efetiva dos imigrantes, seja em sala de aula com os alunos ou em conversas informais na sala do Projeto. A presença dos imigrantes pode ser considerada como uma importante inovação, por não se tratar apenas de uma relação formal como a que se estabelece nas cortes, quando e onde ocorrem os procedimentos formais e processuais próprios das instâncias judiciais, mas sim de uma relação de proximidade e interculturalidade entre todos os participantes do Projeto.

Outra inovação do Projeto foi o ingresso, na UFSM, de dois refugiados por meio de vagas especiais. Segundo a Gestora 1, *“[...] é uma coisa muito pioneira no Brasil [...]. Porque no Brasil o que tem são alguns editais de seleção para ingresso. Ingresso nessa condição, assim com vaga especialíssima, eu não tinha visto ainda”*. Dessa forma, segundo a entrevistada, a UFSM foi uma das precursoras, no Brasil, na inclusão de refugiados por vaga especial na Universidade.

Para o Aluno 1, o programa de acesso ao Ensino Superior para refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade social é uma importante estratégia de ação inclusiva:

[...] Então, é algo que está em desenvolvimento. Como eu te falei, a gente tenta participar da luta política com eles na [...] por ações de inclusão. Aqui na Universidade, não relacionado só a senegaleses, a gente já tenta há um tempo instituir o programa de acesso ao Ensino Superior para imigrantes em situação de vulnerabilidade social e refugiados a partir de muitos coletivos de imigrantes, como os haitianos, por exemplo, e também dos senegaleses. Ainda está em discussão. É claro que você vivenciar a realidade deles aqui acaba contribuindo pra poder pautar isso na Universidade, mas ainda tá em andamento [...].

Apesar de a Resolução nº 039/2010 possibilitar o ingresso em condição especial, o Projeto de Extensão MIGRAIDH, visando manter e aprimorar o sistema de ingresso de imigrantes e refugiados na Universidade, desenvolveu uma nova proposta de resolução que, a partir do estabelecimento de uma nota mínima, permita o ingresso de imigrantes e refugiados na UFSM. Segundo a Gestora 1,

[...] essa resolução nova que a gente **está** propondo é **para** trabalhar com isso aí também. Quem não consegue? Então a gente **está** tentando ver mecanismos assim: [...] uma nota mínima no Enem, a gente sabe que o Enem também tem o lance da língua [...]. Porque tem que saber a língua portuguesa, mas aí seria só uma nota mínima e já tem a vaga garantida. Então não é uma disputa. A gente **está** tentando trabalhar por ali mesmo [...].

Essa nova resolução está tramitando internamente na Universidade, segundo a Gestora 1:

“Está tramitando. Existe uma resolução de 2010, que [...] nunca tinha sido aplicada. Esse ano então nós começamos a pressionar e aplicamos [...] e aí conseguimos fazer ingressar dois refugiados com vaga especial no curso, um de Medicina e um de Biologia. E daí a gente forçou a aplicação da resolução de 2010. Aí, claro já tem todo um movimento político aqui internamente de cotas e tudo mais nesse sentido [...] e o fato de que essa resolução **está** parada [...] e não anda e aí teve essa flexibilização da aplicação, mas deu, foi possível”.

Questionada sobre o andamento da proposta da nova resolução que trata do ingresso de refugiados, a Pró-Reitoria informou que a proposta, possivelmente, estaria sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação²¹.

Para o Aluno 1, as ações do Projeto de Extensão contribuíram para a visibilidade do fenômeno da imigração, sendo um importante resultado do Projeto: *“Já deu visibilidade ao poder público, já tem mais contato com o que é a questão da imigração aqui, já sabem, bom, imigrantes também têm direitos [...]”*.

Outro importante resultado do Projeto foi o desenvolvimento e inserção de uma Nota Técnica no Projeto de Lei de Migrações. A nota técnica foi inserida no citado Projeto de Lei nº 2516/2015²² e traz importante visibilidade para o Projeto e para a Extensão como um todo, pois a produção de políticas por meio de documentos técnicos, muito além do reconhecimento próprio da área, contribui efetivamente para a inclusão social de segmentos vulnerabilizados.

Destas atividades de extensão desenvolvidas pelo Projeto, delinea-se “[...] o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais”. (SANTOS, 2005 p. 175).

²¹ Após a conclusão da coleta de dados, a Resolução foi aprovada com o nº 041/2016-UFSM. Disponível em <http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/uploads/8de07789-d9fb-439c-9bf5-d89a378954a4.pdf>. Acesso em 19 jan. 2017.

²² Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F07E1F34F78828D48FD4921135501CF.proposicoesWeb1?codteor=1370312&filename=Avulso+-PL+2516/2015. Acesso em 05 de jan. de 2017.

O Projeto de Extensão inclui outras contribuições no campo da produção de políticas locais. A Gestora 1 sintetiza os resultados do Projeto da seguinte forma:

“Primeiro é essa resolução, segundo, nós melhoramos algumas resoluções internas como a ampliação do benefício socioeconômico. [...] a gente deu parecer pra PROGRAD requerer alteração na resolução que falava do benefício socioeconômico para estudantes que vedava estrangeiros, então agora já contempla imigrante. Então a gente tem contribuído para melhorar internamente e a Nota Técnica, com relação ao PL 2516, a Lei de Imigrações, e participando dos espaços para explicar ela, então a gente tem feito [...] assim dado muita [...] participado de muita conferência nesse sentido pra poder falar também da Lei de Imigrações, isso é bem importante.

Conforme a Gestora 1, será encaminhada proposta à Câmara de Vereadores para a modificação da legislação municipal com vistas a alterar a regulamentação relativa ao comércio de rua, visando legalizar a atividade laboral dos imigrantes:

“E agora em nível municipal, [...] passadas as eleições, a gente vai encaminhar sim todo um documento para alteração da lei municipal sobre comércio ambulante de rua informal. Porque essa realidade do migrante, que tem inclusive como aspecto cultural a venda de produtos no comércio de rua, tem que ser compreendida e tem que ser facilitado esse processo para eles”.

Nesse sentido, a edição de notas técnicas, a Resolução que trata do ingresso de imigrantes e refugiados no ensino superior e os pareceres emitidos, entre outras iniciativas implementadas pelo Projeto, podem ser considerados exemplos de como, concretamente, se instituem políticas na instância local, concebidos pelo ciclo de políticas. Conforme Mainardes (2006, p. 49), “[...] a ‘política em uso’ refere-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática”.

4.2.6 Da Presença dos Imigrantes no Projeto

Um importante aspecto do Projeto de Extensão MIGRAIDH é o contato direto com os sujeitos. Isto é, a presença dos imigrantes no *campus*, mais especificamente, na sala de aula onde é executado o Projeto. Segundo a Gestora 1:

[...] Para nós, assim é o que dá sentido ao Projeto, Carlos. Você imagina um Projeto que faz Extensão com um sujeito e que esse sujeito não está ali, não teria sentido nenhum. Então para nós, todo o sentido é quando a gente vai receber eles aqui para fazer essa conversa, para entender a língua [...]. A gente também já dialoga, conhece as demandas e dificuldades [...].

Nesse sentido vale constatar que a presença dos imigrantes na Universidade corresponde ao que Rodrigues expressa: “Não se reduz a um gesto. Não é apenas a universidade ir ao povo, mas permitir que o povo venha a ela.” (RODRIGUES 2011, p. 85).

Por outro lado, é relevante destacar que a presença dos imigrantes não se restringe aos limites da academia, tampouco serem transformados em objeto de apropriação unilateral de conhecimentos, pois conforme a Gestora 1, referindo-se ao senegalês que melhor fala português no grupo: “[...] a gente o chama muito para dar palestras. Ele vai, também é importante pela voz do imigrante, a gente não falar por ele [...]”.

Outro aspecto que merece atenção no Projeto é a assistência aos imigrantes. Essa assistência é oferecida por meio do contato com as instancias responsáveis por solucionar as demandas. Segundo a Gestora 1, sempre que solicitado, os membros do Projeto buscam auxiliar com questões burocráticas e jurídicas:

[...] o nosso Projeto de Extensão ele tem uma característica, que ele pensa [...] quando nós falamos de assessoria a imigrantes e refugiados, a gente está falando na composição de redes. Então são redes formais de espaços de diálogo com a sociedade civil e com os órgãos públicos. Então nós como academia nos colocamos nesse protagonismo de priorizar essas redes. Então, assim surge alguma demanda que envolveria acionar juridicamente o estado, nós não vamos fazer petição [...].

A entrevistada complementa da seguinte forma:

“Nós vamos é dialogar com a Defensoria Pública da União, a gente vai buscar os órgãos que são responsáveis, então a gente [...] (não faz assistência jurídica). [...] vamos dizer assim, a interlocução. Nós somos facilitadores nesse processo. A questão burocrática para documentos, então nós acompanhamos. Nós vamos até a Polícia Federal, que a gente acha que é bem difícil aqui em Santa Maria esse contato com a Polícia Federal. Então [...] tem sempre ido junto [...]. Faz essa ponte, então a gente se coloca como, digamos assim, facilitadores, mas também [...] quer que eles se coloquem como protagonistas”.

O Aluno 1 esclarece a atividade de acompanhamento jurídico aos imigrantes e refugiados: “[...] a gente tem uma atividade de, digamos assim, pode se colocar

como assessoria jurídica, que é o acompanhamento jurídico, não é você ser advogado, você ir lá no judiciário [...]. É, orientação jurídica”.

Outro aspecto destacado pelo Aluno 1 é o acompanhamento na busca dos direitos dos imigrantes:

“É você ir acompanhar o que tem de lutas de direitos [...]. E na luta por direitos o que pode ter mais amplo. A gente participa bastante disso. Aqui em Santa Maria tem muitas dificuldades, por exemplo [...]. Com documentação, a gente já teve algumas orientações com relação a documentação. Tanto com documentos que teriam que ser em embaixada, tanto que com a Polícia Federal a gente já teve esse contato. Mas também com o poder público, por exemplo, o poder público Municipal, que aqui os senegaleses envolve atividades de comércio de rua. E tem uma dificuldade muito grande porque o poder público Municipal tem uma política de repressão ao comércio de rua. E isso [...] já gerou muitos problemas aqui na cidade. Há pouco tempo teve um ato até de violência mesmo numa dessas ações de fiscalização e que aí a gente teve que também acompanhar de perto porque daí acaba que, justamente por eles não terem contato com a língua portuguesa, acabam se tornando mais ainda vulneráveis aos abusos que podem acontecer por meio da atividade [...]. [...] e isso acaba impactando também em poder estar junto com eles também na tentativa de garantia de acesso a direitos”.

O contato com associações de imigrantes também merece destaque. Para a Gestora 1, “[...] a gente **está** sempre dialogando com as associações. Isso é muito importante. Que ali que eles vão ter o empoderamento, ali que eles são protagonistas, e a gente se coloca como intermediador num processo com o poder público e tudo o mais [...]”. Segundo dados da observação, a formação de redes é um aspecto estratégico relevante na execução do Projeto.

Vale considerar que o apoio, por meio de ações extensionistas, para resolução de problemas de exclusão e discriminação a imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade, por exemplo, é um dos pontos vinculativos entre a extensão universitária e a ecologia de saberes. (SANTOS, 2011).

4.2.7 Do Aprendizado do Idioma e do Acesso a Direitos

Outra atuação marcante do Projeto MIGRAIDH é a oferta de ensino não formal de Português a imigrantes e refugiados. Segundo dados da observação, as aulas de Português para senegaleses ocorrem semanalmente nas quartas ou quintas à noite com foco na acessibilidade à língua portuguesa. Apesar de não se tratar de ensino formal regular do idioma e não possuir um professor licenciado em

Letras atuante, o Projeto, por meio dos alunos monitores, oferece aulas da disciplina. Sobre a dinâmica das aulas, o Aluno 1 a descreve da seguinte forma:

[...] E aí a gente dá umas aulas, em alguns momentos a gente dá mais conteúdo mesmo porque também é importante, eles querem também ter, já têm base pelo francês [...], mas também, ao final, a gente faz umas rodas de conversa com eles, a gente conversa com eles a respeito das experiências deles e das nossas experiências, eles nos perguntando como é a nossa realidade, porque às vezes acaba a gente só perguntando [...].

O Aluno 1, dessa forma, destaca que as aulas acabam sendo mais dialogadas em razão de trocas de natureza existencial e intercultural. Esses diálogos são relevantes na medida que favorecem uma aproximação entre os próprios participantes do Projeto, oriundos de culturas diferentes.

Dentre os aspectos relacionados pelos alunos e a Gestora do Projeto de Extensão que contribuem para a vida dos imigrantes e refugiados estão a integração com a comunidade Santa-mariense e o conhecimento da língua: no aspecto da melhoria da comunicação e conseqüentemente na reivindicação de direitos.

Para o Aluno 1, o impacto do Projeto na vivência dos senegaleses está relacionado ao aprendizado da língua e à busca por direitos:

“Ele impacta bastante, como já foi falado, na parte linguística, que a gente, a partir das aulas de Português, tem a interação com [...] nas aulas de Português, que permite alguns imigrantes que fazem aulas de Português, poder se comunicar melhor aqui e aí poder também reivindicar mais direitos. Então eles já conseguem compreender mais o cenário político”.

O Aluno 2 refere as possibilidades de integração com a comunidade de Santa Maria, pelo conhecimento do idioma por parte dos imigrantes, ao tempo que manifesta o impacto recíproco propiciado por um diálogo que se estabelece pela busca de sentido e troca de conhecimentos. Esta relação de troca entre o saber científico e o leigo que provem de culturas não ocidentais como a de origem africana é parte constitutiva de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2005). O Aluno 2 reporta sua convicção do seguinte modo:

[...] eu dou aulas de Português. Como minha formação é em Relações Internacionais, acaba que a assistência jurídica [...] assessoria jurídica muitas vezes acaba saindo do meu escopo e eu não tenho muito a adicionar, então, quanto às aulas de Português, eu acho que é importante se ter ementas no sentido de que quando um migrante vem para cá, para essa sala, que é a sala do MIGRAIDH, ele está saindo um pouco da

*realidade dele, que às vezes não é uma realidade maravilhosa assim, que não é uma realidade de um estudante universitário, por exemplo. Eu acho que nesse momento é, além de tudo, um momento de integração, sabe, com a comunidade santa-mariense, nesse caso, por exemplo. Que o imigrante **está** sentado na tua frente e conversando contigo sobre coisas em comum com a tua realidade e com a dele que fazem sentido mesmo parecendo que não poderiam fazer, porque são duas realidades muito distintas. Eu acho que o impacto na vida dos imigrantes que têm aulas de Português, por exemplo, é positivo nesse sentido. Eu acho que tanto para o imigrante quanto para as pessoas que estão dando aula, como eu e o (nome subtraído para evitar identificação). Eu acho que é recíproco, [...]”.*

Em outra passagem, o Aluno 1 identifica o desconhecimento do idioma português por parte dos imigrantes como uma das maiores barreiras para o exercício das atividades cotidianas e reforça o entendimento de que o domínio da língua é condição para o acesso a direitos. De modo que esse conhecimento possibilita:

“Se localizar e se colocar como sujeito de direitos também porque tem o domínio da língua, que é uma das maiores barreiras. Antes da gente começar as aulas de Português, a gente já identificava, a língua é uma das maiores barreiras a acesso a direitos dos imigrantes aqui do país: não falar a língua. E a partir de eles terem mais contato com a língua portuguesa, eles conseguem ter mais essa reivindicação de direitos, digamos assim, aqui no país. E conseguir se situar mais na vida cotidiana também”.

Dessa forma, o Projeto de Extensão demonstra produzir mútuos benefícios tanto para os alunos participantes do Projeto, quanto para os imigrantes e refugiados, decorrentes do “[...] reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos [...]” e da concepção de que o “[...] conhecimento é interconhecimento [...]” (SANTOS, 2007, 13-14).

4.2.8 Novos Conhecimentos a partir da Prática da Extensão

Para o Aluno 2, a aquisição e busca por conhecimentos originados de trocas dialógicas é um dos resultados da vivência da Extensão e possui relevante significado:

“De muitas maneiras também, por exemplo, eu criei um interesse muito grande por estudar a África Ocidental por causa da imigração senegalesa aqui. Tão grande que eu pretendo trabalhar isso no meu Projeto de trabalho final de curso, por exemplo. Acho que [...] o ensino de Português para senegaleses foi o que me direcionou pra isso de alguma maneira ou outra. Além disso, [...] a língua que é um diferencial. Eu entender que tem uma

peessoa do meu lado que fala uma língua muito diferente do português e que é uma língua que não é nem um pouco [...] divulgada, digamos assim, que não é uma língua como o inglês ou o francês [...] no caso dos senegaleses, o francês é uma língua deles também, mas o Wolof que é a outra língua deles não tem [...] nada em comum com o português, por exemplo. Eu poder ter acesso a isso tem uma importância, uma relevância muito grande”.

Já o Aluno 1 destaca que um dos principais novos conhecimentos é “*Você ter acesso a interculturalidade de fato, aquela realidade da diversidade cultural e você perceber como é positiva a interação cultural, como é positiva a diferença [...]*”.

Um outro aspecto destacado pelo Aluno 1 como gerador de novos conhecimentos é viver o que ele chama de “[...] *vida fora dos manuais [...]*”:

“Por exemplo, aqui no curso de Direito, viver a vida fora dos manuais e do plano ideal do que deveria acontecer, mas perceber a realidade, perceber como o imigrante ainda é estigmatizado, como ele ainda é excluído também por não ter acesso à língua mesmo. E como o poder público, em todas as instâncias do poder público, ainda [...] encaram uma lógica de que o imigrante tem menos direitos, por exemplo. É isso que você se depara na Extensão e isso te agrega muito conhecimento [...] entender também quais são os desafios. E fora isso, entender toda a realidade do que é o contexto migratório, desde os relatos, desde as vivências, desde o que eles falam do que eles pensam, aí você pode também formular muito conhecimento do que é, por exemplo, o processo migratório e do que ele significa na realidade das pessoas”.

Dessa forma é possível perceber como a formação de novos conhecimentos pode ser construída a partir do desvelar de novas realidades (SANTOS, 2011) e compreender o “[...] múltiplo e complexo lado de outros sujeitos que nos desafiam a aprender a substituir [...] a transferência de informações entre sujeitos desiguais pela troca de conhecimentos entre pessoas diferentes”. (BRANDÃO, 2003, p. 22).

O Aluno 2 destaca a importância de se conhecer a realidade para se propor políticas inclusivas:

“No caso dos imigrantes senegaleses, eu acho que [...] sem a percepção [...] de qual é a realidade de fato, de quais são os obstáculos de fato e quais as necessidades jurídicas deles eu acho que não seria possível fazer uma política sem entender isso num primeiro momento. Eu acho que isso é o principal, para fazer políticas é necessário entender a realidade, o que acontece de fato. Então eu acho que aí está a importância de qualquer Projeto de Extensão, tanto para política migratória quanto para políticas educacionais, políticas [...] enfim de inclusão social”.

4.2.9 Da Vivência dos Alunos no Projeto

Os alunos que participam do Projeto relataram que uma das maiores riquezas que vivenciam no Projeto é o diálogo intercultural. Esse diálogo se constrói com uma visão de que o outro é de uma cultura “diferente”: nem superior, nem inferior. Nesse sentido, as práticas extensionistas adotadas no MIGRAIDH trazem vivências importantes tanto para os imigrantes e refugiados quanto para os membros do grupo. Para o Aluno 2:

“Eu acho que a Extensão ela é o que liga o que a gente pesquisa, o que a gente aprende em sala de aula a nossas vidas de uma maneira mais prática. Todo o momento que eu venho aqui no MIGRAIDH e dou uma aula de Português para o imigrante da África Ocidental, Senegal, por exemplo, eu consigo perceber ele como muito além, mas muito além mesmo do que a leitura de um livro, do que a leitura de um artigo, enfim a realidade está na minha frente”.

Para a Gestora 1, as vivências da prática da Extensão se tornam relevantes tanto para a formação dos alunos como para o empoderamento dos imigrantes, por colocar todos na condição de sujeitos políticos, pois:

[...] primeiro que eles, ao vivenciarem a Extensão, eles se colocam como sujeitos políticos. Eu acho que isso é o bacana dessa Extensão [...] É pensar que aqui a gente tá fazendo política, nós somos sujeitos políticos. Então a gente tá se empoderando de instrumentos pra entender o quanto que nós, organizados coletivamente, conseguimos demandar. E a demanda ela não é só bater na porta do judiciário. É muito mais do que isso! É uma demanda de reconhecimento de direitos, é uma demanda de pressão de poderes públicos para entrega de respostas a demandas que surgem. Então é politicamente trazer o imigrante para uma situação de sujeito também, é dar instrumentos para ele se empoderar, dizer: “sim, você pode, nós aqui nos colocamos como apoiadores do processo”. Então acho que é essa construção. Os estudantes também se entendem e conseguem perceber a força política que a gente tem e se articular politicamente para isso.

O Aluno 1 apresenta um outro ponto de debate: as vivências do Projeto contribuem para a formação acadêmica:

“[...] o Projeto de Extensão ele é fundamental na vivência da gente diária [...] começar falando da formação [...] digamos assim, da vivência da formação acadêmica mesmo, acho que o Projeto de Extensão é o que te permite te colocar em contato com a realidade da luta por direitos [...] a realidade do acesso a direitos [...] de todas as barreiras políticas e jurídicas nessa [...] nesse viés [...]”.

Importante ressaltar que, para o Aluno 1, as vivências do Projeto contribuem para a formação acadêmica a partir do contato com a realidade, dos questionamentos e do compromisso com a mudança dessa realidade:

“É o Projeto de Extensão que te permite te questionar e ter uma agência como parte de uma mudança de realidade. É você assumir também uma posição e um compromisso a partir do que você tem na sua formação. A tentar mudar uma realidade que você acaba percebendo pelo contato com o mundo da Extensão. Então, eu acho que tudo isso vai impactar na formação da gente e esse contato mesmo com a luta por direitos que não tá nos livros, não está nos manuais [...] a realidade política, a realidade das dificuldades políticas de você acessar direitos, de você ter os direitos reconhecidos no contexto local é muito diferente a partir da Extensão”.

Nesse sentido a prática acadêmica que conecta a universidade com as necessidades da população favorece o “[...] surgimento de uma Universidade em que a relação com a população, passa a ser a oxigenação necessária à vida acadêmica [...]”. (TAVARES 2001, p. 82).

O Aluno 1 destaca o processo de formação de conhecimentos como resultado de sua vivência na Extensão com a imigração: “[...] o conhecimento não é de mão única. Você soma muito no contato com a Extensão. O mundo te dá [...] o mundo da Extensão te dá muito conhecimento pela vivência com os imigrantes, por tudo que você acaba se deparando ao longo das atividades”.

O Aluno 1 destaca ainda a importância que as vivências com a diversidade cultural proporcionam para sua formação e para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade:

“E isso muda muito a tua vivência em geral. Você tem contato com a diversidade cultural, por exemplo. Falando da migração, você tem contato com a interculturalidade, com toda a diversidade, com tudo que se fala e todos os estereótipos que se coloca [...] você pode desconstruir a partir da sua vivência a partir dessa realidade [...]”.

Em outro trecho, o Aluno 1 destaca outro resultado da vivência na Extensão: *“E eu acho que te faz também pensar no compromisso social da Universidade”.* O aluno descreve ainda que a Universidade deveria ser mais “[...] aberta à população [...]”. Ao invés de uma Universidade voltada para ela mesma ou para o mercado de trabalho, deveria ser “[...] voltada à efetivação de direitos fundamentais e a um protagonismo político também na sociedade junto com coletivos, não a Universidade sendo a protagonista, mas junto com o coletivo [...]”. Assim, nesta passagem é

possível identificar a necessidade de atribuir-se a Universidade “[...] uma participação ativa na construção da coesão social”. (SANTOS, 2005, 175).

Nesse sentido, é possível inferir que as vivências dos alunos no Projeto de Extensão contribuem de modo significativo para a construção de novos conhecimentos, para a interculturalidade e para um posicionamento crítico face a realidade que estão vivenciando.

4.2.10 Da Possibilidade de Transferência

Uma das questões levantadas nas entrevistas foi a possibilidade de se aproveitar as experiências, vivências e conhecimentos produzidos no Projeto de Extensão MIGRAIDH para servirem como modelo inspirador a outras IFES, na inclusão de imigrantes e refugiados nas diversas políticas públicas, respeitadas, naturalmente, as características próprias de cada entidade. Nesse sentido, e corroborando com este entendimento, referindo-se genericamente aos projetos de extensão, a Gestora 2 afirma: *“Possivelmente não vamos replicar que as experiências são muito [...] dentro da ideia de que tu tens uma singularidade dos espaços, mas essa experiência [...] te permite, a partir disso, construir outros desenhos em outros lugares”*.

Para a Gestora 1, é importante o diálogo que possibilite a troca de experiências de extensão: *“Eu acho que é não abrir mão do diálogo fora, com outras práticas extensionistas, que a gente também possa pensar a Extensão a partir deles e eles da mesma forma, pensar a sua Extensão a partir da nossa”*.

Dessa forma, delineio que o objetivo de construir experiências inspiradas no Projeto de Extensão MIGRAIDH ser possível, por meio do diálogo com outras práticas extensionistas, observadas as singularidades de cada IFES.

4.3 Das Vivências dos Senegaleses

Inicialmente, cabe explicitar que os senegaleses assim como imigrantes de outras nacionalidades ao chegarem ao Brasil geralmente procedem a solicitação refúgio, que é a forma encontrada para obter a proteção do Estado, independentemente de se configurar essa situação específica, que possui regulamentação legal precisa.

Com adoção desse procedimento é emitido um protocolo que possibilita aos solicitantes, durante a tramitação do pedido pelo Ministério da Justiça e Comitê Nacional para os Refugiados, usufruir de uma condição de regularidade provisória, permitindo-lhes a residência e acesso a documentos como o a inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF e ao exercício profissional.

No caso de indeferimento da solicitação dos senegaleses, por não preenchimento dos requisitos legais, a tramitação tem sido enviada ao Conselho Nacional de Imigração, para a concessão de visto de permanência por questões humanitárias, medida alternativa, que ainda não permitiu a grande maioria ter sua situação regularizada e no limite, não descartada a notificação para deixar o país.

Relativamente aos que não submeteram pedido de refúgio, permanecem na condição de imigrantes indocumentados, como de igual modo, permanecem muitos imigrantes de outras nacionalidades.

No caso de não terem seu pedido aceito, os imigrantes que optam por permanecer, passam a condição de imigrantes sem a acesso a devida documentação e autorização legal para a residência, documentação e exercício profissional. Significa dizer, que não contarão com o amparo e proteção estatal, permanecendo excluídos da integração social e da participação política, destituídos da condição de cidadãos e portando, em maior invisibilidade e vulnerabilidade social.

Para esta pesquisa não considere a situação migratória particular dos sujeitos, por entender não ser objeto precípuo desde estudo, de modo que, ao referir-me aos senegaleses dispenso-lhes o tratamento de imigrantes e/ou refugiados, indistintamente, para evitar adentrar em questões de ordem personalíssimas que em nada contribuiriam para o desenvolvimento desta investigação.

Assim, por esse motivo, não há quaisquer referências se os senegaleses, sujeitos desta investigação, se encontram na condição de refugiados ou imigrantes (com visto de permanência ou indocumentados), pois mantem-se, - sobretudo por essas mesmas condições, - em situação de maior exclusão e vulnerabilidade social, constituindo-se desse modo, na razão de ser e em sujeitos desta investigação.

Agrupados sob esta categoria intermediária, são abordados, nesta seção, os principais temas referentes aos imigrantes senegaleses: as diferenças linguísticas e o aspecto cultural, a trajetória do Senegal, a escolha do Brasil e da Santa Maria, as percepções e identificação na sociedade brasileira, as demandas e expectativas e as percepções sobre a atuação da Universidade e do Projeto de Extensão. Esta categoria intermediária está vinculada a categoria final Migração.

4.3.1 Das Diferenças Linguísticas e do Aspecto Cultural

As entrevistas com os senegaleses participantes do Projeto de Extensão MIGRAIDH possibilitaram perceber, inicialmente, a dificuldade de comunicação entre senegaleses e brasileiros. Essa dificuldade pode ser explicada, entre outros aspectos, a partir das diferenças linguísticas do idioma francês, língua oficial do Senegal, com o português.

A maioria dos senegaleses participantes do Projeto fala francês, segundo o Senegalês 2. Apesar disso, o Senegalês 2 afirma ter estudado árabe, e não francês, razão pela qual acredita que os outros senegaleses estão aprendendo mais rapidamente o idioma português.

A pronúncia de algumas palavras pelos senegaleses, aparentemente em função da influência do francês, fica confusa, necessitando de uma maior atenção por parte do ouvinte brasileiro para facilitar a compreensão. Por outro lado, alguns sentidos de palavras do português pareceram não ser de domínio fluente dos senegaleses, algo esperado por falantes recentes da língua.

Palavras como expectativa, percepção e projeto, quando referidas ao Projeto de Extensão MIGRAIDH, mostraram-se de difícil entendimento para os entrevistados, principalmente para o Senegalês 2, que verbalizou não entender o que era perguntado em um trecho da entrevista. Em outra passagem, o Senegalês 1 sugeriu que fosse utilizada a palavra “grupo” para se referir ao Projeto de Extensão para facilitar a compreensão do entrevistado.

Nesse sentido, o ensino do idioma português, que recebeu destaque nas falas dos entrevistados, é um elemento que contribui para a integração dos sujeitos na sociedade.

Os senegaleses entrevistados, apesar de buscarem se estabelecer no Brasil, referem alguns aspectos que mantém relação com a cultura senegalesa. Por

exemplo, com relação às roupas utilizadas pelos senegaleses, o Senegalês 1 afirma que *“Todas as roupas que nós usamos são do Senegal”*²³.

A respeito de preferir formar uma família no Brasil ou no Senegal, o Senegalês 2 afirmou que: *“Lá! Eu quero casar com uma mulher senegalesa”*. Questionado sobre o porquê de preferir casar com uma senegalesa o entrevistado respondeu: *“É que gosto mais das senegalesas (risos)”*. Segundo dados da observação, confirmados pelos monitores do Projeto, nenhuma mulher senegalesa participa do Projeto.

Dessa forma, percebo alguns ideais ligados à cultura senegalesa que os diferenciam dos brasileiros em ao menos dois aspectos: no aspecto visual, roupas e acessórios provenientes do Senegal, e no relacionamento pessoal, com preferência de uma parceira da mesma nacionalidade para fins matrimoniais.

4.3.2 Da Trajetória do Senegal, da Escolha do Brasil e de Santa Maria

Os senegaleses entrevistados relataram diferentes trajetórias para chegar ao Brasil. O Senegalês 1 afirmou:

“Eu saí do Senegal em 2015. [...] em seis de maio de 2015. Saí do Senegal às 22 horas, [...] cheguei na Espanha às quatro horas da manhã. Fiquei lá acho que até meio dia. Da Espanha até o Equador, do Equador ao Peru, de Peru ao Brasil. Entrei no Brasil, no Rio Grande do Sul. Do Rio Grande do Sul a São Paulo, depois de São Paulo, aqui em Santa Maria”.²⁴

Já o Senegalês 2 afirmou ter vindo diretamente ao Brasil de avião: *“Sim, de avião. Em 12 horas cheguei em São Paulo. Fiquei cinco meses em São Paulo”*. O Senegalês 2 justificou sua posterior escolha por Santa Maria em função de contato pela internet com seu amigo que residia e trabalhava na região: *“Eu queria sair de São Paulo, falei com ele que disse: vem pra cá! Aqui tem serviço. Eu cheguei primeiro”*.

Com relação ao motivo para escolherem o Brasil, o Senegalês 1 afirmou que veio *“em busca de conhecimento, busca de uma vida melhor, busca de dinheiro também”*. Já o Senegalês 2 declarou que *“o dinheiro no Brasil vale mais do que o dinheiro no Senegal”* e que *“vale mais ter dinheiro aqui e mandar para o Senegal,*

²³ A fim de facilitar a compreensão do conteúdo da entrevista, a fala do entrevistado senegalês foi adaptada para o português fluente, buscando-se a maior fidelidade possível ao teor original.

²⁴ Possivelmente, seu trânsito se deu pela rota referenciada na Figura 3.

vale mais”. A respeito das remessas que fazem de dinheiro para o Senegal, o Senegalês 2 citou que utiliza o sistema de remessas do Banco do Brasil.

Sobre o motivo para escolherem Santa Maria, o Senegalês 2 afirma que veio por intermédio de um amigo senegalês que residia e trabalhava na região, sendo que abriu mão de um trabalho de carteira assinada na construção civil em São Paulo para trabalhar em Santa Maria, no comércio informal de rua da cidade. Segundo o entrevistado: *“Eu gosto mais aqui de Santa Maria [...] Lá em São Paulo tem várias coisas. Aqui é mais legal [...] mais tranquilo (risos)”*. Já o Senegalês 1, veio a Santa Maria em função do trabalho: *“Para Santa Maria por trabalho, porque é o melhor lugar para o trabalho. Porque eu cheguei aqui em julho de 2015. Eu trabalhei na obra nove meses, terminei quando me mandaram embora. Eu saí de lá e comecei a vender²⁵”*.

A escolha da região de Santa Maria por parte dos imigrantes é um assunto importante, apesar de complexo. O local de destino demandou diversas variáveis. No caso específico dos senegaleses em Santa Maria, segundo a Gestora 1, *“a realidade do senegalês é que ele vai pra locais onde ele tem uma rede [...] de outras pessoas, senegaleses que estão [...] eles migram nos processos de redes. É uma questão bastante típica, cultural também e tudo o mais”*. A entrevistada complementa da seguinte forma:

“Então aqui é uma rede bem pequena que eles tem toda essa relação de parentesco é um parentesco diferente, são vizinhos da mesma cidade [...]. Então é um pouco diferente. Santa Maria é uma cidade cara. Então ela não é uma cidade que atrai muito imigrante africano, porque ela é uma cidade cara. Quem é que vive em Santa Maria? Quem está ligado ao serviço”.

Dessa forma, a rede de parentesco ou a relação de trabalho evidenciam-se na fala da entrevistada como as principais razões da chegada dos senegaleses na região.

A permanência dos senegaleses na região de Santa Maria também é um assunto importante. Para a Gestora 1, *“[...] o que faz eles permanecerem aqui, enfim acho que eles de alguma forma já se adaptaram à cidade de Santa Maria. Eles estão numa rede que está aqui, então acho que é isso que faz com que, mas eles*

²⁵ Segundo informação do MIGRAIDH, a maioria dos senegaleses residentes em Santa Maria está ligada ao comércio de rua.

assim, estão sempre em mobilidade”. A entrevistada complementa da seguinte forma:

“Eu acho que ela tende a ser mais uma migração permanente. Tem uma comunidade palestina grande aqui. Colombianos não têm muitos, alguns que vieram pelo reassentamento. Mas aí até o programa de reassentamento deixou de investir em Santa Maria porque era caro, que é a ASAV, Associação Antônio Vieira, então eles deixaram de investir em Santa Maria porque acabou sendo uma cidade cara. [...] mas é mais uma imigração permanente pessoas que vem pra ficar por várias motivações, assim não tem como mapear. Agora, esses senegaleses em especial, não me parece que eles estejam aqui de forma permanente”.

Dessa forma, a entrevistada afirma crer que a situação dos senegaleses, que moram atualmente em Santa Maria, não seja permanente. Do mesmo modo, crê que as redes estabelecidas aqui poderão gerar uma comunidade permanente de senegaleses no futuro.

4.3.3 Das Percepções e como se Identificam na Sociedade Brasileira

Introduzindo o assunto, o Senegalês 1 declara: *“Tu sabe que ficar longe da família é uma coisa muito difícil”*. Por outro lado, o entrevistado afirma que quanto mais tempo se fica no outro país, melhor se adapta também. Ele justificou essa necessidade de adaptação em razão das diferenças entre Senegal e Brasil: *“Cada um tem uma cultura, uma diferença de cultura, diferentes comidas, tradições, várias coisas diferentes. Vai melhorar, porque quando tu ficas mais tempo, tu vai acostumando com a vida no Brasil”*.

Para Chueiri e Câmara (2015, p. 125 e 126) “[...] o corpo dos deslocados fica marcado justamente pela falta de identidade e reconhecimento [...]” – um pouco como o representado na obra *Les Voyageurs de Catalano*²⁶, acrescento eu. As autoras referem a doença que acomete os imigrantes, conhecida como Síndrome de Ulisses. O nome provem do herói descrito por Homero na Odisseia; um guerreiro que após a guerra de Tróia percorre o mundo, por dez anos, enfrentando as maiores

²⁶ *Les Voyageurs* - do artista francês Bruno Catalano, em Marselha, França - é uma escultura destinada a evocar memórias e partes de si que cada viajante inevitavelmente deixa para trás quando saem de casa para uma nova terra. Disponível em <http://www.architecturaldigest.com/gallery/11-most-fascinating-public-sculptures#1>. Acesso em 19 de jan. de 2017.

provações para enfim reencontrar os seus. Ainda, conforme CHUEIRE e CÂMARA, (2015, p. 125 e 126):

[...] na modernidade talvez não haja espaço para heróis, mas somente para pessoas comuns que ao se verem privadas de suas referências – sua terra, língua e rotinas conhecidas - adoecem e sofrem no desencanto de perceber que o retorno já não é mais possível, tanto quanto não é o seu pertencimento àquela comunidade à qual se deslocou, pois, em resumo, somos sempre estrangeiros.

Da mesma forma, o Senegalês 2 descreve essa dificuldade no início da imigração: “[...] *Imigrante tem várias coisas [...]. Imigrante [...] não é fácil também, é difícil. Seguir aqui primeiro, buscar dinheiro. Primeiramente, a gente não consegue nada. Depois, com o passar do tempo, vai melhorando. Tem que sair mais também*”.

O Senegalês 2 declarou ainda que foi muito difícil sua vinda ao Brasil, pois foi a primeira vez que saiu de sua cidade natal: “[...] *Nunca saí da minha cidade*”. Da mesma forma, o entrevistado descreve como foi a reação de sua mãe sobre sua saída: “*A minha mãe não queria que eu saísse. Depois que eu conversei com ela [...]*”. Apesar disso, o entrevistado afirma que mantém contato com a mãe e com a família. Fazendo uma síntese de sua situação no Brasil, o Senegalês 2 conclui: “*Foi muito difícil o primeiro mês. Agora tá bom*”.

Pelos relatos dos imigrantes e refugiados, vale destacar a fundamental importância da internet e da conectividade para a formação de redes de apoio e para amenizar a ausência da família. Para Grandi (2017, artigo não paginado):

A conectividade não é um luxo, mas sim uma salvação para os refugiados. Emocionalmente, eles estão desesperados por permanecer em contato com os membros da família - alguns dos quais ainda podem estar em risco de violência ou perseguição. O acesso a informações atualizadas pode alertá-los sobre novas ameaças, como surtos de doenças ou a disseminação de conflitos, ou onde encontrar alimentos e água, roupas, abrigo e cuidados de saúde. A longo prazo, isso pode significar acesso ao ensino online, melhorando assim suas perspectivas de emprego, ajudando-os a encontrar trabalho.

Questionado sobre a sua percepção da sociedade brasileira, o Senegalês 2 declarou: “*Eu só trabalho [...]. Eu não fui a nenhum outro lugar aqui*”. Dessa forma, o entrevistado diz não ter tido experiências na sociedade brasileira, pois seu tempo é destinado tão somente as atividades laborais.

Esta situação muitas vezes se configura como um caso de segregação cultural, pois o que geralmente acontece, segundo Burke (2013, p. 90), “[...] é que as pessoas vivem uma vida dupla [...], ou seja, na cultura anfitriã durante o horário de trabalho e com sua cultura tradicional nas horas de lazer”. Conforme o mesmo autor “No decorrer das gerações, no entanto, a segregação se transforma em adaptação”.

A respeito das percepções a partir da atividade de comerciante, o Senegalês 2 diz que as vendas variam de acordo com o dia do mês: “*Só dia 5, dia 6 tem que vender mais*”. O Senegalês 1 explica como os senegaleses atuam no comércio: “Cada um vende uma coisa. Ele vende roupas, eu material eletrônico. Os dois, relógios [...]”.

Sobre a atividade desenvolvida pelos imigrantes como trabalhadores ambulantes, fiz um acompanhamento *in loco* de dois deles durante uma manhã. Dessa observação, pude constatar que se trata de uma atividade estressante, implicando em permanente “estado de alerta” por não ser permitido o comércio de ambulantes na cidade e, por consequência, gerar conflitos com a fiscalização exercida pelo poder público.

Conforme descrito anteriormente pela Gestora 1 e pelo Aluno 2, o conflito entre autoridades e senegaleses produziu atos de violência em relação a um deles. A população local, na ocasião, manifestou-se favorável ao imigrante por entender tratar-se apenas do exercício de um trabalho. Atualmente, o Projeto de Extensão acompanha o andamento do processo, e pretende em tempo oportuno, apresentar sugestões à Câmara de Vereadores visando à mudança da legislação.

Quanto à presença de imigrantes no comércio informal de rua no Brasil tem crescido nos últimos anos, gerando conflitos principalmente com setores do poder público. Essa questão acentua-se, pois, principalmente os africanos possuem tradição milenar, como os orientais de forma geral, com o comércio. Por essa razão, a Gestora 1 expressa a preocupação em evidenciar a situação particular dos imigrantes, em especial, senegaleses.

Para a Gestora 1, a legislação do comércio ambulante de rua de Santa Maria precisa ser alterada para que não ocorra outros casos de agressão a imigrantes, como ocorrido 15 de junho de 2016²⁷:

²⁷ Notícia disponível em <<https://www.facebook.com/MIGRAIDH/>>. Acesso em 19 de jan. 2016.

*[...] tem que mudar a legislação sobre o comércio ambulante de rua, porque ele é agressivo nessa cidade. Então a gente já **está** fazendo todo o processo político, [...] o MIGRAIDH está fazendo, **para** que isso nunca mais se repita. E, no caso específico, acompanhamos para fazer o registro de BO estamos pressionando **para** que essas pessoas sejam responsabilizadas criminalmente pela atuação, porque ele sofreu lesão corporal e tudo o mais. Então a gente faz esse trabalho [...] conscientização política [...]. Viralizar na internet é importante, porque isso forma a opinião pública, isso denuncia a violência, a gente faz isso também.*

Assim, a situação do trabalho de ambulantes exercido por imigrantes tem se mostrado problemática, não somente em Santa Maria, mas também em outros locais. Dessa realidade, pode-se verificar a atualidade da caracterização acerca do desenvolvimento de atividades executadas pelos senegaleses em Santa Maria, com as atividades denominadas por Santos (1978, p. 40) de “[...] circuito inferior [...]”, uma vez que, segundo o autor:

As atividades do circuito superior apoiam-se direta ou indiretamente na ajuda governamental, enquanto as do circuito inferior, ao contrário não contam com tal apoio; e em muitas cidades são até perseguidas, como o caso dos vendedores ambulantes.

Delineio dessa realidade, que uma das razões geradoras dessa situação é a inexistência de planejamento, organização e apoio por parte do Estado para a devida acolhida a nova imigração, realizada quase exclusivamente por organizações sociais, e excepcionalmente, por algumas Universidades. Nesse sentido, acresce a relevância de uma compreensão multiculturalista do fenômeno migratório por parte da sociedade e do poder público, uma vez que esta concepção “[...] tende a garantir aos grupos étnicos o reconhecimento da identidade e [...] salvaguardar as especificidades culturais.” (MELO, 2015, p. 158).

A respeito de como se identificam na sociedade brasileira e local, o Senegalês 1 afirmou:

Acho que posso falar que estou bem, porque o que eu faço aqui é só trabalhar. Porque tem gente também que não ajuda como esse grupo, que ajuda muito. Depois dele, é nós mesmos que temos que fazer tudo que nós quisermos. É nós que saímos de casa às sete da manhã. Trabalhamos até as sete da noite [...].

Em outro trecho o Senegalês 1 declarou: *“Na verdade, aqui em Santa Maria tem gente muito boa. Tem pessoas muito boas. Pessoas que gostam dos senegaleses que vivem aqui. Se tu olha isso aqui (referindo-se ao MIGRAIDH), tu vê*

que é verdade". Questionado sobre a respeito de se sentir acolhido em Santa Maria, o Senegalês 1 respondeu: "*Em geral, me sinto bem*". Nesse sentido, o entrevistado demonstra perceber aspectos positivos no convívio local em Santa Maria.

4.3.4 Das Demandas e Expectativas

Sobre as principais demandas e expectativas, o Senegalês 1 indica seu descontentamento e registra situações de preconceito e de racismo:

Se tem alguma coisa que eu quero mudar, é que têm várias pessoas que pensam que nós não somos inteligentes, porque isso não é verdade. Porque inteligente não mora aqui no Brasil, não mora lá no Senegal, não mora em outro país. Todo o país no mundo tem pessoas inteligentes, como tem pessoas que são mais ou menos. Outra coisa que eu gostaria de mudar é que há racismo aqui, mas não é muito, mas que tem [...].

Questionado sobre perceber racismo na sociedade de Santa Maria, o Senegalês 1 afirmou: "*Bem pouquinho. Não, pouco. Eu te falei a verdade: bem pouquinho, creio eu. Acho que tem que perguntar para os outros isso*". Dessa forma, o entrevistado demonstra ter percebido racismo por parte de alguns cidadãos para com os imigrantes. Nesse sentido, transparece desses comportamentos os modos de dominação epistemológicos e valorativos de que nos fala Rubio (2015, p. 135) sobre o "[...] ocidente relacionar-se com o outro [...] em sua versão mais perversa e negativa, que é aquela colonial e imperial."

Já o Senegalês 2 descreve que suas expectativas são relacionadas ao acúmulo de bens e capital: "*Quero também carro, quero dinheiro, muitas coisas, [...]*". O entrevistado afirma ainda o desejo de permanecer no Brasil, desde que adquira bens imóveis aqui: "*Sim, se você tem casa aqui, tem tudo aqui [...]*". Caso isso aconteça, o entrevistado informou que iria ao Senegal somente para visitar a família. Por outro lado, não descartou a vinda da família ao Brasil se as condições econômicas forem favoráveis.

4.3.5 Das Percepções sobre a Atuação da Universidade e do Projeto de Extensão

Com relação ao contato com a Universidade, o Senegalês 1 ressalta a importância desse espaço de trocas: "*O importante é tentar entender, é falar com as pessoas, fazer trocas, acho que o importante é isso*". Não obstante, nenhum

entrevistado expressou quaisquer contatos com outros setores da Universidade, mas tão somente com o Projeto de Extensão MIGRAIDH.

A respeito do relacionamento com o Projeto de Extensão MIGRAIDH, o Senegalês 1 afirma que *“Não fomos nós que procuramos, é o grupo mesmo que nos procurou”*. O entrevistado complementa dizendo: *“Porque ele tava lá pra ajudar os que moram aqui no Brasil”*. Fazendo uma síntese, o entrevistado declara:

“Não fomos nós que viemos aqui pra Santa Maria [...] e procuramos um grupo pra nos ajudar. Se não tem esse grupo também tem que se aprender com as pessoas. Tem que falar português que não aprende aqui na escola. Aprende-se quando tu tens uma pessoa que tu tá vendo, quando ela começa a falar uma palavra, uma outra coisa. Tu pegas isso aqui e quando tu vais pra casa tem internet, tu procuras qual é o significado [...]”

Dessa forma, o Senegalês 1 destaca a importância do Projeto de Extensão na vida dos refugiados e imigrantes:

“Pra mim, é muito bom, porque quando eu cheguei aqui não sabia uma palavra do português. Ele mesmo que me ajudou a aprender português. É ele mesmo que ajudou com outras coisas que nós precisamos. Ele mesmo que faz várias coisas por nós. Se algum de nós tem um problema, tem que pedir para o grupo: ele vai nos ajudar. É uma iniciativa muito importante pra nós. É uma iniciativa muito boa pra nós. Estou muito feliz de participar desse grupo. É bem bom!”

De igual modo, o Senegalês 2 destaca como conheceu o grupo e a respectiva importância dele para sua vida no Brasil:

“Ah, sim. O grupo aqui tem várias coisas. Eu cheguei aqui primeiro e meu amigo disse pra mim: “Aqui tem o grupo [...]”. Eu também falei: “É bom, é legal também querer ajudar o imigrante, é legal!”. Tem várias coisas que eu consigo aqui. Muitas coisas, várias vezes eu chego aqui, aprendo português, mesmo que seja difícil pra mim. É bem difícil pra mim estudar português. Porque eu não fui à escola”.

Encerrando, o Senegalês 2 reforça a importância do grupo e de sua atuação: *“O MIGRAIDH ajudou muito. Quando a gente precisa de alguma coisa, quer saber alguma coisa, ele nos ajuda em muitas coisas. Ele foi lá em casa conversar conosco também”*.

Para a Gestora 2, a Universidade tem papel importante na proposição de ações que tenham foco na questão da migração:

“[...] os afrodescendentes que vêm para cá são do Haiti, são de alguns países da África, então essas questões são bem complexas. Mas acho que a Universidade não pode se furtar de fazer [...] a sua contribuição nesse processo e nada melhor e mais adequado que um Projeto de Extensão vinculado ao curso de Direito para lidar com essa temática.”

Dessa forma, percebo a importância do trabalho executado pelo Projeto de Extensão MIGRAIDH na vida dos refugiados e imigrantes em condição de vulnerabilidade investigados nesta pesquisa. O Projeto tem sido referência na inclusão de imigrantes e refugiados na Universidade como também na defesa de seus direitos.

O protagonismo dos sujeitos e a atuação baseada no diálogo horizontal entre imigrantes e demais componentes do Projeto é outro ponto a se destacar dessa atuação.

4.4 Em Busca de uma Síntese

Esta pesquisa abordou os temas relativos às concepções da extensão universitária, às possibilidades de formulação e execução de políticas no nível local e à migração, tendo como foco central da investigação o Projeto de Extensão MIGRAIDH, realizado junto a refugiados e imigrantes senegaleses na UFSM, em Santa Maria/RS.

A análise dos **dados me possibilitou** uma maior compreensão da relação entre Extensão e o fenômeno da migração e evidenciou significativas informações com relação às categorias finais da pesquisa: Migração, Universidade e Extensão Universitária. Desse modo, a partir das categorias intermediárias e iniciais da pesquisa, **obtive** um conhecimento mais aprofundado acerca: 1) das vivências dos imigrantes senegaleses em Santa Maria; 2) do delineamento do projeto de extensão MIGRAIDH por meio de seu funcionamento, suas inovações e resultados; 3) dos papéis da extensão e da universidade por suas concepções e publicização das ações, da Pró-Reitoria e da vinculação à Política Nacional de Extensão Universitária.

Constatedei, nas análises da categoria intermediária Papéis da Extensão e da Universidade, correlacionada à categoria final Extensão Universitária, a importância da formação humanista para os alunos, em oposição à formação exclusiva para o mercado de trabalho e a necessidade de se evitar o pensamento único, destacando

a relevância do contraponto e diversidade de pensamentos para a formação de seres humanos críticos e participativos, capazes de compreender o tempo histórico.

Saliento a importância de superação da concepção de simples prestação de serviços e a necessária inclusão de todos os alunos nos processos extensionistas na condição de protagonistas. **Evidencio**, igualmente, a extensão como espaço para os alunos vivenciarem a realidade e pela reflexão crítica, torná-la objeto de seu próprio aprendizado.

Ainda, a análise dos dados **possibilitou-me** depreender que, no cotidiano, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não se faz presente, quer pelas diversas concepções existentes, quer pela resistência dos docentes, mas que a sensibilização e a publicização podem trazer benefícios, e que a valorização da extensão pode ser o caminho para reverter esta situação. E, finalmente, destaco a Política Nacional de Extensão Universitária como, atualmente, orientadora das ações de extensão da UFSM.

Sobre a categoria intermediária do Projeto de Extensão MIGRAIDH, vinculado conceitualmente, à categoria final Universidade, **ressalto** algumas características significativas do Projeto. Dentre elas, destaco os apoios financeiros interno e externo, bem como o institucional recebidos pelo Projeto e a gestão horizontalizada, na qual os alunos são protagonistas dos processos e da própria gestão. Com relação às aulas de Português, saliento o oferecimento da disciplina pelos alunos, sem a presença de um professor licenciado em Letras. A respeito da presença dos imigrantes no Projeto, verifica-se em dois momentos: no aprendizado do idioma e nas rodas de conversa interculturais.

Sobre as inovações e resultados do Projeto, destaco: o ingresso, na UFSM, de dois refugiados por meio de vagas especiais; o desenvolvimento e inserção de uma Nota Técnica no Projeto de Lei 2.516/15 (Lei de Migração), além da elaboração de pareceres e da Resolução nº 041/2016, de 10/11/2016 que recentemente institui o Programa de Acesso à Educação Técnica e Superior da UFSM para Refugiados e Imigrantes em situação de vulnerabilidade. Estes resultados considero exemplificativos de concepção, elaboração e execução de políticas em nível local.

Não obstante tratar-se de um Projeto vinculado ao curso de Direito, o Projeto não realiza assistência jurídica de forma direta, de modo que os alunos não atuam como advogados dos refugiados e dos imigrantes, mas sim orientam e articulam as

demandas com as instâncias próprias. Dessa forma, o Projeto assume a característica de facilitador. O contato com associações de imigrantes também merece destaque por incentivar o empoderamento dos imigrantes e refugiados.

Com relação ao aprendizado do idioma e o acesso a direitos na perspectiva dos alunos e gestora do Projeto, o desconhecimento do idioma português por parte dos imigrantes constitui uma das maiores barreiras para o exercício das atividades cotidianas. De forma que este aprendizado proporciona a melhoria da comunicação e integração com a comunidade santa-mariense e é condição para a reivindicação e acesso a direitos.

Para os alunos, a aquisição de novos conhecimentos originados de trocas dialógicas é um dos significativos resultados da vivência na Extensão, da mesma forma que é necessário conhecer a realidade do contexto migratório para gerar conhecimentos possibilitadores de sugerir e propor políticas inclusivas.

Sobre as vivências dos alunos monitores, uma das maiores riquezas destacadas pelos alunos é o diálogo intercultural. Outro aspecto destacado é que as vivências da prática da Extensão se tornam relevantes tanto para a formação acadêmica dos alunos como para o empoderamento dos imigrantes, por colocar todos na condição de sujeitos políticos, de acordo com a Gestora 1. Da mesma forma, contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e para refletir sobre o compromisso social da Universidade (Aluno 1).

A possibilidade de ampliação do Projeto destacada pela Gestora 1 é incluir a participação do curso de Psicologia. Quanto aos limitadores do Projeto, os recursos humanos foram destacados em razão da dificuldade de se encontrar pessoas que queiram se envolver com a Extensão e também da inexistência de bolsas e estímulos financeiros aos estudantes.

A respeito da possibilidade de se transferir a experiência do Projeto de Extensão MIGRAIDH para outras IFES, com a finalidade de se construir experiências semelhantes, conclui ser possível, observadas as singularidades das instituições.

Com relação à categoria intermediária das vivências dos senegaleses, vinculada a categoria final Migração, foi possível constatar algumas características significativas dos imigrantes e refugiados senegaleses. Dentre elas, destaco as diferenças linguísticas e culturais, os motivos de escolha pelo Brasil e por Santa

Maria, o trabalho exercido no comércio ambulante, o contato com a Universidade, a importância atribuída à participação no Projeto e o aprendizado do idioma Português.

Quanto às diferenças linguísticas e culturais, verifiquei a dificuldade de comunicação entre senegaleses e brasileiros, atribuídas às diferenças linguísticas do idioma francês, língua oficial do Senegal, e também a escolarização em árabe (senegalês 2), face ao Português. Percebi alguns ideais relacionados à cultura senegalesa que os diferenciam dos brasileiros ao menos em dois aspectos: visual, pelo uso de roupas e acessórios senegaleses, e no relacionamento pessoal, com preferência por parceira da mesma nacionalidade para fins matrimoniais.

Os senegaleses entrevistados relataram diferentes trajetórias para chegar ao Brasil. Com relação ao motivo para escolherem o Brasil, o Senegalês 1 afirmou que veio “em busca de conhecimento, busca de uma vida melhor, busca de dinheiro também”. Os senegaleses afirmaram que vieram por intermédio de amigos senegaleses que residiam e trabalhavam na região. Desse modo, a formação de redes é um elemento chave para a migração.

A respeito da permanência dos senegaleses na região de Santa Maria, o motivo pode ser atribuído à adaptação à cidade de Santa Maria, embora, para a Gestora 1, a situação dos senegaleses que residem atualmente na cidade não seja definitiva. Do mesmo modo, crê que as redes estabelecidas aqui poderão gerar uma comunidade permanente de senegaleses no futuro.

Com relação à adaptação ao Brasil, os entrevistados senegaleses afirmaram que, com o passar do tempo, a situação tende a melhorar, pois vão se acostumando à vida no país. Pelos relatos dos imigrantes, vale destacar a fundamental importância da internet e da conectividade para a formação de redes de apoio e para amenizar a ausência da família.

Quanto à profissão exercida pelos senegaleses integrantes do Projeto, estão ligados ao comércio de rua, apesar da proibição do serviço ambulante, do risco de violência e da inexistência de planejamento, organização e apoio por parte do poder público. A presença de imigrantes no comércio informal de rua no Brasil tem se acentuado nos últimos anos, gerando conflitos com setores do poder público. Para a Gestora 1, a legislação do comércio ambulante de rua de Santa Maria precisa ser alterada, prevendo proposições nesse sentido.

Sobre as principais demandas e expectativas, o Senegalês 1 indica seu descontentamento e registra situações de preconceito e de racismo, desejando mudar a forma preconceituosa com que parte da população vê os imigrantes e refugiados senegaleses. Mesmo assim, o Senegalês 1 demonstra perceber aspectos positivos no convívio local em Santa Maria. Para o Senegalês 2, suas expectativas estão relacionadas a aquisição de patrimônio e formação de recursos financeiros.

Com relação ao contato com a Universidade, o Senegalês 1, referindo-se ao Projeto MIGRAIDH, ressalta a importância desse espaço de trocas: *“O importante é tentar entender, é falar com as pessoas, fazer trocas, acho que o importante é isso”*. Quanto a outros setores da Universidade, nenhum entrevistado expressou qualquer tipo de contato, apenas com o Projeto de Extensão MIGRAIDH. A respeito do contato com o Projeto de Extensão MIGRAIDH, o Senegalês 1 afirma que *“Não fomos nós que procuramos, é o grupo mesmo que nos procurou.”*

A respeito da importância atribuída ao Projeto de Extensão pelos senegaleses, estes ratificam que o aprendizado do idioma português é um elemento fundamental para o cotidiano, para a inclusão e para a defesa de direitos.

Assim, o Projeto MIGRAIDH tem sido referência na inclusão de refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade, tanto por propiciar políticas e instrumentos legais para o ingresso na Universidade, como na defesa de seus direitos. Significativo também é o enfoque no protagonismo dos sujeitos e na atuação baseada no diálogo horizontal entre refugiados e imigrantes e demais componentes Projeto.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Procurando contribuir com a área da Gestão Educacional, considero que os dados analisados indicam a necessidade das Instituições Federais de Ensino Superior fomentarem e promoverem políticas extensionistas inclusivas, especialmente aos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

A investigação sobre Projeto de Extensão MIGRAIDH apresentou elementos importantes para a compreensão dessa atuação inclusiva, seja pelo empoderamento dos sujeitos e sua inserção na UFSM, como também na sociedade em razão da acessibilidade linguística que propicia melhor exercício de suas atividades cotidianas e reivindicação de direitos.

Assim, projetos de extensão universitária como o Projeto investigado, materializam essa orientação e cumprem o indispensável exercício da responsabilidade social que as Instituições Federais de Ensino Superior são tributárias.

Considerando que o Brasil, gradativamente, está se tornando destino de imigrantes e refugiados em sua maioria negros e indígenas e considerando ainda, as concepções expendidas ao longo deste trabalho e os resultados alcançados, apresento, no Apêndice D, carta endereçada ao Sr. Presidente do FORPROEX, expondo as justificativas, para submeter ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX), a proposição, constante do Apêndice E, de se dispensar um tratamento preferencial aos imigrantes e refugiados negros e indígenas, com a inclusão desse grupo populacional específico, no “Eixo Grupos Populacionais” da Política Nacional de Extensão Universitária,

A inclusão desse segmento no texto destinado ao “Eixo Grupos Populacionais” da Política Nacional de Extensão Universitária, possui a dupla finalidade de, ao tempo de conceder a necessária visibilidade proporcionada pela Política Nacional, também configurar, expressamente, a prioridade que pode orientar ações, projetos e programas de extensão que contemple esse segmento ainda mais vulnerável, dentre os já vulneráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações resgato os objetivos deste estudo de conhecer as vivências dos imigrantes e refugiados senegaleses, investigar e analisar as estratégias de gestão estabelecidas no Projeto de Extensão MIGRAIDH. A investigação possibilitou encontrar respostas ao problema da pesquisa com a indicação das estratégias de gestão para a inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária.

Relativamente ao Projeto de Extensão MIGRAIDH posso destacar a condição exitosa de seu funcionamento pelos apoios recebidos, pela gestão democrática, pelo protagonismo e participação compromissada de todos os integrantes e da forma como se desenvolve: articulado com o ensino e com a pesquisa. Registro igualmente, os significativos resultados alcançados pela implementação de políticas extensionistas inclusivas em relação aos refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade, já explicitadas ao longo desta análise.

Em contraposição, verifiquei nesta investigação, o desafio, ainda não alcançado, do envolvimento de outros cursos e departamentos, não só na UFSM, como percebido na pesquisa, mas nas próprias Universidades públicas, quer pela excepcionalidade dos projetos existentes, como pelos raros estudos relacionados na seção destinada ao “Estado da Arte”.

Este desafio sobressai quando se atribui relevância a institucionalização de uma visão política e social para a extensão universitária, correlacionada com formulações de políticas educacionais locais e com as questões migratórias, não obstante a temática ter assumido a agenda mundial e constituir-se em uma condição estrutural de nosso tempo.

Recorro, analogamente, para melhor compreensão desta percepção, ao hipotético caso de tentarmos explorar e delimitar o espaço de uma ilha (o Projeto de Extensão), e na medida que vamos alcançando nosso objetivo, nos apercebemos de quão imenso e deserto é o oceano que nos rodeia (Universidade).

Nesse contexto, é que reconheço a necessidade da Universidade Pública comprometer-se com as questões relativas a temática em estudo, a exemplo do enfrentamento ao trabalho escravo (executado por imigrantes bolivianos de ascendência indígena nas confecções de São Paulo), combate ao racismo, inclusão/exclusão, cidadania, superexploração do trabalho imigrante, vulnerabilidade

social, reagrupamento familiar, entre tantas outras inter-relacionadas com as questões acadêmicas indissociáveis da extensão (na relação Universidade e sociedade), com o ensino (na formação de pessoas) e com a pesquisa (na produção de conhecimentos).

Quanto ao “produto” esperado de um Mestrado Profissional, este estudo oferece a caracterização e publicização de um Projeto de Extensão que desenvolve uma efetiva gestão democrática com estratégias e resultados concretos que podem servir de modelo inspirador para outras IFES que aceitem o desafio, proposto pela própria Política Nacional de Extensão Universitária, de investir em políticas de inclusão e de responsabilidade social.

Reforçando essa possibilidade, percebi também o Projeto MIGRAIDH, como uma experiência semelhante ao relatado inicialmente nesta pesquisa, onde destaquei dentre as minhas experiências acadêmico-profissionais, aquela em que participei da criação e posterior funcionamento da Escola de Governo e da Escola de Conselhos. Estas “Escolas” que hoje espalham-se pelo país, de igual modo, surgiram de projetos de Extensão e de políticas locais, e constituíram-se em modelos de inspiração a outras iniciativas acadêmico-administrativas, que propugnam por nova reorientação político-social e diferenciada postura epistemológica, para a relação que se estabelece entre a Universidade Pública e a sociedade.

As concepções e constatações apuradas ao longo desta investigação, permitiram-me, igualmente, a construção de um segundo “produto”, que encaminho por carta (Apêndice D), ao Sr. Presidente do FORPROEX solicitando submeter proposição, conforme consta do Apêndice E, ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, a qual dispõe sobre a inclusão de refugiados e imigrantes negros e indígenas em situação de vulnerabilidade, no “Eixo Grupos Populacionais” da Política Nacional de Extensão Universitária, com a finalidade de configurar, expressamente, a prioridade que pode orientar ações, projetos e programas de extensão que contemplem os segmentos mais vulneráveis

Cursar o Mestrado profissional e a realização desta pesquisa representou para mim a vivência de uma experiência repleta de significados, descobertas e, em

muitos sentidos me possibilitou reafirmar compromissos com a dignidade humana de que todos os homens são portadores.

Não obstante estas experiências, mas considerando a complexidade temática que envolve as questões universitárias e as relativas à extensão e às migrações, especialmente as que dizem respeito aos refugiados e imigrantes em situação de vulnerabilidade, não há quaisquer pretensões de que esta pesquisa possa apresentar um caráter definitivo. Embora o conhecimento produzido aponte para inúmeras possibilidades de ressignificações, problematizações e prosseguimento do conhecimento, esta investigação possui, sob todos os aspectos, um caráter histórico-relativo.

Ao encerrar, quero explicitar o compromisso de, modestamente, com esta pesquisa contribuir para consolidar e ampliar o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidades sociais e, sobretudo, confrontar formas de desigualdade e discriminação, pois, não é demasiado ressaltar que, em nossa sociedade ainda permanecem muitas formas de escravidão.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2011,

ÁLVAREZ, Guillermina. E-learning platform for Senegalese immigrant community focused on media literacy / Plataforma de formación online para la comunidad de inmigrantes senegaleses centrada en alfabetización mediática. **Index.comunicación**, v. 3 n. 2 p. 151-173, 2013. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68>. Acesso em 06 de abr. 2016.

ANTONIO, Manuel. Os estudantes angolanos do ensino superior em Lisboa: uma perspectiva antropológica sobre as suas motivações e bem-estar subjetivo. **Análise Social** [online]. 2013, n. 208, p. 660-682. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732013000300007&lang=PT>. Acesso em 16 de mar. 2016.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BÄCKSTRÖM, Bárbara. Comportamentos de saúde e doença numa comunidade Cabo-Verdiana em Lisboa. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 758-772, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29757/31636>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

BALL, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J. e MAINARDES, Jefferson (Orgs.) **Políticas Educacionais: Questões e Dilemas**. São Paulo, Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence: **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BARROSO, João. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: Barroso, João. **A escola pública: regulação e desregulação, privatização**. p. 19-47, Porto: ASA, 2003.

BAZZO, Gabriela. Senegaleses: esta é a nova cara da imigração no Brasil. BRASILPOINT. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/06/05/refugiados-senegal-brasil_n_7488252.html>. Acesso em 25 de mar. 2016.

BEAUCHEMIN, Cris. Migration between Africa and Europe (MAFE): Advantages and Limitations of a Multi-Site Survey Design. **Population** (English ed.), v. 70, n. 1, p. 13-36, 2015. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68>. Acesso em 06 de abr. 2016.

BERNHEIM, Carlos Tunnermann. El Nuevo Concepto de La Extensión Universitária. In: FARIA, Dóris Santos (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Extensão Universitária: Equívoco, Exigências, Prioridades e Perspectiva para a Universidade. In: FARIA, Dóris Santos (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003 v.1.

BRASIL, 1961. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em 25 de mar. 2016.

BRASIL, 1968. Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em 25 de mar. 2016.

BRASIL, 1997. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm>. Acesso em 25 de mar. 2016.

BRASIL, 1980. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em 25 de mar. 2016.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 4ª. reimpressão, 2013.

CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite. Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática.

CHALLINOR, Elizabeth P. Cidadania médica, culturas e poder nos cuidados perinatais e pediátricos de imigrantes. **Saúde e Sociedade** [online]. 2012, v. 21, n. 1, p. 76-88. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000100009>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHUEIRI, Vera Karan e CÂMARA, Heloisa Fernandes. Direitos Humanos em Movimento: Deslocamentos e Desestabilização Constitucional. In: PRONER, Caroline (coord.). **Migrações: políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha.**/ coordenação Caroline Proner, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gabriel Gualano de Godoy./ Curitiba: Juruá, 2015.

CUNHA, Maria Isabel da (Org.) **Pedagogia universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2008. p. 13 – 29.

_____. (Org.) **Qualidade da graduação: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012. p. 17 – 38.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. 1ª. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

_____. **Pobreza Política**. 5ª. ed. São Paulo, Autores Associados, 1996.

ESTUPINAN SERRANO, Mary Luz. "África" no Rio de Janeiro. Uma cartografia na imigração contemporânea. **Memórias: Revista Digital de História y Arqueología desde el Caribe** [online]. 2012, n. 17, p. 272-302. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/memor/n17/n17a10.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2016.

FARIAS, Isabel Maria Sabino; NUNES, João Baptista; NÓBRAGA-THERRIEN, Silvia Maria. (org) **Pesquisa Científica para iniciantes: Caminhando num labirinto**. Fundamentos da pesquisa. V.I. Fortaleza: EdUECE, 2010.

FORTES, Celeste. O corpo negro como tela de inscrição dinâmica nas relações pós-coloniais em Portugal: a Afro como (pre) texto. **Cadernos Pagu** [online]. 2013, n. 40, p. 229-254. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332013000100007>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

FREIRE, Madalena. **Educador, educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

FREITAS, Cláudia de; MENDES, Álvaro. A resiliência da saúde migrante: itinerários terapêuticos plurais e transnacionais. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana** [online]. 2013, v. 21, n. 40, p. 69-92. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852013000100005>>. Acesso em 16 mar. 2016.

FREITAS, Raquel. Construção e Desconstrução da Relação entre Migrações Forçadas e Desafios de Segurança em África. **Cadernos de Estudos Africanos** [online]. 2011, n. 22, p. 129-152. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-37942011000200007&lang=PT>. Acesso em 16 de mar. 2016.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. A Regulamentação da Imigração no Brasil e suas Repercussões. In: PRONER, Caroline (coord.). **Migrações: políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha/ coordenação Caroline Proner, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gabriel Gualano de Godoy.**/ Curitiba: Juruá, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBERG, Alejandro. Exploración antropológica sobre la salud/enfermedad/atención en migrantes senegaleses de Barcelona. **Cuicuilco** [online]. 2010, v. 17, n. 49, p.139-156. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/cuicui/v17n49/v17n49a8.pdf>>. Acesso em 19 de mar. 2016.

GRANDI, Filippo. **A conectividade é uma salvação para os refugiados.** Genebra, 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/a-conectividade-e-uma-salvacao-para-os-refugiados/>>. Acesso em 10 de fev. 2017.

GUIJARRO, Ester Massó. Inmigración senegalesa en Granada: capital social, asimilación y resistencia culturales, economía informal. **Gazeta de Antropología** [on-line], v. 20, 2004. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10481/7274>>. Acesso em 06 de abr. 2016.

JARIEGO, Isidro Maya. Tipos de redes personales de los inmigrantes y adaptación psicológica. **REDES: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, v. 1, p. 1-56, 2002. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68&>. Acesso em 06 de abr. 2016.

JUNG, Philipp. Migration, Remittances and Development: A case study of Senegalese labour migrants on the island Boa Vista, Cape Verde. **Cadernos de Estudos Africanos** [online]. 2015, n. 29, p.77-101. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/cea/n29/n29a05.pdf>>. Acesso em 19 de mar. 2016.

KLEIDERMACHER, Gisele. Entre cofradías y venta ambulante: una caracterización de la inmigración senegalesa en Buenos Aires. Cuadernos de antropología social [online]. 2013, n. 38, p. 109-130. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185075X2013000200005&lang=pt>. Acesso em 19 de mar. 2016.

LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O reconhecimento do refugiado no Brasil no início do século XXI. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1 ed. Brasília, ACNUR, Ministério da Justiça, 2010

LESSAULT, David. International Migration and Housing Conditions of Households in Dakar. **Population** (English ed.), v. 66, n. 1, p. 195 -225, 2011. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68>. Acesso em 06 de abr. 2016.

LUCAS, Javier de. Derechos Humanos Y Politicas Migratorias: Elementos para Otra Política. In: PRONER, Caroline (coord.). **Migrações: políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha.**/ coordenação Caroline Proner, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gabriel Gualano de Godoy./ Curitiba: Juruá, 2015.

MAINARDES, Jefferson, FERREIRA, Márcia dos Santos e TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J., MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, v.27, n.94, p. 47-69, abr. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>

MARCON, Frank Nilton. Identidade e Estilo em Lisboa: Kuduro, juventude e imigração africana. **Caderno de Estudos Africanos** [online]. 2012, n. 24, p. 95-116. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000100005>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

_____. O kuduro como expressão da juventude em Portugal: estilos de vida e processos de identificação. **Sociedade e Estado** [online]. 2013, v. 28, n. 1, p. 75-90. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000100005>>. Acesso em 16 de mar. 2016.

MELO, Milena Petters. Entre Igualdade e Diversidade: Globalização, Migrações, Direitos Humanos e Relações Interculturais. In: PRONER, Caroline (coord.). **Migrações: políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha.**/ coordenação Caroline Proner, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gabriel Gualano de Godoy./ Curitiba: Juruá, 2015.

MILESI, Rosita e ANDRADE, Willian Cesar. Atores e Ações por uma Lei de Refugiados no Brasil. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. 1 ed. Brasília, ACNUR, Ministério da Justiça, 2010

MENEZES, Cynara. O drama dos muçulmanos nos abatedouros brasileiros: Trabalhadores muçulmanos enfrentam problemas no Centro-Oeste e no Sul. Carta Capital. São Paulo, jun., 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/803/onde-ala-nao-influencia-3446.html>>. Acesso em 25 de mar. 2016.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**. 6. ed. Vozes: Petrópolis, 1994.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org), DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MIRANDA, Joaquín Giró. Las estructuras asociativas de los senegaleses en España. **Revista Internacional de Sociología**. v. 71, n. Extra1, p. 91-115, 2013. Disponível em <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68&>. Acesso em 06 de abr. 2016.

MOLERO, Javier Avila. Redes personales de africanos y latinoamericanos en Cataluña, España: análisis reticular de integración y cambio. **REDES: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, n. 15 p. 56-94, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/redes.128>>. Acesso em 06 de abr. 2016.

_____. Repensando la etnicidad y el transnacionalismo desde el análisis de redes personales. **REDES: de Revista Hispana para el Análisis Redes Sociales**, v. 26, n. 2, p. 158-170, 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5565/rev/redes.585>>. Acesso em 06 de abr. 2016.

MORAES Roque e Galiazzi, Maria do Carmo. Análise textual discursiva. 2. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

MORAES Roque. Análise de Conteúdo. Revista Educação. Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000230&pid=S0034-7612201400060000100032&lng=pt>. Acesso em 10 de nov. de 2016.

MORALES, Orlando Gabriel e KLEIDERMACHER, Gisele. Representaciones de migrantes senegaleses en la sociedad porteña de Buenos Aires: apuntes sobre exotismo y exotización. **Etnográfica** [online]. 2015, v. 19, n. 1, p. 29-50. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v19n1/v19n1a02.pdf>> - Acesso em 19 mar. 2016.

MORENO MAESTRO, Susana. **Políticas de integración y derechos culturales: Los planes de inmigración de la Junta de Andalucía**. Alteridades [online]. 2010, v. 20, n. 40, p.35-48. Disponível em <<http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v20n40/v20n40a4.pdf>> Acesso em 19 de mar. 2016.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil: Uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre o estatuto do refugiado. Genebra, 1951. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin>>

/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em 25 de mar. 2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Senegal"; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/senegal.htm>>. Acesso em 26 de mar. 2016.

REEVE, Paul. Return Migration to Senegal and the Democratic Republic of Congo: Intention and Realization. **Population** (English ed.), v. 70, n. 1, p. 97-124, 2015. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68&>. Acesso em 06 de abr. 2016.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. A Construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, Dóris Santos (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RODRIGUES Neidson. Autonomia x Universidade – Uma questão política. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira e PEREIRA, Marcelo Ricardo (Orgs.) **Conhecimento e Inclusão social: 40 anos de pesquisa em Educação**. p. 65–87, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação**. São Paulo, Cortez, 1992.

ROMANOWSKI Joana Paulin, ENS, Romilda Teodora - **As Pesquisas Denominadas do Tipo “Estado da Arte” em Educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set. / dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em 25 de mar. 2016

RUBIO, David Sánchez. La Inmigración y La Trata de Personas Cara a Cara com La Adversidad y Los Derechos Humanos: Xenofobia, Discriminación, Explotación Sexual, Trabajo Esclavo Y Precarización Laboral. In PRADO, Erlan José Peixoto do e COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e Trabalho**. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. São Paulo: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época; V. IX).

_____. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**. n. 23, p. 137-202, 2005. Disponível em: < <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Boaventura.pdf>>. Acesso em 25 de mar. 2016.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. 2007. Revista Crítica de Ciências Sociais. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004
Acesso em 21 de mar. 2016.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Hucitec Ltda, São Paulo, 1978

SENEGAL. (Constituição) 2001. **Constituição da República do Senegal 22 de janeiro de 2001**. Disponível em: <http://www.gouv.sn/IMG/pdf/constitution_sn.pdf>. Acesso em 25 de mar. 2016.

SOW, Papa. Mujeres inmigrantes y/o esposas de inmigrantes senegaleses y gambianos en Cataluña (España): entre la vida familiar y la vida profesional. **Documents d'analisi geogràfica** v. 43, p. 69-88, 2004. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/record/1381>>. Acesso em 06 de abr. 2016.

STROMQUIST, Nelly. Políticas públicas do estado e equidade de gênero. **RBE – Revista Brasileira de Educação**, n. 1. p. 27 – 49, jan./abr.1996.

TANDIAN, Aly. Las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en el transnacionalismo político de los senegaleses de Italia, España y Estados Unidos | ICT and political transnationalism of the Senegalese diasporas in Spain, Italy, and the US. **Relaciones Internacionales**, n. 14, 2010. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68&>.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Os Múltiplos Conceitos de Extensão. In: FARIA, Dóris Santos (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TCHUIGOUA, Bernard Founou. Segurança humana dos migrantes transfronteiriços, democratização e desenvolvimento das sociedades africanas no capitalismo: o caso da África Ocidental. In: GONÇALVES, Jonuel (Org). **África no Mundo Contemporâneo: Estrutura e Relações**. 1 ed. Rio de Janeiro, Garamond, 2014.

TEDESCO, João Carlos e GRZYBOVSKI, Denize. **Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul**. *Rev. Bras. Estud. Popul.*, Jun 2013, vol.30, no.1, p.317-324.

TRIVIÑOS, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1987.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VICHICH, Nora Pérez. Las Políticas Migratorias Regionales y Los Derechos de Los Trabajadores: Perspectivas e Desafios. In PRADO, Erlan José Peixoto do e COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e Trabalho**. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 2015.

WABGOU, Maguemati. Inmigrantes senegaleses en Madrid: características sociodemográficas y actividades económicas. **Ciencia Política**, v. 1, n. 2, p. 203-

226, 2006. Disponível em: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez101.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68>. Acesso em 06 de abr. 2016.

WOLKNER, Antonio Carlos. Uma Concepção Intercultural dos Direitos Humanos como Fundamento do Direito a Migrar. In: PRONER, Caroline (coord.). **Migrações:** políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha/ coordenação Caroline Proner, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, Gabriel Gualano de Godoy./ Curitiba: Juruá, 2015.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM PORTUGUÊS APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA

Eu, Carlos Alberto Lima Talayer, aluno do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha, estou desenvolvendo uma pesquisa para minha dissertação, intitulada: “Imigrantes e Refugiados na Perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: Estudo de Caso em um Projeto de Extensão em uma Instituição de Ensino Superior”.

O objetivo da pesquisa é analisar as estratégias estabelecidas no Projeto de Extensão executado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com imigrantes e refugiados senegaleses, com vistas a contribuir para a inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa abordando a metodologia do estudo de caso e utilizando como técnicas de coleta de dados entrevistas, análise documental e a observação. O estudo será realizado na UFSM, na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa acima citada por meio de uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. A sua participação não é obrigatória, mas, voluntária. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a coordenação, com a UNISINOS ou com a sua Instituição.

Saliento que os riscos relacionados à sua participação na realização da pesquisa, são: desconforto ao responder as perguntas e receio de que haja quebra do sigilo das informações prestadas.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Os dados serão utilizados apenas para fins de investigação. A identidade dos participantes será preservada, pois não terão seus nomes divulgados. Os resultados da pesquisa serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Participar dessa pesquisa não implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Carlos Alberto L. Talayer

Endereço: SQN 212 – Bloco K – Apartamento 401

CEP: 70864-110 – Brasília – DF

E-mail: carlostalayer15@gmail.com

Telefone: (61) 99608.41.51 ou (61) 3273.3115

Atenciosamente,

Porto Alegre - RS, ____/____ de 2016.

Carlos Alberto L. Talayer
Mestrando

Profa. Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha
Orientadora

Declaro que entendi os objetivos, condições e benefícios de minha participação na pesquisa, de forma que, consinto em participar da mesma ao tempo que declaro ter recebido uma cópia deste Termo de Consentimento.

Santa Maria-RS: ____/____/2016 Assinatura: _____

APÊNDICE B - MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO EM FRANCÊS

DÉCLARATION DE CONSENTEMENT PRÉALABLE LIBRE ET INFORMÉ

Je soussigné Carlos Alberto Lima Talayer, élève de master professionnel en Gestion de l'Éducation à l'Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS sous la direction de la professeure Maria Aparecida Marques da Rocha, développe une recherche pour mon mémoire intitulé : « Immigrants et réfugiés dans la perspective de la Politique brésilienne d'extension universitaire : étude du cas d'un projet d'extension dans un Établissement d'Enseignement Supérieur. »

Cette recherche qualitative, qui analyse les stratégies du Projet d'Extension réalisé par l'Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) pour inclure des immigrants et réfugiés sénégalais dans le cadre de la Politique brésilienne d'extension universitaire, adopte la méthodologie de l'étude de cas et ses techniques de collecte de données sont des entretiens, une analyse documentaire et l'observation. Elle sera réalisée à l'UFSM, dans la ville de Santa Maria, état du Rio Grande do Sul.

Nous vous convions à participer à cette recherche par un entretien qui ne sera enregistré que si vous le permettez. Comme votre participation n'est pas obligatoire, mais volontaire, vous pourrez renoncer à participer et retirer votre consentement à tout moment sans que cela n'affecte votre relation avec le chercheur, la coordination, l'UNISINOS ou votre établissement.

Participer à cette recherche n'impliquera aucun coût de votre part mais, en tant que volontaire, vous ne recevrez aucune compensation pécuniaire.

Néanmoins, vous contribuerez indirectement à la compréhension du phénomène étudié et à la production de connaissance scientifique.

Les seuls risques de votre participation à cette recherche sont une éventuelle gêne pour répondre aux questions et une crainte liée à ce que le secret des informations fournies puisse être violé.

Or, tout renseignement obtenu par le biais de cette recherche sera confidentiel et nous vous assurons expressément que nos données ne seront

utilisées qu'à des fins de recherche et que l'identité des participants ne sera en aucun cas révélée. En outre, nos résultats ne seront divulgués que dans des présentations ou des publications à buts scientifiques ou éducatifs.

Vous recevrez une copie de cette déclaration mentionnant le numéro de téléphone et l'adresse du chercheur responsable pour que, à votre discrétion, vous puissiez dissiper tous vos doutes concernant le projet et votre participation.

Chercheur Responsable : Carlos Alberto L. Talayer

Adresse : SQN 212 - bloc K -Apartamento 401

CEP : 70864-110 - Brasilia - DF.

Courriel : carlostalayer15@gmail.com

Tél : + 55 61 99608 41 51 ou +55 61 3273 31 15

Bien cordialement,

Porto Alegre-RS, ____/__/de 2016.

Carlos Alberto L. Talayer
Étudiant de master

Dr. Maria Aparecida Marques da Rocha
Directrice de mémoire

Je déclare avoir compris les objectifs, les conditions et les bénéfices de ma participation à la recherche, à laquelle je consens à participer, et avoir reçu une copie de cette déclaration de consentement.

Santa Maria-RS : ____/____/2016

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

A) PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

- 1) Como a Pró-Reitoria de Extensão avalia a execução da Política Nacional de Extensão Universitária no âmbito da UFSM?
- 2) Como a Pró-Reitoria de Extensão percebe a situação dos imigrantes e refugiados no contexto de atuação da UFSM?
- 3) Quais as estratégias adotadas pela UFSM contribuem para a ampliação da cidadania para os imigrantes e refugiados?
- 4) Quais os apoios que a UFSM possibilita para a execução do Projeto de Extensão Programa Assessoria a Imigrantes e Refugiados? Caso afirmativo, comente.
- 5) A Pró-Reitoria realiza algum tipo de avaliação do Projeto de Extensão Programa Assessoria a Imigrantes e Refugiados?
- 6) Quais as possibilidades do Projeto ser estendido a outras IES?

B) COORDENADORA DO PROJETO DE EXTENSÃO PROGRAMA ASSESSORIA A IMIGRANTES E REFUGIADOS

- 1) Como surgiu o Projeto de Extensão?
- 2) Como é realizada a gestão do Projeto de Extensão?
- 3) Como se processam as relações (há apoio) entre a Pró-Reitoria de Extensão e o Projeto de Extensão? E como se processam as relações com as demais instâncias (órgãos/cursos) da UFSM?
- 4) Quais os limites (dificuldades) e possibilidades de manutenção do Projeto de Extensão? E a possibilidade de transferibilidade dessas experiências para outras IES?
- 5) Qual a sua percepção sobre a participação dos alunos no Projeto de Extensão?
- 6) Quais as experiências que podem ser identificadas como inovadoras na execução do Projeto de Extensão? Há consequências inesperadas? Quais são?
- 7) Quais os resultados obtidos a partir das ações desenvolvidas no Projeto de Extensão?
- 8) Como avalia a presença de imigrantes e refugiados senegaleses na região de Santa Maria? E no Projeto?

- 9) Em que situações os imigrantes e refugiados senegaleses buscam o apoio do Projeto de Extensão?
- 10) Em que medida as estratégias adotadas no Projeto de Extensão contribuem para o estabelecimento de ações inclusivas para os imigrantes e refugiados senegaleses?

C) ALUNOS PARTICIPANTES DO PROJETO DE EXTENSÃO PROGRAMA ASSESSORIA A IMIGRANTES E REFUGIADOS

- 1) Como avaliam o impacto do Projeto de Extensão nas suas vivências?
- 2) Em que medida a participação no Projeto de Extensão contribui para ampliar as possibilidades de acesso a novos conhecimentos?
- 3) Como avaliam o impacto do Projeto de Extensão na vivência dos senegaleses?
- 4) Identificam experiências que podem ser caracterizadas como inovadoras? Em caso afirmativo, discorra sobre elas.
- 5) Em que medida as estratégias adotadas no Projeto de Extensão contribuem para o estabelecimento de ações inclusivas para os imigrantes e refugiados senegaleses?

D) IMIGRANTES E REFUGIADOS SENEGALESES

- 1) Qual é a trajetória realizada desde a partida de seu país até os dias atuais?
- 2) Por que escolheram o Brasil? E por que a região de Santa Maria/RS?
- 3) Quais as percepções sobre a sociedade brasileira?
- 4) Como se identificam na sociedade brasileira? E na sociedade local?
- 5) Quais são as suas principais demandas e expectativas?
- 6) Quais as percepções sobre a atuação da Universidade em relação a essas demandas?
- 7) Em que situação procuram o Projeto de Extensão Programa Assessoria a Imigrantes e Refugiados?
- 8) Como percebem a atuação do Projeto de Extensão Programa Assessoria a Imigrantes e Refugiados nas suas vivências?

APÊNDICE D – CARTA DE ENCAMINHAMENTO DA PROPOSIÇÃO PARA INCLUSÃO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES NEGROS E INDÍGENAS NA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ilmo. Sr. Presidente do FORPROEX
DD. Prof. Dr. Marcos Antônio Cunha Torres

Senhor Presidente,

As questões imigratórias e de refúgio estão adquirindo importância crescente nas discussões de políticas internacionais, considerando mesmo tratar-se de uma questão estrutural de nosso tempo.

O Brasil, atualmente, está se tornando um importante destino para imigrantes e refugiados, sobretudo originários dos países africanos e dos países limítrofes, que apresentam acentuada composição indígena em sua população. Não obstante o pequeno número de imigrantes e refugiados face a outros países de destino, o incremento desse fluxo migratório indica uma tendência crescente, porém, desde agora, presenciamos casos de discriminação, xenofobia e racismo que tem se manifestado em relação a esses refugiados e imigrantes considerados muitas vezes como o outro não desejado.

Em nosso país, a despeito de tramitar no congresso Nacional o Projeto de Lei sobre Migrações (PL nº 2516/2015) que dispensa tratamento mais protetivo aos direitos humanos dos imigrantes, e quiçá possa vir a reconhecer o direito a imigrar como um direito humano e mesmo seus direitos políticos, ainda permanece vigente a Lei 6815/1980, enfocada no interesse nacional e na soberania do Estado, contribuindo e reforçando com os vestígios e as formas, indelévels em nossa sociedade, da escravidão, da violência e da exclusão social.

Não desconhecendo o fato que a legislação possui relevância, é significativo explicitar que mais importante ainda são as práticas cotidianas, uma vez que os direitos dos imigrantes e refugiados, conforme Rubio (2015, p. 152)¹, “[...] guardam

¹ RUBIO, David Sánchez. La Inmigración y La Trata de Personas Cara a Cara com La Adversidad y Los Derechos Humanos: Xenofobia, Discriminación, Explotación Sexual, Trabajo Esclavo Y Precarización Laboral. In PRADO, Erlan José Peixoto do e COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e Trabalho**. Brasília, Ministério Público do Trabalho, 2015.

mais relação com o que fazemos em nossas relações com os nossos semelhantes [...] que com o que nos dizem determinados especialistas sobre os direitos humanos desses imigrantes e refugiados.”

De outro modo, temos a Política Nacional de Extensão Universitária, formulada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), de meritória concepção ao pretender tornar a Universidade Pública, um “[...] instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia [...]”, e que também propugna por uma articulação com as políticas públicas orientada “[...] pelo enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais.” (FORPROEX, 2014, p. 10 e 67)².

Dessa forma, consubstanciado nessas concepções, na proposta de intervenção, originária de dissertação (cópias anexas) defendida na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), decorrente de uma investigação junto ao Projeto de Extensão MIGRAIDH, vinculado ao curso de Direito da UFSM e, considerando finalmente, que a própria Política Nacional de Extensão Universitária, por intermédio do FORPROEX, convida expressamente, a alunos, professores e técnico-administrativos para “[...] dar materialidade ao seu conteúdo, tornando-a um instrumento efetivo na (re)formulação, implementação [...] das ações da Extensão Universitária [...]”, bem como de, “[...] concretizarem-se as iniciativas que produzam mudanças nas políticas [...] e gestão da Extensão Universitária”, (FORPROEX, 2014, p. 11 e 95), encaminho, respeitosamente, a V. Sa. a proposição anexa, com a finalidade de ser submetida ao egrégio Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, para a expressa inclusão de refugiados e imigrantes negros e indígenas em situação de vulnerabilidade, na Política Nacional de Extensão Universitária.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Talayer
Mestrando em Gestão Educacional – UNISINOS
RG – 3406797 – SSP/DF
carlostalayer15@gmail.com

² FORPROEX – Política Nacional de Extensão Universitária elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – Brasília: Decanato de Extensão UnB - 3ª. Impressão: setembro de 2014.

**APÊNDICE E – PROPOSIÇÃO PARA INCLUSÃO DE REFUGIADOS E
IMIGRANTES NEGROS E INDÍGENAS NA POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA**

PROPOSIÇÃO AO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS
(FORPROEX)

Proposição para inclusão de refugiados e
imigrantes negros e indígenas em situação de
vulnerabilidade no “Eixo Grupos Populacionais”, da
Política Nacional de Extensão Universitária.

Submeto a elevada consideração desse egrégio FORUM DE PRÓ-
REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX) a
presente proposição, destinada a dispensar um tratamento preferencial aos
imigrantes e refugiados negros e indígenas, com a inclusão, de forma expressa,
desse grupo populacional específico, no “Eixo Grupos Populacionais” da Política
Nacional de Extensão Universitária com o seguinte texto:

*“Promoção, desenvolvimento e fortalecimento de ações, projetos e
programas destinados aos refugiados e imigrantes negros e indígenas em
situação de vulnerabilidade”.*

A inclusão desse segmento no texto destinado ao “Eixo Grupos
Populacionais” da Política Nacional de Extensão Universitária, possui dupla
finalidade: conceder a necessária visibilidade e publicização proporcionada pela
Política Nacional, ao tempo em que, configura, expressamente, a prioridade
destinada a orientar ações, projetos e programas de extensão que possam
contemplar os segmentos ainda mais vulneráveis, dentre os já vulneráveis.

Porto Alegre, 30 de março de 2017

Carlos Alberto Talayer
Mestrando em Gestão Educacional – UNISINOS
RG – 3406797 – SSP/DF
carlostalayer15@gmail.com

ANEXO A – RESOLUÇÃO 088/2016 DO COMITÊ DE ÉTICA – APROVAÇÃO DO PROJETO



UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
Unidade de Pesquisa e Pós-graduação (UAPS-PG)
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Versão agosto/2017

UNIDADE DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA RESOLUÇÃO 088/2016

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS analisou o projeto:

Projeto: N° CEP 16/102 **Versão do Projeto:** 14/07/2016 **Versão do TCLE:** 14/07/2016

Coordenador:

Mestrando Carlos Alberto Lima Talayer (Mestrado Profissional em Gestão Educacional)

Título: Imigrantes e Refugiados na Perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: Estudo de Caso em um Projeto de Extensão em uma Instituição de Ensino Superior.

Parcecer: O projeto foi APROVADO, por estar adequado ética e metodologicamente, conforme os preceitos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

O pesquisador deverá encaminhar relatório anual sobre o andamento do projeto, conforme o previsto na Resolução CNS 466/12, item XI.2, letra f. Somente poderão ser utilizados os Termos de Consentimento onde conste a aprovação do CEP/UNISINOS.

São Leopoldo, 14 de julho de 2016.


 Prof. Dr. José Roque Junges
 Coordenador do CEP/UNISINOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, Carlos Alberto Lima Talayer, aluno do Mestrado Profissional em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS, sob orientação da Professora Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha, estou desenvolvendo uma pesquisa para minha dissertação, intitulada: "Imigrantes e Refugiados na Perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: Estudo de Caso em um Projeto de Extensão em uma Instituição de Ensino Superior".

O objetivo da pesquisa é analisar as estratégias estabelecidas no Projeto de Extensão executado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com imigrantes e refugiados senegaleses, com vistas a contribuir para a inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária. Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa abordando a metodologia do estudo de caso e utilizando como técnicas de coleta de dados entrevistas, análise documental e a observação. O estudo será realizado na UFSM, na cidade de Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul.

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa acima citada por meio de uma entrevista, que será gravada se assim você permitir. A sua participação não é obrigatória, mas, voluntária. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com a coordenação, com a UNISINOS ou com a sua Instituição.

Sabendo que os riscos relacionados à sua participação na realização da pesquisa, são desconforto ao responder as perguntas e receio de que haja quebra do sigilo das informações prestadas. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação. Os dados serão utilizados apenas para fins de investigação. A identidade dos participantes será preservada, pois não terão seus nomes divulgados. Os resultados da pesquisa serão divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos. Participar dessa pesquisa não implicará nenhum custo para você, e, como voluntário, você também não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento, com o pesquisador Carlos Alberto L. Talayer, e-mail: carlostalayer15@gmail.com e telefone: (61) 99608.41.53 ou (61) 3273.3115.

Atenciosamente,

Porto Alegre-RS, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do participante

Carlos Alberto L. Talayer
Mestrando

Prof. Dra. Maria Aparecida M. da Rocha
Orientadora

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA DA COORDENADORA DO PROJETO MIGRAIDH

CARTA DE ANUÊNCIA

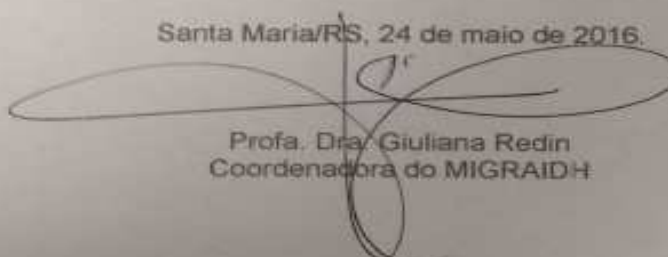
Giuliana Redin, Professora da Universidade Federal de Santa Maria e Coordenadora do Programa Assessoria a Imigrantes e Refugiados, constitutivo do MIGRAIDH, Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM, brasileira, portadora da cédula de identidade RG n. 606.919.21 com inscrição no CPF n. 903601940-12 residente e domiciliada na rua SEAFIM VALAVDEO, 765/61 bairro CENTRO na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, pela presente, manifesto minha anuência com a realização da pesquisa "Imigrantes e Refugiados na Perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária: Estudo de Caso em um Projeto de Extensão em Uma Instituição Federal de Ensino Superior" a ser executada sob a responsabilidade de Carlos Alberto Lima Talayer, aluno do Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, com orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Marques da Rocha.

O objetivo principal do estudo é analisar as estratégias estabelecidas no projeto de extensão com imigrantes e refugiados senegaleses, desenvolvido pela UFSM, com vistas a contribuir para a inclusão desse segmento populacional na perspectiva da Política Nacional de Extensão Universitária.

A metodologia prevista consiste em análise documental, observação, constituição de grupo focal e entrevistas com os gestores, professores e com os imigrantes e refugiados senegaleses participantes do projeto.

A pesquisa deverá tomar os cuidados éticos para a preservação da identidade dos participantes e os resultados divulgados em apresentações ou publicações com fins científicos ou educativos.

Santa Maria/RS, 24 de maio de 2016.



Profa. Dra. Giuliana Redin
Coordenadora do MIGRAIDH